

07
2026

REVISTA

HISTÓRIAS públicas

UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



EXPEDIENTE

**Universidade do Estado de
Minas Gerais – UEMG**

Reitora: Lavínia Rosa Rodrigues
Vice-reitor: Thiago Torres Costa
Pereira

**Editora da Universidade do
Estado de Minas Gerais -
EDUEMG**

EDITOR-CHEFE
Thiago Torres Costa Pereira

COORDENAÇÃO
Gabriella Nair Noronha

Revista Histórias Públicas

EDITOR-CHEFE
Thiago Fidelis

EQUIPE EDITORIAL
Cleonice Elias da Silva
Débora Cazelato de Souza
Douglas Souza Angeli
Gláuber Miranda Florindo
Janaína de Almeida Teles
Mauro Franco Neto
Ygor Klain Belchior

BOLSISTAS E COLABORADORAS
Lara Luiza Modesto
Sofia de Almeida Piassi Dias

REVISÃO GRAMATICAL
A revisão gramatical e
ortográfica é de responsabilidade
dos(as) autores(as) dos textos.

DIAGRAMAÇÃO E CAPA
Lara Luiza Modesto
Michele Caroline Luz

FOTO
Ygor Klain Belchior, Arquivo
Pessoal.

CONTATO
historiaspublicas@uemg.br

ISSN
2965-7040 (versão on-line)

Conselho Científico

Aline Rochedo - Povo Puri da Mantiqueira/Editora Pachamama
Breno Mendes - Universidade Federal de Goiás
Bruno Tadeu Salles - Universidade Federal de Ouro Preto
Daniel Pinha - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Daniel Precioso - Universidade Estadual de Goiás
Diego Omar Souza - Universidade Federal do Amazonas
Elias José Palti - Universidade Nacional de Quilmes
Evandro dos Santos - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Francisco Gouvêa de Souza - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Gabriela Berthou de Almeida - Universidade Estadual do Piauí
Géssica Guimarães Gaio - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Heloísa Helena de Jesus Paulo - Universidade do Porto
José Maria Neto - Universidade de Pernambuco
Keila Auxiliadora de Carvalho - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Leon Kaminski - Universidade do Estado de Minas Gerais
Luciano Roza - Universidade Federal de Ouro Preto
Marcelina das Graças Almeida - Universidade do Estado de Minas Gerais
Marcelo Assunção - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Marco Antônio Machado Lima Pereira - Universidade Federal do Maranhão
Mateus Pereira - Universidade Federal de Ouro Preto
Patrício Batsikama Mampuya Cipriano - Instituto Superior Politécnico Tocoísta
Pedro João Uetela - Instituto Superior Maria Mãe África
Rafael Dias de Castro - Universidade Estadual de Montes Claros
Regina Aida Crespo - Universidade Autônoma do México
Renan Marques Birro - Universidade de Pernambuco
Rogéria Cristina Alves - Universidade do Estado de Minas Gerais
Sérgio Campos Matos - Universidade de Lisboa
Sônia Meneses - Universidade Regional do Cariri

Pareceristas desta edição

Ana Carolina Picoli Sotocorno (Universidade Estadual Paulista)
Ana Lucia Santos Coelho (Universidade Federal de Ouro Preto)
André Luiz Garrido Barbosa (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Débora Cazelato de Souza (Universidade do Estado de Minas Gerais)
Diego Rodstein Rodrigues (Universidade Federal de São Paulo)
Flávia Aparecida Amaral (Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri)
Gabriella Carvalho Mota (Universidade Federal de Uberlândia)
Jairo Paranhos da Silva (Universidade do Estado de Minas Gerais)
José Carlos Gimenez (Universidade Estadual de Maringá)
Kellen Jacobsen Follador (Universidade Estadual de Campinas)
Leon Frederico Kaminski (Universidade do Estado de Minas Gerais)
Ludmila Caliman Campos Vinhas Alcuri (Universidade Federal do Espírito
Santo)
Rodrigo Marzano Munari (Universidade de São Paulo)
Vanessa Spinosa (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Sumário

Editorial.....	07
Apresentação do Dossiê “Histórias Públicas e os repertórios da Antiguidade e do Medievo”	10
Dossiê	
A egiptomania no <i>Twitter</i> : uma proposta de banco de dados (2008 a 2014) <i>Pedro Miguel Carvalho Silva</i> <i>Melissa Cristine Lopes Ribeiro</i> <i>Fernando Antônio Nani Carvalho Júnior</i>	16
Santa Joana d’Arc no Brasil: entre santidade católica e tradições de matriz africana <i>Flávia Aparecida Amaral</i>	34
Os Cavaleiros Templários na Televisão: Análise da representação da Ordem do Templo na série de TV KNIGHTFALL: A Guerra do Santo Graal (2017-2019) <i>Arthur Benicio de Oliveira Mello</i>	56
Neomedievalismos e Cavalaria Medieval no Jogo Eletrônico <i>Dark Souls</i> <i>José Carlos Gimenez</i> <i>Kauan Matheus Nogarotto Crima Bellini</i>	78
Entre a cruz e o império: Helena Augusta e a construção da geografia sagrada no cristianismo tardio-antigo <i>Ludmila Caliman Campos Vinha Alcuri</i>	103
Resenha	
A história jogada: um repertório de métodos para pesquisa e ensino <i>Bruno Marconi da Costa</i>	122
Entrevista	
A crise como mercadoria e o existencialismo vulgar: uma entrevista com Diego Rodstein Rodrigues sobre o cancelamento do futuro no cenário digital <i>Ygor Klain Belchior</i>	128
Artigo Livre	
História de São Caetano do Sul no Currículo Municipal: Contribuições da História Local para o Ensino de História na Educação Básica <i>Lia Fernanda Silva</i>	139
Resenha	

Na oficina de Clio: o Guia de Leticia Krilow e a sistematização metodológica da pesquisa em imprensa

Vitor Mateus Viebrantz 159

A persistência da tutela: uma leitura de *Utopia autoritária brasileira*, de Carlos Fico

Priscilla Cagnoni Garcia 166

Editorial

Thiago FIDELIS¹

Reafirmando seu compromisso com a divulgação de temáticas ligadas à História Pública e o fomento de novas produções e reflexões, a *Revista Histórias Públicas* (RHP) chega à sua sétima edição, a primeira de 2026, apresentando o dossiê “Histórias Públicas e os repertórios da Antiguidade e do Medievo”, organizado pelos professores Bruno Marconi da Costa (Universidade Federal de São João Del-Rei), Pedro Eduardo Andrade Carvalho (Instituto Federal do Espírito Santo) e Ygor Klain Belchior (Universidade do Estado de Minas Gerais), cujo conteúdo inclui um importante caleidoscópio sobre apropriações de aspectos relacionados aos períodos convencionados como “Idade Antiga” e “Idade Média” para outros meios, em diálogos que demonstram diferentes meios e perspectivas pelos quais inúmeros temas e aspectos dessas épocas seguem tendo profunda relevância em nosso tempo, por formas e razões múltiplas e distintas.

O lançamento dessa edição, em meados da 23ª edição da Copa do Mundo de Futebol Masculino, evento esportivo de maior audiência mundial, insere-se em um contexto em que, ao mesmo tempo em que a diversidade cultural e histórica é amplamente celebrada, com ampla visibilidade para várias culturas e povos que, normalmente, não possuem esse tipo de espaço, também indica o peso de movimentos e ações políticas contrárias a tal dinâmica, como é possível identificar em inúmeras medidas restritivas tomadas contra participantes e espectadores do evento nos Estados Unidos, um dos países sede e local da maioria dos jogos do torneio. Ao mesmo tempo

¹ Editor-chefe da Revista Histórias Públicas. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). UEMG. Frutal. MG. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0406-1559>. E-mail: thiago.fidelis@uemg.br

em que o evento sinaliza para a celebração das diferenças dos povos, traz em seu bojo a xenofobia e a perseguição contra determinadas etnias ou grupos políticos, denotando os inúmeros problemas e desafios derivados dessa questão.

Ao mesmo tempo em que esse paradoxo é vivenciado no evento, no campo da produção do conhecimento o uso da Inteligência Artificial (IA) segue como um parâmetro incontornável, cujos desdobramentos são bastante palpáveis em nosso cotidiano. A possibilidade de explorar conteúdos acadêmicos, tradicionalmente referenciados em textos ou na mídia escrita, em outras formas de linguagem, sobretudo, com imagens e vídeos, estruturou um novo campo no qual historiadores e historiadoras, além de profissionais de várias outras áreas, podem expandir suas abordagens e mudar significativamente a forma como esses temas pode ser explorada, além da possibilidade de expansão para novos públicos e distintas plataformas de divulgação.

No entanto, o uso desregulado e sem nenhum tipo de filtro é um problema bastante sério, na medida em que conteúdos podem ser deturpados e aplicados de maneira a atrapalhar ou mesmo a falsificar determinadas abordagens ou conhecimentos já estabelecidos, podendo causar inúmeros problemas de implicações éticas, em vários campos. Sendo assim, a RHP está inserida dentro desses debates e, a partir do trabalho de sua comissão editorial, procura estar atenta e contribuir, dentro de seu escopo e possibilidades, para os debates apresentados em nosso cotidiano.

Por falar em equipe editorial, tivemos algumas mudanças no nosso grupo. Infelizmente a Professora Doutora Ana Paula Silva Santana deixou a equipe, tendo em vista seu ingresso como docente na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), deixando um legado bastante marcante e, para nós, fica um profundo sentimento de gratidão e desejo de bons ventos nessa nova jornada. E, felizmente, tivemos o ingresso de duas professoras da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) na comissão: Professora Doutora Cleonice Elias da Silva, da unidade de Divinópolis e Professora Doutora Débora Cazelato de Souza, da unidade de Passos. Certamente os trabalhos da RHP serão ainda mais organizados e intensos, buscando reforçar os objetivos e comprometimento com os quais a revista está inserida desde sua fundação.

E, por fim, conforme já indicado na edição passada, o Professor Doutor Mauro Franco Neto segue na equipe, mas não mais no cargo de editor-chefe. Fica aqui o

imenso agradecimento ao seu trabalho durante esse tempo à frente do grupo e que, certamente, continuará com sua contribuição fundamental para o andamento de nossas atividades. Da minha parte, como novo editor-chefe, intensifico meu comprometimento com a consolidação e o crescimento da RHP, seguindo na luta pela manutenção do diálogo e do conhecimento histórico no cenário público.

Boa leitura e até a próxima edição!

Apresentação

Histórias públicas e os repertórios da Antiguidade e do Medievo¹

Bruno Marconi da COSTA²
Pedro Eduardo Andrade CARVALHO³
Ygor Klain BELCHIOR⁴

Como organizadores deste dossiê e professores de História, compreendemos que o passado não é um território estático, mas um campo de batalha constante onde identidades e narrativas são ativamente disputadas. Nossa trajetória é marcada pela convivência direta com o espectro do desaparecimento das áreas de Antiga e Medieval nos currículos escolares e nos centros acadêmicos. Essa percepção de um "fim de mundo" disciplinar materializou-se na primeira versão da *Base Nacional Comum*

¹ **Nota Metodológica:** Esta publicação contou com o suporte da inteligência artificial generativa (Gemini 3.0) para fins estritamente triviais e organizacionais, aplicados à revisão gramatical, ao ajuste de estilo e à busca por concisão técnica. O processo de interação baseou-se nos seguintes comandos: para estilo, ['Revise o texto para garantir concisão radical, eliminando adjetivos vagos e jargões, mantendo o tom neutro e frases curtas']; e para gramática, ['Realize a revisão ortográfica e gramatical normativa, preservando a terminologia específica da área de História']. Em conformidade com a Portaria CNPq 2.664/2026 e o Código de Conduta do LATHIMM/UFRJ, declara-se que não foram inseridos dados sensíveis ou manuscritos sob sigilo de terceiros durante o processamento. Os autores revisaram e validaram integralmente todas as saídas geradas, assumindo responsabilidade total e exclusiva pelo conteúdo final, garantindo o rigor e a integridade da pesquisa científica apresentada.

² Bruno Marconi da Costa é Doutor em História Comparada (UFRJ), Mestre em História Comparada (UFRJ), Licenciado e Bacharel em História (UFRJ). É Professor Efetivo de História Antiga e Medieval da Universidade Federal de São João Del-Rei. Vice-coordenador do LEPHAMA. São João Del-Rei – MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8699-2415>. E-mail: brunomarconi@ufsj.edu.br.

³ Pedro Eduardo Andrade Carvalho é Doutor em História (UFOP), Mestre e Licenciado em História (UFOP). É professor de História no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) - Campus Nova Venécia. Pesquisador do LEPHAMA e do LADIP (FAPEMIG APQ-02016-25 e APQ-08616-25). Nova Venécia - ES. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4897-3033>. E-mail: pedroeddu@yahoo.com.br.

⁴ Ygor Klain Belchior é Doutor em História Social (USP), Mestre, Licenciado e Bacharel em História (UFOP). É Diretor Acadêmico e Professor na Unidade Campanha da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Bolsista de Incentivo ao Pesquisador de Desenvolvimento Tecnológico (BIPDT – Nível A) pela FAPEMIG. Líder do LEPHAMA e do LADIP, coordena os projetos financiados pela FAPEMIG: APQ-02016-25, FCT-00013-25 e APQ-08616-25. Campanha - MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6690-6396>. E-mail: ygor.belchior@uemg.br.

Curricular (BNCC), que tentou invisibilizar milênios de experiência humana sob a justificativa de um combate ao eurocentrismo (Coelho; Belchior, 2017).

Nós compreendemos que essa tentativa não foi apenas um erro técnico, mas uma decisão que empobrece a formação humanista ao negar aos estudantes o contato com a alteridade. Como destacado na *Carta de Repúdio do Fórum dos Profissionais de História Antiga e Medieval* (2015), a "pluralidade de passados torna plausível a pluralidade de futuros". A omissão desses passados "distantes" baseou-se na falsa premissa de que só é possível pensar a Antiguidade e o Medievo sob uma ótica eurocêntrica, ignorando que esses períodos são fundamentais para construir narrativas que justamente questionem a hegemonia europeia através das histórias da África, das Américas e de todo o Mediterrâneo (Belchior, 2021).

Nossa análise aponta que, enquanto as áreas sofriam esse apagamento institucional, o vácuo era preenchido por "histórias imaginadas" e narrativas supremacistas no espaço público digital (Beard, 2019; Belchior, 2024). Observamos uma tensão entre o rigor acadêmico e a instrumentalização perversa do passado por grupos neofascistas e da *alt-right*, que tentam transformar a Antiguidade em um *bunker* de pureza branca e a Idade Média em um modelo de brutalidade civilizatória (Belchior; Bernardo, 2024; Oliveira; Rudnitzki, 2020). O grande problema contemporâneo reside na intermediação de algoritmos que radicalizam jovens através de *repertórios de ódio* disfarçados de "tradição".

Para além do enfrentamento aos radicalismos, compreendemos que a Antiguidade e o Medievo não estão confinados aos manuais acadêmicos; eles ocupam, de forma vibrante e caótica, o nosso cotidiano. Essas histórias estão em todo lugar: nas narrativas cinematográficas, nas discussões acaloradas do Twitter e na estética dos jogos eletrônicos (Costa, 2024). O grande desafio para a manutenção da relevância de nossas áreas reside em compreender que o passado que circula nessas mídias é o combustível que molda a consciência histórica da sociedade.

Nós entendemos que uma forma eficaz de resgatar a importância da Antiguidade e do Medievo é deslocar o foco dos "passados imaginários" para o estudo das consciências históricas que emergem no dia a dia (Rüsen, 2001). Ao analisarmos como as pessoas se relacionam com o tempo e como utilizam o passado para orientar suas

ações no presente, operamos uma transposição didática que valida o conhecimento acadêmico como uma ferramenta de compreensão da realidade digital.

Esta publicação, portanto, não surge de forma isolada; ela materializa as metas dos projetos de pesquisa financiados pela FAPEMIG: "Antiguidades e Medievalidades Digitais: as Consciências Históricas no Twitter" (APQ-02016-25) e "Laboratório de Antiguidades Digitais e Inovação Pedagógica - LADIP" (APQ-08616-25). Tais pesquisas buscam investigar como as temporalidades pré-modernas são consumidas e ressignificadas na cultura digital.

Para nós, essas ressignificações são entendidas como repertórios. A definição é: conjuntos dinâmicos e contextuais de significados, representações, narrativas e usos de elementos do passado que emergem e circulam na contemporaneidade. Eles não são fixos ou unívocos; eles são o resultado de um processo contínuo de *allelopoiesis*, isto é, a criação mútua e recíproca entre o passado evocado e as necessidades expressivas do presente (Faversani; Joly, 2021).

Essa dinâmica se manifesta em figuras históricas, mitológicas, artefatos ou conceitos que constituem tanto uma apropriação contemporânea quanto uma ressignificação ativa de traços do passado. Moldados pelos interesses do presente, esses repertórios geram novos entendimentos que podem se distanciar ou se conectar com suas matrizes históricas originais.

De um lado, observamos a proliferação de *repertórios supremacistas e reacionários*, que validam discursos de decadência civilizacional, racial, da masculinidade ou da feminilidade, além de clivagens entre democracia e autoritarismo e o anticomunismo. De outro, identificamos os que orbitam o cotidiano, a curiosidade e até o esoterismo, funcionando como bússolas para compreender o nosso tempo. Entre eles, destacam-se: alienígenas e teorias da conspiração, autoajuda, crítica ou elogio político e curiosidades históricas.

Nesse sentido, os artigos que compõem este dossiê buscam a análise técnica da história "que está por aí". Investigam como repertórios são construídos e como a "sociabilidade escalonável" das mídias permite a reinterpretação constante de símbolos antigos e medievais. Resgatar essas áreas significa, portanto, mergulhar na polimídia

contemporânea para desvendar as engrenagens da memória coletiva e as formas como o passado é mobilizado para dar sentido ao presente (Miller, 2021).

Compreendemos que o resgate da Antiguidade e do Medievo no espaço público exige um compromisso com a inovação pedagógica. O estudo dessas áreas torna-se um laboratório privilegiado para o aprendizado e a aplicação de novas tecnologias em sala de aula, superando a mera digitalização de conteúdos tradicionais. Aprender a manejar essas ferramentas no ensino de História significa capacitar o docente para realizar uma transposição didática que transforme a interatividade e a agência digital em ferramentas de reflexão crítica, permitindo que os alunos reconheçam a História em seus dispositivos (Carvalho, 2023).

A diversidade de abordagens presentes neste volume demonstra a vitalidade dessa transposição. O percurso inicia-se com o artigo *A egiptomania no Twitter*, que oferece um diagnóstico preciso sobre a circulação de repertórios da Antiguidade egípcia em ambientes digitais, revelando como a consciência histórica é moldada pela polissemia de significados nas redes sociais. Avançando para o período medieval e suas recepções, o trabalho *Santa Joana d'Arc no Brasil* investiga como essa figura é ressignificada entre a ortodoxia católica e as tradições de matriz africana, evidenciando a complexidade da formação identitária brasileira.

A presença da Idade Média no audiovisual e no entretenimento digital é explorada nos trabalhos seguintes. *Os Cavaleiros Templários na Televisão* analisa a representação da Ordem do Templo em séries contemporâneas e a manutenção de teorias conspiratórias, enquanto o artigo *Neomedievalismos e Cavalaria Medieval no Jogo Eletrônico Dark Souls* discute como os tropos e arquétipos medievais são consumidos e vivenciados através da interatividade dos games. Fechando o corpo de artigos, *Entre a Cruz e o Império* examina a construção da geografia sagrada e do poder simbólico no cristianismo tardo-antigo sob Helena Augusta.

Como complemento crítico a essas discussões, apresentamos a resenha do livro *Videogames e Jogos Eletrônicos*, que sistematiza os caminhos teóricos para o estudo dos games no Brasil, reafirmando-os como mídias fundamentais para a história pública. Por fim, o volume encerra-se com a *entrevista com Diego Rodstein Rodrigues*. Nela, discutimos o conceito de “existencialismo vulgar” (Rodrigues, 2024) e como a cultura

pop captura a angústia contemporânea, oferecendo uma síntese sobre a crise das utopias como isso aparece no cenário digital.

Registramos o reconhecimento ao empenho dos pesquisadores vinculados a estas propostas, cujas atividades asseguraram o rigor analítico necessário para a compreensão das consciências históricas na cultura digital. Agradecemos aos autores que submeteram seus artigos, tanto para as seções temáticas quanto para o fluxo de artigos livres, cujas contribuições foram fundamentais para mapear as tensões entre o rigor acadêmico e as apropriações do passado no espaço público. Estendemos o agradecimento ao pesquisador Diego Rodstein Rodrigues, pela entrevista concedida. Por fim, validamos o interesse do leitor por este material, que serve como evidência do compromisso institucional com a produção de conhecimento crítico e a inovação pedagógica, e deseja-se uma leitura produtiva das reflexões.

Referências bibliográficas

- Beard, M. Why Rome continues to underpin western culture and politics - an extract from Mary Beard's book 'SPQR'. *World Economic Forum*, Nova Iorque, 02 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2019/07/why-rome-continues-to-underpin-western-culture-and-politics-an-extract-from-mary-beards-book-spqr/>>. Acesso em: 07 abr. 2021
- Belchior, Y. K. Por uma História Antiga que promova a dignidade humana: um ensaio/provocação. *Brathair: Grupo de Estudos Celtas e Germânicos*, São Luiz, v. 21, n. 1, p. 92-106, 2021.
- Belchior, Ygor Klain. Radicalização e usos do passado: a Esparta brasileira. *Mythos: revista de História Antiga e Medieval*, Imperatriz, ano VIII, n. 1, p. 243-257, jan./mar. 2024.
- Belchior, Y. K.; Bernardo, G. C. Neofascismo, Esparta antiga e usos do passado no contexto brasileiro (2017 – 2023). *História e Cultura*, v. 13, p. 250-254, 2024.
- Carvalho, Pedro Eduardo Andrade. Explorando os potenciais e enfrentando os desafios para o uso do ChatGPT em sala de aula: desafios históricos e pedagógicos. *Convergências: estudos em Humanidades Digitais*, v. 1, p. 210-226, 2023.
- Coelho, A. L. C.; Belchior, Y. K. A BNCC e a História Antiga: uma possível compreensão do presente pelo passado e do passado pelo presente. *Mare Nostrum*, São Paulo, 2017, n. 8, p. 62-78.
- Costa, B. M. da. A história medieval vista de cima: imagens dos grupos populares em Age of Empires IV. *Convergências: estudos em Humanidades Digitais*, Goiânia, v. 1, n. 5, p. 76-102, 2024.
- Faversani, F.; Joly, F. D. Alexandre em Quinto Cúrcio e o Principado Romano: um estudo de Allelopoiesis. *Phoënix*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 97-110, 2021.

FÓRUM DOS PROFISSIONAIS DE HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL. *Carta de Repúdio à Base Nacional Comum Curricular de História*. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 26 nov. 2015. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3127-carta-de-repudio-a-bncc-produzida-pelo-forum-dos-profissionais-de-historia-antiga-e-medieval>>. Acesso em: 25 abr. 2026.

Miller, D. et al. *Como o mundo mudou as mídias sociais*. Londres: UCL Press, 2019.

Oliveira, R.; Rudnitzki, E. Deus vult: uma velha expressão na boca da extrema direita. *Agência Pública*. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/04/deus-vult-uma-velha-expressao-na-boca-da-extrema-direita/>>. Acesso em 23 mar. 2020.

Rodrigues, D. R. O existencialismo vulgar na cultura pop: entre a utopia e a distopia no imaginário contemporâneo. *Trans/formação: revista de filosofia da Unesp, Marília*, v. 47, n. 3, 2024.

Rüsen, J. Razão histórica. *Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

A egiptomania no *Twitter*: uma proposta de banco de dados (2008 a 2014)

*Pedro Miguel CARVALHO SILVA*¹

*Melissa Cristine LOPES RIBEIRO*²

*Fernando Antônio Nani CARVALHO JUNIOR*³

Resumo: Este trabalho apresenta a análise da primeira parte de um banco de dados sobre a Egiptomania no *Twitter* (2008 – 2014), compreendendo 2.415 evidências categorizadas em onze temas principais, como Egito Antigo, Faraó e Cleópatra. A Egiptomania é entendida como a reinterpretação da cultura egípcia, processo que, embora historicamente literário, consolidou-se academicamente no Brasil a partir de 2000 com os trabalhos de Bakos, diversificando-se de monumentos para mídias contemporâneas. A pesquisa inova ao utilizar o *Twitter* como fonte inédita para registrar a prática "egiptomaniaca", criando um material de arquivo permanente para estudiosos e educadores. A metodologia envolveu a busca avançada no *Twitter* e a catalogação em *Microsoft Access*, visando preservar dados voláteis. Os resultados, disseminados via *Instagram* em um projeto de extensão, demonstram a polissemia de significados atribuídos ao Egito Antigo nas redes sociais, sublinhando sua atualidade e potencial pedagógico.

Palavras-chave: Egiptomania, *Twitter*, Banco de dados, História Digital, Cultura Pop.

¹ Graduando em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Unidade de Campanha). Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em História Antiga, Medieval e da Arte (LEPHAMA). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), sob a orientação do Prof. Dr. Ygor Klain Belchior. E-mail: pedro.2093684@discente.uemg.br.

² Graduanda em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Unidade de Campanha). Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em História Antiga, Medieval e da Arte (LEPHAMA). Bolsista do Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PAPq/UEMG), sob a orientação do Prof. Dr. Ygor Klain Belchior. E-mail: melissa.2094223@discente.uemg.br.

³ Graduando em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Unidade de Campanha). Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em História Antiga, Medieval e da Arte (LEPHAMA). Bolsista do Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PAPq/UEMG), sob a orientação do Prof. Dr. Ygor Klain Belchior. E-mail: fernando.2094193@discente.uemg.br.

Egyptomania on Twitter: a Database Proposal (2008–2014)

Abstract: This paper presents the analysis of the first part of a database on Egyptomania on Twitter (2008 – 2014), comprising 2,415 pieces of evidence categorized into eleven main themes, such as Ancient Egypt, Pharaoh, and Cleopatra. Egyptomania is understood as the reinterpretation of ancient Egyptian culture, a process that, though historically literary, gained academic consolidation in Brazil from 2000 onwards with Bakos's works, diversifying from monuments to contemporary media. This research innovates by using *Twitter* as an unprecedented source to document "Egyptomaniac" practices, creating permanent archival material for scholars and educators. The methodology involved advanced *Twitter* searches and cataloging in *Microsoft Access*, aiming to preserve volatile digital data. The results, disseminated via *Instagram* through an outreach project, demonstrate the polysemy of meanings attributed to Ancient Egypt on social media, highlighting its contemporary relevance and pedagogical potential.

Keywords: Egyptomania, *Twitter*, Database, Digital History, Pop Culture.

Introdução

Este texto é fruto de um projeto de pesquisa, o qual objetivou construir um banco de dados sobre a Egiptomania no *Twitter*. E por que tal escolha? Primeiro, porque o *Twitter* é uma das maiores plataformas de comunicação na atualidade. Segundo Volpato (2023), a rede possui 24 milhões de seguidores no Brasil, consolidando-se como um lugar onde os usuários comentam e debatem o que estão assistindo na TV, como os noticiários, os reality shows, os jogos de futebol e outros programas.

Em segundo lugar, destacamos o comportamento do usuário na rede. Distanciando-se das amenidades e fotos coloridas de outras plataformas, como o *TikTok* e o *Instagram*, o *Twitter* consolidou-se pela divergência de opiniões entre os “tuiteiros”. Para Araújo e Silva (2023),

“Dados do *Twitter* são relevantes porque podem indicar tanto o humor do momento quanto a mobilização de bases de apoio ou de oposição em relação a dado ator político, ou assunto. Essa possibilidade de medir, em tempo real, a reação a uma fala, a um evento ou até a um programa de TV fez do *Twitter* o preferido para programas de televisão, ou até mesmo para debates políticos.”

Para além da política, percebemos que a História, ou temas relacionados a ela, ou ao passado, têm grande significância. Ao apresentarem comentários as mais diversas mídias, a moda, as religiões, enfim, qualquer assunto, é possível perceber que alguns *posts* acabam tocando em alguma temática histórica.

Um assunto de muito interesse é o Egito antigo. Aliás, esse empenho, segundo Bakos, é muito antigo, remontando aos reinados de D. Pedro I e D. Pedro II, quando a prática da Egiptomania chegou ao Brasil. Entendemos a Egiptomania como a reinterpretação e o reuso de traços da cultura do antigo Egito, de uma forma que lhe atribua novos significados. Por muito tempo, consistiu em uma prática literária, quase que novelística, narrando as histórias daquela civilização antiga com bastante exotismo e sensualidade. No século XX, a Egiptomania foi descoberta por muitos arquitetos, os quais se encarregaram de erguer pirâmides, obeliscos, enfim, objetos artísticos e arquitetônicos inspirados nos modelos egípcios. Atualmente, a Egiptomania passou a olhar para a recepção do Egito nas mídias, como os filmes, os jogos e os quadrinhos. Escolhemos vasculhar o *Twitter*.

No dia 3 de janeiro de 2023, a Ministra da Cultura do Brasil, Margareth Menezes, cedeu uma entrevista ao programa *Em Pauta*, da *GloboNews*. Antes de falar sobre os planos para a pasta, foi convidada pelo apresentador Marcelo Cosme a cantar um trecho da música *Faraó Divindade do Egito* (Menezes, 2006). O evento foi amplamente divulgado no *Twitter* (Figura 1).

Figura 1 — Postagem no *Twitter* sobre Margareth Menezes.



Fonte: PAN, 2023.

Notemos a referência da canção. Ela resgata a influência e a presença da cultura egípcia no Brasil, em especial, no Pelourinho. Em outras palavras, a canção, por si só, é uma prática “egiptomaniaca” porque fala do Egito. Porém, ela não é só isso. Podemos empregá-la para falar da comunidade de descendentes africanos do nosso país e como essas populações possuem origens tão importantes quanto a dos europeus. Podemos ainda a utilizar em sala de aula para falar de África. Enfim, nas palavras de Funari (Apud Carlan; Funari; Feitosa, 2019, p. 18):

“Como explicar esse êxito excepcional [da música]? De muitas maneiras, com certeza, mas um aspecto não pode deixar de ser evidente: o caráter africano da civilização egípcia e a importância das tradições africanas no Brasil. [...] Reconforta, portanto,

ver como no Brasil o Egito aparece, na percepção popular, como africano e ligado à nossa cultura e realidade.”

O próximo passo foi explorar outras referências ao episódio de Menezes. O mais intrigante: percebemos como a Egiptomania no *Twitter* é polissêmica, pois o mesmo evento, com o mesmo vocábulo em destaque, foi comentado com objetivos distintos (Figura 2).

Figura 2 – Margareth Menezes, Faraó da Cultura.



Fonte: *Twitter*.³

³ Com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD — Lei 13.709/18), para a realização da pesquisa produzimos o tratamento dos dados pessoais conforme o artigo 7º, parágrafo IV, a saber, “o tratamento dos dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: para a realização de estudos por órgãos de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.” [Grifo nosso]. Também mencionamos a conformidade do nosso estudo com o §4º do referido artigo da lei, o qual

Na figura 2, observamos o uso político dos Faraós do Egito Antigo para criticar o financiamento aos artistas brasileiros por meio da Lei Rouanet, oficialmente Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei n.º 8.313 do dia 23 de dezembro de 1991).

Diferentemente da recepção anterior, a música *Faraó* não significa mais uma identificação racial, por ser rememorada para descrever o despotismo oriental. O conceito foi cunhado, em 1956, por Wittfogel, no texto “*The Hydraulic Civilizations*”. Em um tom claramente anticomunista, sintetiza que as sociedades do oriente próximo, dentre elas, o Egito, desenvolveram-se por meio desse sistema centrado na irrigação agrícola — o modo de produção asiático — por meio da exploração do pequeno camponês. Em resumo, apresenta o Egito como uma sociedade totalitária, regida por um governante/deus que acumulava todas as riquezas.

Segundo Patu (2018), essa visão, apesar de não ser mais aceita entre os egiptólogos, por uma série de razões, continua presente nos livros didáticos. E o grande problema da sua permanência é o perigo que ela representa. Pois, partilha de uma visão “orientalista” acerca do Egito, como atrasado (comunista), em oposição ao esplendor de Grécia e Roma (pré-capitalistas). A visão orientalista também implica na teorização do povoamento do Egito, no caso, por populações do oriente próximo. Nesse sentido, a impressão passada aos alunos é que o Egito não pertence à África, mas à Ásia. Afinal, a sua população é oriental, o seu governante é um déspota oriental, o seu modo de produção é asiático e assim por diante (Figura 3).

Figura 3 — Principais assuntos pesquisados no Google sobre o Egito.

apresenta que “é dispensada a exigência do consentimento para os dados tornados manifestadamente públicos pelo titular”.

As pessoas também perguntam :

Em que continente fica o Egito Antigo?

Que país pertence o Egito?

Em qual continente fica o Egito e Israel?

Onde fica o Egito África ou Ásia?

Fonte: Google, 2023.

Cabe mencionar que a mesma percepção do despotismo está presente em outras ocorrências do vocábulo “Faraó” no *Twitter* e que não estão ligadas ao episódio anterior (Figura 4 e 6).

Figura 4 – Faraó dos *Bitcoins*.



Fonte: O Globo, 2023.

O uso de Faraó na figura está ligado ao entendimento de que o Faraó é alguém muito rico, situado no topo de uma pirâmide construída por “outros”, ou seja, construída por meio de golpes financeiros. Mas Faraó também está presente em postagens sobre religião (Figura 5).

Figura 5 – Faraó e José na Bíblia.

José foi vendido como escravo pelos irmãos e levado ao Egito. No fim José se tornou administrador do faraó e terminou salvando o seu povo da fome. Deus tirou proveito de algo ruim que aconteceu e transformou em salvação. Algo me diz que devemos glorificar a Deus pelo Brasil.

Fonte: *Twitter*.

Da mesma forma, Faraó também é um vocábulo muito utilizado para falar sobre moda (Figura 6):

Figura 6 – Pés de Faraó.



Fonte: *Twitter*.

A Egiptomania, portanto, não apenas persistiu ao longo dos séculos, mas encontrou no *Twitter* um novo e efervescente palco. Este estudo se dedicou a explorar essa manifestação contemporânea, levantando um banco de dados inédito da plataforma, abrangendo os anos de 2008 a 2014. Nosso objetivo geral foi, assim, construir essa base de dados, visando reconhecer o potencial do *Twitter* como ferramenta de pesquisa histórica, demonstrar a vasta diversidade de assuntos relacionados ao Egito Antigo na plataforma, classificar essas referências por temas específicos para criar um sumário detalhado e, finalmente, publicizar esse banco de dados na internet, democratizando o acesso a esse material valioso para estudiosos e professores interessados na atualidade dessa fascinante civilização.

A construção do banco de dados

A seleção das categorias de pesquisa para o *Twitter* fundamentou-se na obra "Egiptomania: O Egito no Brasil" (Bakos, 2004), reconhecida como a principal referência nos estudos sobre a Egiptomania em solo brasileiro e latino-americano. A importância dessa publicação reside em sua abordagem abrangente, que explora as diversas manifestações do fascínio egípcio ao longo dos séculos.

Ao analisarmos os doze capítulos que compõem a obra, percebemos um claro enfoque na arquitetura como um dos pilares da Egiptomania. No entanto, para expandir o escopo da nossa análise para o ambiente digital contemporâneo, transcendemos essa concentração inicial. Assim, para a coleta de dados no *Twitter*, foram escolhidas onze categorias que permitem capturar um imaginário egípcio mais diversificado, incluindo elementos arquitetônicos e manifestações em festas, na literatura e nas mídias, como jogos e marketing. As categorias selecionadas foram: 1. Egito Antigo; 2. Faraó; 3. Cleópatra; 4. Pirâmide; 5. Esfinge; 6. Hieróglifo; 7. Obelisco; 8. Deus do Egito; 9. Religião Egípcia; 10. Egiptomania; e 11. Nilo.

Para a construção do banco de dados, utilizamos a ferramenta de busca avançada do próprio *Twitter*. Por meio dela, é possível usar filtros (palavras-chave, período entre datas e menções) objetivando encontrar *tweets*.

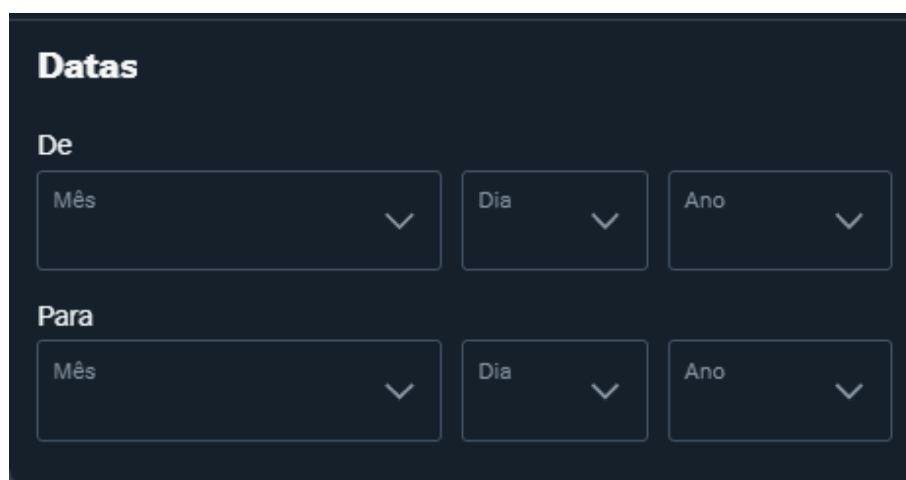
O preenchimento da busca é bem simples. O pesquisador pode consultar diversas palavras, uma frase exata e *hashtags* (Figura 7), filtrando o idioma e em uma cronologia específica (Figura 8).

Figura 7 — Busca avançada palavras-chave *Twitter*.



Fonte: *Twitter*, 2023.

Figura 8 — Busca avançada cronologia *Twitter*.



Fonte: *Twitter*, 2023.

O segundo procedimento, de caráter exploratório, foi justamente buscar as nossas categorias no *Twitter*, observando a cronologia de pesquisar mês a mês. Isso porque percebemos que, quanto menor a amplitude cronológica, mais detalhado serão os resultados da busca.

O terceiro procedimento foi a “arqueologia de salvamento”. Isto é, o armazenamento da documentação. Realizamos o salvamento das evidências coletadas, construindo um banco de dados digital. Os *tweets*, assim, foram inseridos em um documento *Microsoft Access*, a partir do preenchimento de uma ficha contendo as seguintes informações: i. código da postagem (número/ano — ex. 01/2008); ii. palavra-chave pesquisada; iii. endereço eletrônico da postagem; iv. endereço eletrônico permanente da postagem; v. data da postagem; vi. data da coleta; vii. uso do Egito na postagem (classificação por assuntos); viii. texto da postagem (se houver); e ix. responsável pela coleta (discente bolsista). Em conjunto com o preenchimento da ficha, geramos a captura da tela de cada postagem. A imagem é identificada pelo código da postagem, tal como consta na ficha.

Por fim, o quarto procedimento foi a elaboração de documento digital, em PDF, contendo cada uma das fichas. Além do ordenamento cronológico das evidências, organizamos as informações por assuntos/categorias.

Resultados obtidos

Nossa pesquisa identificou 2.415 evidências de Egiptomania no *Twitter* entre os anos de 2008 e 2014, utilizando onze categorias iniciais de busca: Egito Antigo, Faraó, Cleópatra, Pirâmide, Esfinge, Hieróglifo, Obelisco, Deus do Egito, Religião Egípcia, Egiptomania e Nilo.

A análise preliminar desses dados revelou uma distribuição de ocorrências marcante:

- Faraó liderou com 743 posts (30,7%), destacando-se como o vocábulo mais frequente na Egiptomania no *Twitter* durante o período.
- Egito Antigo apareceu em 443 posts (18,3%).
- Cleópatra foi mencionada em 316 posts (13%).
- Esfinge registrou 247 ocorrências (10,2%).
- Nilo obteve 202 posts (8,62%).
- Pirâmide teve 145 ocorrências (6%).

- Obelisco somou 141 posts (5,8%).
- Hieróglifo apareceu em 116 posts (4,8%).
- As categorias Deuses do Egito (31 posts, 1,3%) e Religião Egípcia (29 posts, 1,2%) tiveram menor frequência.
- Por fim, o termo Egiptomania foi o menos comentado, com apenas 2 referências (0,08%), o que sugere um desconhecimento do campo de estudos na plataforma.

Essa primeira fase da coleta também indicou a necessidade de expandir as categorias de pesquisa para essa mesma temporalidade. Percebemos que diversos termos altamente relevantes não foram inicialmente considerados, mas apareceram com frequência em nossas buscas. São eles: Múmia, Tutancâmon, Nefertiti, Hórus, Anúbis, Ramsés, Ísis, Sarcófago e Osíris, além de Hatshepsut. A inclusão dessas categorias em futuras etapas da pesquisa promete aprofundar ainda mais a nossa compreensão da Egiptomania no *Twitter*.

O potencial didático da Egiptomania

A Egiptomania não é apenas um fenômeno de fascínio cultural; ela se revela uma importante ferramenta educacional, capaz de conectar o passado com o presente e de fomentar uma compreensão mais crítica da história. Nossa pesquisa no *Twitter* e a análise de suas manifestações demonstram como elementos do Egito Antigo são constantemente ressignificados, oferecendo pontes para o ensino e a aprendizagem.

Um exemplo reside nas festividades e no carnaval, onde a Egiptomania se manifesta de forma vibrante. Observamos que o carnaval, com suas possíveis origens em festas e cultos à deusa Ísis, transcende o mero entretenimento. Ele se torna um espaço de expressão de identidade e perpetuação de memórias coletivas, especialmente para a comunidade negra no Brasil (Figura 9). Essa manifestação simbólica, política e religiosa reafirma e resgata memórias do Egito e da África no contexto brasileiro, configurando-se como uma forte forma de resistência da negritude em uma sociedade historicamente marginalizada.

Figura 9 – Olodum no Egito.



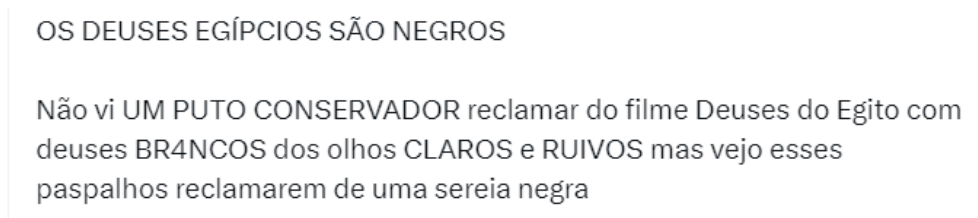
Fonte: Oficial, 2022.

O marketing brasileiro também ilustra a versatilidade da Egiptomania. A figura da pirâmide, por exemplo, é amplamente utilizada em nomes de estabelecimentos comerciais, como as 235 empresas "Pirâmide S/A" identificadas no livro de Bakos. Isso ocorre porque a pirâmide evoca diretamente conceitos de solidez, grandeza, durabilidade, ascensão, sabedoria, perfeição e segurança, qualidades altamente valorizadas no mundo dos negócios, especialmente no ramo da construção civil.

Além disso, o entretenimento contemporâneo tem um papel crucial na disseminação da Egiptomania e, consequentemente, no seu potencial educacional. Lançamentos recentes como jogos (*Assassin's Creed Origins*), filmes (*A Múmia*, *O Príncipe do Egito*, *Êxodo*) e séries (*Rainha Cleópatra*) mantêm o Egito Antigo em evidência. O debate em torno dessas produções nas redes sociais, como o Twitter (Figura 10), oferece uma oportunidade ímpar para o ensino de História. A discussão sobre a (des)afrikanização dos egípcios no cinema, por exemplo, permite uma análise crítica da perpetuação de imagens eurocêntricas da Antiguidade, onde personagens "criativos/soberanos" são retratados como brancos, enquanto a "massa submetida e escravizada" tem a tez escura (Souza Neto, 2019, p. 30). Essa abordagem histórica se

torna um excelente material para problematizar estereótipos e discutir a construção da representação do passado.

Figura 10 – Opinião sobre o filme “Os deuses do Egito”.



Fonte: *Twitter*.

Por fim, o valor educacional dos posts no *Twitter* é inegável. Além de aproximarem a antiguidade dos dias atuais, tornando o contexto histórico mais acessível aos estudantes, esses posts podem ser avaliados e compreendidos por meio da historiografia.

Em um esforço de divulgação científica, e em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da UEMG (Programa de Apoio à Extensão), criamos uma série de postagens semanais no *Instagram* do LEPHAMA, intitulada “A Egiptomania no *Twitter*”. Com 24 posts já publicados (Figuras 11 e 12), essa iniciativa demonstra a diversidade de assuntos e a polissemia da Egiptomania no ambiente digital, convidando o público a acompanhar e aprofundar seu entendimento sobre como o passado egípcio continua vivo e relevante em nossa cultura.

Figura 11 — Postagem da série “A egiptomania no Twitter”.

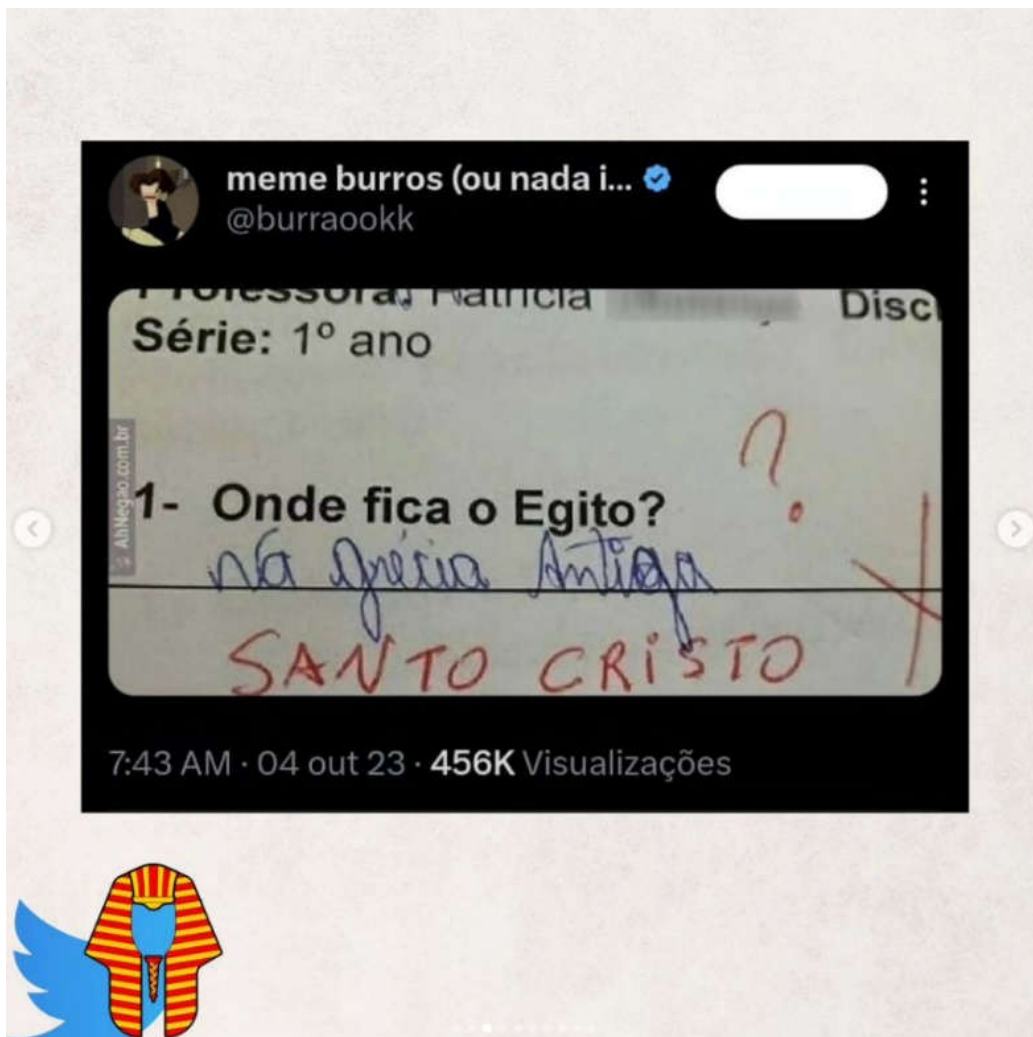
“Talvez não tenha sido suficientemente demonstrado que o colonialismo não se contenta de impor sua lei ao presente e ao futuro do país dominado. Ao colonialismo não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar o cérebro colonizado de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o, desfigura-o, aniquila-o. Essa tarefa de desvalorização da história do período anterior à colonização adquire hoje sua significação dialética.”

FANON, F. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 165.



Fonte: *Instagram* do LEPHAMA.

Figura 12 — Postagem da série “A egiptomania no Twitter”.



Fonte: Instagram do LEPHAMA.

Convidamos a todos os interessados a conhecer mais sobre nossa pesquisa e a fascinante presença do Egito Antigo na cultura digital acompanhando o Instagram [@lephama.uemg](#) e a nossa série de postagens "A Egiptomania no Twitter"!

Considerações finais

Essas são as nossas primeiras considerações. Nosso projeto é mais ambicioso. Tem como objetivo principal construir um banco de dados robusto da Egiptomania no *Twitter*, cobrindo os anos de 2008 a 2023. Iniciada em abril de 2023, esta pesquisa já nos permitiu coletar mais de duas mil evidências, um feito que não só reflete o trabalho árduo da equipe, mas também sublinha o imenso potencial de investigação e catalogação ainda por vir nessa plataforma.

Para os próximos anos, a nossa prioridade é organizar e refinar esse material. Vamos elaborar o banco de dados das referências já reunidas, criando um documento detalhado com a ficha de coleta para cada evidência, acompanhada da imagem original retirada das redes sociais. Além disso, as referências ao Egito Antigo serão cuidadosamente classificadas por temas, resultando em um sumário completo que facilitará futuras análises.

Com essas ações, esperamos ter demonstrado o potencial inexplorado do *Twitter* como ferramenta para a pesquisa histórica. A diversidade de assuntos sobre o Egito presentes na plataforma é notável, abrindo novos caminhos para compreendermos como o passado é reinventado e discutido no ambiente digital.

Referências

- Almeida, F. C. de. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)*, v. 3, p. 9-30, 2011.
- Araújo, R. de P. A.; Silva, I. F. A capacidade dos trending topics em pautar o debate: agenda setting do algoritmo. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 25, n. 58, pp. 1123–1142, 2023.
- Bakos, M. (Org.). *Egiptomania: O Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004.
- Menezes, Margareth. *Faraó Divindade do Egito*. In: MENEZES, Margareth. Rio de Janeiro: EMI, 2006. 1 CD (03:16).

Oficial, Olodum. Brasil, 3 nov. 2022. Twitter: @OlodumOficial. Disponível em: <https://twitter.com/OlodumOficial/status/1588262095036059649>. Acesso em: 18 out. 2023.

O Globo. 'Faraó dos Bitcoins' será transferido para presídio federal em Catanduvas, no Paraná, nesta quarta-feira. Brasil, 24 jan. 2023. Twitter: @OGlobo_Rio. Disponível em: https://twitter.com/OGlobo_Rio/status/1617790844060471296. Acesso em: 26 jan. 2023.

Patu, J. O eurocentrismo sobre Egito Antigo nos livros Didáticos. *MYTHOS — Revista de História Antiga e Medieval*, Ano 2, n. 2, p. 72–86, 2018.

Souza Neto, J. M. G. Deuses do Egito (2016): uma narrativa filmica da civilização branca. *Revista Transversos*, p. 21–44, 2019.

Volpato, B. Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2023, com insights, ferramentas e materiais. *Resultados Digitais*. Florianópolis, 16 mar. 2023. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em: 17 out. 2023.

Wittfogel, K. A. The hydraulic civilizations. In: Thomas Jr., William L. (Org.). *Man's role in changing the face of the Earth*. Chicago: The University of Chicago Press, 1956.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 27/06/2025

Aprovado em: 17/08/2025

Santa Joana d'Arc no Brasil : entre santidade católica e tradições de matriz africana

Flavia Aparecida AMARAL¹

Resumo: Investigar o repertório devocional dedicado à Santa Joana d'Arc no Brasil leva-nos a discutir a história do nosso país e sua relação com a fé que o colonizou em meio ao escravismo e a dificuldade de se construir uma identidade nacional. Se, por um lado, a devoção à Joana d'Arc nas paróquias e igrejas está estruturada por certo formalismo ortodoxo, por outro é nas tradições de matriz africana que a santa francesa parece se aproximar de uma espiritualidade mais mística e entusiasta. Nesse artigo pretende-se evidenciar como Santa Joana d'Arc foi acomodada à dinâmica religiosa brasileira e qual o seu papel no esforço da construção de uma identidade nacional que encontra, de forma difusa, no tema do 'patriotismo inspirado' um caminho possível para acessar o coração dos fiéis. Nesse contexto, destaca-se a relevância das tradições de matriz africana, cuja presença e resistência contribuíram para ressignificar figuras do catolicismo europeu, como Joana d'Arc, inserindo-as em sistemas simbólicos próprios e ampliando seu alcance e significado no panorama religioso brasileiro. A pesquisa contribui para trazer novos elementos ao debate em relação às apropriações de personagens históricos da Idade Média, o que, no caso de Joana d'Arc, revela a complexidade da formação identitária religiosa no Brasil.

Palavras-chave: Joana d'Arc, santos católicos no Brasil, devoção popular, tradições de matriz africana

¹ Pós-doutoranda em Psicologia Analítica pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Pós-doutora em História pela UFMG (2020) e UNICAMP (2018). Doutora (2012) e mestre (2007) em História Social pela USP, graduada em História pela UFMG (2004). Professora de História Antiga e Medieval na UFVJM. Atua nas áreas de História Antiga e Medieval, historiografia, literatura medieval e relações entre História e Psicologia Analítica. Pesquisadora do LEME/USP desde 2008 e membro do grupo Caminhos Junguianos – Laboratório de pesquisa em Psicologia Analítica (USFJ). Diamantina. MG. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5371-8919>. E-mail: flavia.amaral@ufvjm.edu.br.

Saint Joan of Arc in Brazil: between Catholic holiness and traditions of African origin

Abstract: The investigation about the devotional repertoire dedicated to Saint Joan of Arc in Brazil leads us to reflect on the history of the country and its relationship with the faith that accompanied colonization amid slavery and the challenges of constructing a national identity. While devotion to Joan of Arc in parishes and churches tends to follow a certain orthodox formalism, it is within African-based religious traditions that the French saint appears to draw closer to a more mystical and enthusiastic spirituality. The article aims to highlight how Saint Joan of Arc was incorporated into Brazilian religious dynamics and her role in the broader effort to construct a national identity, which, albeit diffusely, finds in the theme of "inspired patriotism" a symbolic means to resonate with the faithful. In this context, the significance of African-based traditions stands out, as their presence and resistance have contributed to the reinterpretation of European Catholic figures, such as Joan of Arc, by embedding them in local symbolic systems and expanding their reach and meaning within the Brazilian religious landscape. The research contributes to bringing new elements to the debate regarding the appropriations of historical figures from the Middle Ages, which, in the case of Joan of Arc, reveals the complexity of religious identity formation in Brazil.

Keywords: Joan of Arc, Catholic saints in Brazil, popular devotion, traditions of African origin.

Joana d’Arc, uma mulher medieval constantemente mobilizada

Sexta-feira, seis de janeiro de 2012, Domrémy-la-Pucelle. Pela primeira vez em seu mandato, o presidente da França Nicolas Sarkozy preside uma cerimônia oficial em homenagem à Joana d’Arc. Ele se dirigiu a essa pequena cidade para festejar o 600º aniversário da heroína, na casa em que ela nasceu. O episódio causou surpresa, sobretudo porque esse presidente jamais havia participado, ao contrário de seus antecessores — Giscard d’Estaing, François Mitterrand e Jacques Chirac — nem ao menos das tradicionais “Festas Joânicas”, realizadas anualmente em maio, na cidade de Orléans, em comemoração à libertação da cidade por Joana, em 1429.

Sábado, sete de janeiro de 2012, Paris. A “Frente Nacional” lota a *Place des Pyramides* também em comemoração ao aniversário de Joana d’Arc. Decidiram fazer a festa um dia depois da data de nascimento de Joana, certamente para não haver concorrência com a cerimônia presidencial em Domrémy. Jean-Marie Le Pen discursa diante da estátua da Donzela² reafirmando os ideais do seu partido, ainda chamado Frente Nacional à época, e criticando a inédita homenagem de Sarkozy à heroína francesa.

E assim, por no mínimo três semanas, Joana d’Arc se tornou personagem frequente na campanha presidencial francesa de 2012. As provocações entre os presidenciáveis, Marine Le Pen e Nicolas Sarkozy, estampavam as chamadas dos principais veículos de comunicação franceses na mídia escrita e eletrônica³. Acusações de oportunismo e uso indevido da imagem de Joana vinham de todas as partes provocando reações em ambos os candidatos. Os anos que se seguiram a essa disputa

² A própria Joana, em sua vida pública, adota para si a denominação *La Pucelle*, forma que aparecerá em inúmeros documentos desde então. Nas fontes contemporâneas a ela e nos processos, seu nome aparece simplesmente como “Jehanne”, “Jehanne, la Pucelle” ou “Jehanne Darc”. O uso do apóstrofo em seu nome, conforme ficou consagrado — “d’Arc” —, é considerado anacrônico por vários autores, pois, esse caractere só aparece nos nomes das famílias francesas a partir do Renascimento. No entanto, optamos por manter em nosso texto a forma mais adotada em português, Joana d’Arc, usando de forma intercambiante o epíteto “Donzela”. Cf. Warner, 1981.

³ Cf. lemonde.fr/election-presidentielle-2012/article/2012/01/06/sarkozy-celebre-jeanne-d-arc-symbole-de-l-unite-nationale_1626744_1471069.html; acesso em 10 fev. 2022.
<https://www.france24.com/fr/20120107-apres-sarkozy-le-pen-rendent-hommage-jeanne-arc-front-national-pucelle-orleans-symbole-nationalisme-presidentielle-2012>; acesso em 10/02/2022.
<https://www.lefigaro.fr/politique/2012/01/07/01002-20120107ARTFIG00291-jean-marie-le-pen-s-enprend-a-sarkozy-sur-jeanne-d-arc.php>. Acesso em 10 fev. 2022.

trouxeram um discurso não menos inflamado, por parte da extrema direita francesa, relacionando Joana d’Arc às suas pautas xenofóbicas e nacionalistas (Lefranc, 2023).

No entanto, essa mobilização em torno da figura de Joana d’Arc está longe de ser um fenômeno exclusivo da contemporaneidade. A vida da jovem, que ainda criança começara a ouvir vozes lhe revelando a missão de libertar a França dos invasores ingleses, que liderou um exército, coroou o seu rei e teve um destino trágico, sendo queimada viva como herege, parece saída de uma obra literária, mas como bem lembra Colette Beaune “Joana d’Arc é provavelmente, a figura de mulher mais documentada de toda a História.” (Beaune, 2006, p. 15). Toda essa improvável trajetória chamou a atenção ainda antes de sua morte.

Já em 1429 Christine de Pisan, ao compor *Ditié de Jeanne d’Arc*, se mostra maravilhada com os feitos de Joana, chamando-a de “Donzela enviada por Deus”⁴. Durante sua vida Joana aparece também em obras que questionam sua boa fé e conduta como testemunha o *Journal d’un Bourgeois de Paris à la fin de la Guerre de Cent Ans*⁵. Após sua morte surgiram falsas Joanas e rumores sobre sua possível ascendência real (Bouzy, 1999).

A história de Joana foi narrada em muitas obras do chamado “Antigo Regime”, mas só no século XIX se deu o ápice do seu “sucesso editorial”. Nesse período, em que muitos personagens históricos da Idade Média foram associados aos valores nacionais franceses (Amalvi, 2002), ela se tornou figura essencial nas *Histoires de France*. Na segunda metade desse século, a ideia de canonização ganhou grande fôlego a partir da atuação do Monsenhor Dupanloup, então bispo de Orléans. Seus esforços foram bem sucedidos: Joana tornou-se “Beata” em 1909, “Santa” em 1920 e em 1922 ela foi declarada “Segunda Padroeira da França”.

Durante a Segunda Guerra Mundial o governo de Vichy associou Joana d’Arc aos ideais que o sustentavam e em fins do século XX e início do XXI a extrema direita francesa, como explicitado anteriormente, reclama seus “direitos” sobre a heroína. Atualmente contam-se aproximadamente 20 mil estátuas públicas, 800 biografias

⁴ “Tu, Johanne, de bonne heure née, benoist soit cil qui te créa ! **Pucelle de Dieu ordonnée**, en qui le Saint-Esprit réa Sa grant grâce et qui ot et a toute largesse de hault don, N'onc requeste ne te véa que te rendront assez guerdon ?” (Pizan, 1977. 22ª estrofe. Grifo nosso).

⁵ “La dame Jeanne [...] a trompé le peuple, a fait idolâtrer le simple peuple, car par sa fausse hypocrisie, ils la suivaient comme sainte pucelle”. *Journal d’un bourgeois de Paris*, 1990, p. 292.

históricas, 52 filmes, centenas de peças de teatro, romances, músicas, a ópera de Verdi “Giovana d’Arco”, além das obras inacabadas de Tchaikovsky e Ravel (Bouzy, Contamine & Hélyary, 2012). Trata-se de um personagem cuja trajetória interessou às mais diversas áreas, desde a própria História, passando pela Psicologia e Dramaturgia.

Embora Joana d’Arc desperte o interesse de diversos campos do conhecimento e inspire inúmeras obras artísticas, o componente religioso de sua trajetória sempre foi definitivo. Esse aspecto ganhou gigantesca ressonância com a canonização, em 1920: o reconhecimento oficial de sua santidade passou a marcar profundamente as representações futuras da figura de Joana. As produções cinematográficas, históricas ou artísticas, desde então, foram atravessadas pelo peso simbólico da canonização. Além disso, as celebrações em honra à Joana passaram a estar presentes no calendário litúrgico da Igreja Católica, em diversas partes do mundo. Esse fato nos leva a indagar: como esse processo se deu nos países situados fora do continente europeu, sem a experiência histórica da Idade Média? Qual teria sido o impacto, nesses locais, da chegada de uma devoção oficial a uma já reconhecida heroína nacional francesa?

O presente artigo traz esses questionamentos ao contexto brasileiro e tem como objetivo central analisar a configuração da devoção à Santa Joana d’Arc no Brasil. Nosso recorte temporal tem início em 1955, com a inauguração da primeira paróquia dedicada a Joana d’Arc, no estado de São Paulo, e se estende até 2021, abrangendo análises de comemorações realizadas em sua homenagem nesse período⁶. Cabe esclarecer que não se trata de escrutinar todo o repertório devocional dedicado à Santa Joana d’Arc nesse longo período, mas de oferecer um primeiro panorama, já que essa análise é inédita no Brasil. O artigo traz reflexões a partir da escolha de casos que, no nosso entender, permitem delinear as principais temáticas que envolvem essa devoção.

Para isso, em um primeiro momento, realizamos o levantamento do número de paróquias e igrejas no Brasil dedicadas à Joana d’Arc e investigamos o histórico dessas comunidades⁷. Em seguida, analisamos as formas de celebração e as práticas

⁶ Cabe esclarecer que antes do ano de 1955 não foi encontrada nenhuma referência às práticas devocionais relacionadas à Joana d’Arc. Ao longo da 2ª metade do século XX foram fundadas outras paróquias dedicadas a essa santa, porém o levantamento de fontes relacionadas a esse período ainda não foi realizado.

⁷ O levantamento foi realizado cruzando informações das próprias bases de dados oficiais da Igreja Católica, como o Anuário Católico (2018), publicado pela Ceris - CNBB, o site <https://www.cnbb.org.br>.

comemorativas em sua honra, pertencentes ou não às comunidades canonicamente reconhecidas, buscando estabelecer semelhanças e particularidades entre as festividades das quais foi possível obter alguma informação. A partir dessa análise, tornou-se evidente a presença de um elemento significativo no culto a Joana d’Arc no Brasil: a interlocução com tradições religiosas de matriz africana confere à devoção características singulares no contexto nacional.

Joana d’Arc desembarca no Brasil

Antes de aprofundar a análise sobre a presença de Joana d’Arc no cenário religioso brasileiro, é fundamental considerar o contexto anterior à sua canonização. De que modo a Donzela era mencionada no Brasil antes de 1920? Sob que perspectiva sua trajetória fora interpretada? A investigação suscitada por essas questões revelou que um dos primeiros registros iconográficos de Joana d’Arc no país encontra-se no âmbito da produção pictórica oficial do Império, mais especificamente na obra de Pedro Américo.

Joana d’Arc “chega” ao Brasil em meio a um ambiente político que se mobilizava em torno de alguns debates fundamentais. Como incluir o único país monarquista e escravocrata das Américas no rol das nações civilizadas do mundo ocidental? É importante lembrar que a Independência do Brasil fora protagonizada pela própria dinastia portuguesa que nos colonizava e que, ao final desse processo, houve a intenção de construir um Império Brasileiro cujo projeto se iniciava diante de uma enorme contradição: por um lado, o país tinha como horizonte os modelos de estados nacionais que se estruturavam no bojo da corrida imperialista dos Oitocentos; por outro, estava diante de questões sociais internas que o distanciavam enormemente desse propósito, como a estruturação econômica em torno da monocultura escravista. A construção de uma narrativa que objetivava incluir o Brasil na civilização ocidental foi profundamente confrontada pela realidade econômica e social dramaticamente incompatível com a marcha capitalista do século XIX. De que maneira convencer os estrangeiros e mesmo os brasileiros de que as estruturas administrativas, políticas,

além páginas de dioceses e arquidioceses. Utilizamos também informações dos *sites* das paróquias e de seus perfis em redes sociais como *Instagram* e *Facebook*. Ao longo do artigo serão apontadas as referências específicas.

econômicas e sociais do país eram características apropriadas para um Império que almejava ser reconhecido como a maior potência do Cone Sul?

No campo da cultura houve várias iniciativas para compor uma vitrine que tornasse o Brasil um candidato condizente com espaço internacional que o Império almejava ocupar. Uma delas está relacionada ao incentivo da pintura histórica como forma de mobilizar os temas nacionais considerados adequados à formação de um sentimento de unidade que mantivesse os brasileiros ligados à sua desejada origem europeia. Por esse motivo, vários artistas foram patrocinados pelo governo em longas estadias, para aprimorar seus estudos em academias artísticas do Velho Mundo. Esse foi o caso de Pedro Américo. Com o financiamento do Imperador, ele estudou artes plásticas na *École National Supérieure des Beaux-Arts* de Paris, entre 1859 e 1864, onde teve como professor Jean-Auguste-Dominique Ingres (Gomes Júnior, 2019). Ao retornar ao Brasil, tornou-se professor na *Academia Imperial de Belas Artes*, função que exercia nos momentos em que permanecia no Brasil, alternados por longas estadas na Europa, especialmente em Florença. De acordo com o escritor Joaquim Nabuco, pintar na Europa trazia o fundo histórico necessário, que faltava ao Brasil (Nabuco, 1900).

Pedro Américo se tornou um dos principais ícones da dinâmica que procurava constituir uma referência europeia na criação de uma arte histórica nacional. O mesmo autor de uma das telas mais conhecidas pelo povo brasileiro, *O grito do Ipiranga* (1888), foi o responsável pelo desembarque de Joana d'Arc no Brasil. Em 1884, em Florença, ele pintou a tela *Joana d'Arc ouve pela primeira vez a voz que lhe prediz o seu alto destino* (Imagem 1). Trata-se de uma criação que deve ser contextualizada junto a um grupo de outras produções que Américo concluiu em terras europeias com temáticas bíblicas e históricas. Ao lado de Judite, Jacobed e Heloísa, a Joana d'Arc de Pedro Américo compõe um grupo de mulheres fortes, ligadas a acontecimentos relevantes na história cristã e ocidental. Através dos títulos *Judith rende graças a Jeová por ter conseguido livrar sua pátria dos horrores de Holofernes* e *Joana d'Arc ouve pela primeira vez a voz que lhe prediz o seu alto destino* é possível estabelecer uma relação do heroísmo divinamente inspirado em duas mulheres de Deus e defensoras da nação.

Apesar de Oscar Guanabarro identificar esse conjunto de obras de Pedro Américo como “quadros de assunto estrangeiro” (Guanabarro, 1894, p. 2) nada mais

consoante com o Brasil naquele momento do que importar modelos que pudessem inspirar a formação de uma identidade nacional patriótica e voltada às origens judaico-cristãs e europeias. O quadro de Joana d’Arc desembarca no Brasil, juntamente com outras 14 telas de Pedro Américo vindas de Florença para a Exposição Geral de 1884, evento organizado pela *Academia Imperial de Belas Artes*, no Rio de Janeiro. Já era a 7ª vez que Pedro Américo participava do evento e com essas obras, “ele desejava dar provas públicas do seu amor por seu país” (Américo, 1884).

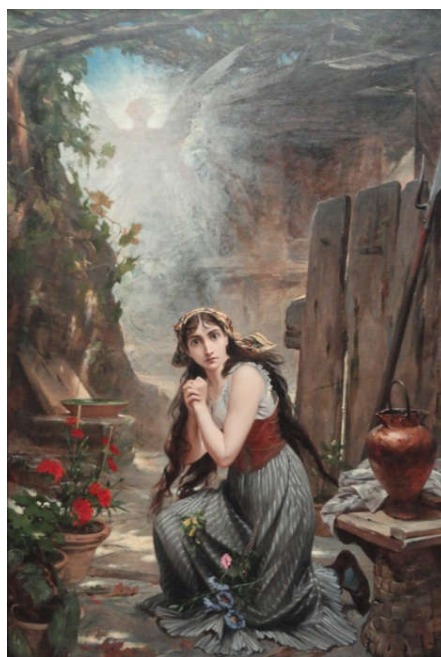


Imagem 1 – Pedro Américo, *Joana d’Arc ouve pela primeira vez a voz que lhe prediz o seu alto destino*, 1883, óleo sobre tela, 229 × 156 cm. Fonte: Acervo do Museu Nacional de Belas Artes, RJ. Disponível em: Wikimedia Commons. Acesso em: 19 jul. 2020.

Reitera-se que esse grupo de telas pintadas em Florença compõe-se de temas históricos e bíblicos. Joana surge como um ponto de intersecção, pois a ênfase do quadro nas vozes ouvidas pela Donzela ressalta o caráter místico que a aproxima das heroínas bíblicas. Ao mesmo tempo, ao trazer esse personagem histórico ao Brasil, Américo contribuía para o propósito que colocava a arte como parte importante do “projeto civilizatório de caráter nacional”. (Gomes Júnior, 2019, p. 3). Segundo o próprio artista, as telas históricas tinham fundamental papel pedagógico na formação dos cidadãos. Ele defendia um projeto educativo através do qual a ignorância do povo

pudesse ser combatida com o conhecimento de sua própria história (Barros, 2006). Para Américo, uma Galeria de Belas Artes, tinha por função não apenas formar o gosto do público, mas também “afervorar o patriotismo”, como afirmou certa vez em discurso no parlamento brasileiro. (Américo, 1892)

A falta de um projeto nacional para o Brasil o angustiava e o modelo nacionalista por ele vivenciado na Europa, parecia ser inspirador. Esse modelo buscava nos heróis do passado, sobretudo a partir de uma idealização romântica do período medieval, as bases para a construção de um patriotismo que pudesse mobilizar os brasileiros no enfrentamento de seus desafios sociais, econômicos e políticos. Nesse sentido, a arte teria uma função educativa e sua Joana d'Arc seria um sopro de inspiração para um país que, aos olhos do artista, encontrava-se imerso em um atraso civilizatório que o fazia ser percebido como rude e primitivo. Pedro Américo, que passava longos períodos trabalhando na Europa, demonstrava admiração pelo sistema educacional daquele continente. Para ele, os museus nacionais deveriam desempenhar uma função pedagógica voltada ao fortalecimento do amor à pátria. Nesse sentido, pintar uma tela de Joana d'Arc e trazê-la ao Brasil constituiu, sem dúvida, uma estratégia de difusão da imagem da heroína e de sua trajetória pautada pelo heroísmo e pelo patriotismo.

Com essa reflexão introdutória, não estamos afirmando categoricamente que o quadro de Pedro Américo foi responsável pelo primeiro contato dos brasileiros com Joana d'Arc. No entanto, sua tela desembarcou no país associada a um modelo nacionalista europeu, forjado na idealização da Idade Média, a ser reproduzido. Certamente, essa tela contribuiu para fixar, a partir da autoridade emanada pelo artista, certa interpretação oficial a respeito de Joana e seus feitos, cujos ecos irão resvalar na sua recepção como santa canonizada pela Igreja Católica.

Da devoção imigrante ao discurso militar

Apesar do Brasil possuir poucas paróquias e igrejas dedicadas à Santa Joana d'Arc⁸, os aspectos devocionais a ela relacionados se revelam em traços surpreendentes. Ligam-se a temas que vão desde a atuação da imigração francesa a elementos constitutivos da nossa própria religiosidade forjada, especialmente, entre a implementação da estrutura tradicional da Igreja Católica e as práticas devocionais de origem africana.

A partir da imagem de heroína nacional canonizada foi construída a mais antiga igreja dedicada a Joana d'Arc no Brasil, obra de um imigrante francês, Alexandre Zirllis, funcionário da *Companhia Química Rhodia Brasileira*⁹, a filial brasileira da *Société Chimique des Usines du Rhône*, mais tarde Grupo *Rhône-Poulenc*. Em 1946 ele doou um terreno para a construção de uma capela na cidade de Santo André, em São Paulo. O bairro, muito afastado do centro urbano à época, recebeu o nome de Vila Vitória, em homenagem aos triunfos de Joana na Guerra dos Cem Anos. A imagem foi trazida da França e a primeira missa, realizada em 28 de setembro de 1947. Só mais tarde, em 29 de maio de 1955, a paróquia foi fundada, recebendo no ano seguinte a visita do bispo auxiliar de Paris, Monsenhor Brounpond: na ocasião ele teria demonstrado enorme satisfação por encontrar uma igreja dedicada à Joana d'Arc no Brasil. Nessa viagem, Brounpond ainda visitou a *Companhia Química Rhodia Brasileira*, e falou em uma importante rádio local para a colônia francesa do estado¹⁰. Do *locus* religioso ao industrial, o trânsito do bispo acionou uma rede atrelada aos interesses da França no Brasil tendo na figura de Joana d'Arc um pano de fundo religioso e cultural simbolicamente importante para a concretização dos acordos entre os dois países. Nessa paróquia, a memória da fundação relacionada à sua origem imigrante é muito celebrada. A quermesse da padroeira, organizada desde os tempos de Alexandre Zirllis, continua sendo uma forte tradição¹¹.

⁸ O Brasil conta com quatro paróquias dedicadas a Santa Joana d'Arc. Além dessas, há outras quatro igrejas e/ou capelas que também a têm como padroeira. Paróquias: São Paulo (SP), Santo André (SP), Teresina (PI) e Jaboatão dos Guararapes (PE). Igrejas, capelas e comunidades: Carapicuíba (SP), Porto Alegre (RS), Arvorezinha (RS), Manaus (AM). Cf.: Anuário Católico (2018), <https://www.cnbb.org.br>, <https://arquisp.org.br/>, <https://psjd.com.br>, <https://www.instagram.com/paroquiasantajoana>, <https://paroquij Joanadarc.com.br>, <https://web.facebook.com/santajoanacapelacristorei>. Acesso em 17 out. 2019.

⁹ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP), 31 de Dezembro de 1966.

¹⁰ Cf. <https://psjd.com.br>/acesso em 07 fev. 2020.

¹¹ Cf. <https://psjd.com.br/sobre>. Acesso em: 25 jul. 2021.

Ainda no estado de São Paulo, desta vez na própria capital, temos mais uma paróquia dedicada à Santa Joana d'Arc. Apesar da tentativa de contato, não conseguimos obter informações sobre sua fundação. No entanto, a partir dos conteúdos do *site* e da página do *Facebook* foi possível recolher imagens e postagens referentes a algumas celebrações mais recentes¹². Em 2021, não ocorreram as festividades costumeiras, em função do isolamento social no contexto da Pandemia de Covid-19. Por isso, foi organizada uma carreata que percorreu as ruas nos arredores da igreja com a imagem de Santa Joana d'Arc (Imagem 2). No anúncio da festividade (Imagem 3), feito em uma postagem, as cores da bandeira da França foram projetadas sobre a imagem de Joana.

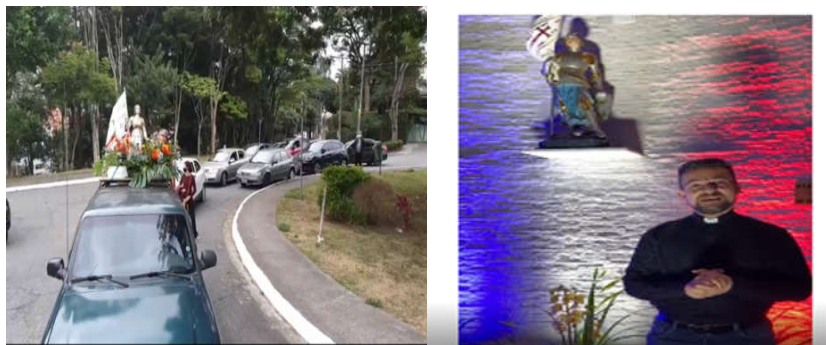


Imagem 2 – Foto da carreata, Paróquia Santa Joana d'Arc, São Paulo.

Fonte: <https://www.facebook.com/santajoanacapelacristorei/videos/228956735329071>

Imagem 3: Convite para a carreata. Fonte: <https://www.psjd.com.br/single-post/carreata-hoje-%C3%A0s-10h-participe>. Acesso em: 04 jul. 2020.

Podemos perceber que, em ambas as paróquias, a memória relacionada ao nacionalismo francês é ativada na construção de um repertório devocional que busca criar uma identidade entre os paroquianos e sua patrona. Além disso, está presente a dimensão heroica da trajetória de Joana d'Arc que é parte constituinte da sua condição de santa, e tem um peso fundamental em seu processo de canonização, como bem debateu Gabriel Hanotaux na *Revue des Deux Mondes*, em 1920. É também a partir desse aspecto que a devoção à Joana d'Arc na Igreja Católica brasileira deve ser compreendida. Como já abordado anteriormente, a tela de Pedro Américo traz o

¹² Site: <https://paroquiajoanadarc.com.br>. Acesso em 04 jul. 2020. Facebook: <https://web.facebook.com/santajoanacapelacristorei> acesso em 04 jul. 2020.

exemplo de Joana como modelo de heroísmo patriótico a ser inspirado em um país que desejava se enquadrar nos padrões da civilização ocidental. Esse fator continuou, certamente, tendo um impacto na recepção de Joana em terras brasileiras após sua canonização. O próximo exemplo devocional apresentado nesse artigo está relacionado exatamente ao papel do herói, agora na condição de guerreiro martirizado, em defesa dos valores patrióticos. Ele vem da Igreja de São Gonçalo Garcia, na cidade de São João del-Rei, MG.

Apesar de nem a igreja, nem a paróquia serem dedicadas a Joana d’Arc, acontece todos os anos, nessa cidade, um tradicional tríduo em homenagem à santa, na última semana do mês de maio. Uma missa campal encerra as festividades, com a presença dos militares da cidade que a consideram sua patrona (Gaio Sobrinho, 2006). Além disso, existem registros de que na comemoração da “Páscoados militares”, no Largo do Rosário, acontecia uma procissão na qual os soldados carregavam a imagem de Santa Joana d’Arc por um longo trajeto¹³.

A própria “Igreja dos militares” (Imagem 4) como é conhecida na região, fica bem próxima ao *11.º Batalhão de Infantaria de Montanha do Exército* brasileiro, destacamento que teve participação efetiva na Segunda Guerra Mundial, e que leva o nome de ‘Regimento Tiradentes’, herói brasileiro republicano, cuja história fora cooptada pelo Exército. Em frente a essa igreja, há uma escultura em honra aos “Pracinhas” brasileiros que lutaram na Segunda Grande Guerra (Imagem 6). Um dado importante é o fato desse monumento ter sido inaugurado em um dos períodos mais violentos da ditadura militar brasileira, com a presença do Marechal Artur Costa e Silva que presidia o Brasil, em 1969. Trata-se de um dos poucos monumentos em solo brasileiro relacionados a guerras e homenageando os combatentes.

É bem significativo todo o contexto bélico vinculado à devoção joânica nessa cidade mineira. Ainda que não saibamos a data em que a igreja recebeu a imagem de Joana d’Arc, o fato da escolha da “Igreja dos militares” como sua morada é bastante significativo. A narrativa histórica de tutela sobre a república que o exército brasileiro construiu e da qual continua a se servir, vale-se também de Santa Joana d’Arc que emerge como parte de uma rede envolvendo a santidade, o martírio, o heroísmo e o

¹³ Cf. <https://folclorevertentes.blogspot.com/2013/11/sao-goncalo-garcia.html>. Acesso em 10 ago. 2020.

patriotismo. Joana é uma peça importante desse verdadeiro “complexo militar” formado pela Igreja e pelos monumentos que são regularmente mobilizados pelas festividades religiosas. (Imagens 4, 5 e 6)



Imagem 4 – Igreja de São Gonçalo Garcia, conhecida como “Igreja dos militares”.

Fonte: <https://folclorevridentes.blogspot.com/2013/11/sao-goncalo-garcia.html>. Acesso em: 10 ago. 2020.

Imagem 5 – Imagem de Joana d'Arc na Igreja de São Gonçalo.

Fonte: <https://folclorevridentes.blogspot.com/2013/11/sao-goncalo-garcia.html>. Acesso em: 10 ago. 2020.

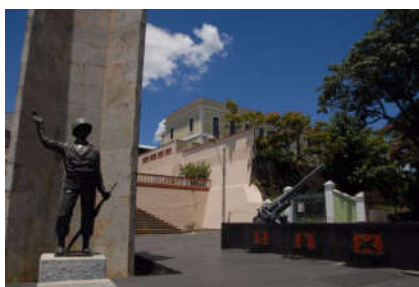


Imagem 6 – Monumento aos pracinhas, em frente à Igreja São Gonçalo Garcia.

Fonte:

<https://folclorevridentes.blogspot.com/2013/11/sao-goncalo-garcia.html>. Acesso em: 10 ago. 2020.

Na mesma cidade há um importante registro ligado à santidade de Joana d'Arc. Trata-se da atuação de um grupo percussionista de “moçambique bate-paus”¹⁴, muito atuante na década de 1990, denominado “Mãe Joana d'Arc.” Esse grupo, a respeito do qual não foi possível obter mais informações, era ligado a um terreiro, de mesmo nome, no qual havia práticas relacionadas à tradições religiosas afro-brasileiras, como a Umbanda.

¹⁴ Informação do periódico *O Correio*. São João del-Rei, n.859, acervo da *Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida*. Cf. também <https://folclorevridentes.blogspot.com/search?q=joana>. Acesso em 20 jul. 2023.

Na cidade de Sete Lagoas, também em Minas Gerais, uma festa da Guarda do Congo, leva o nome de Santa Joana d'Arc. Trata-se, da mesma forma, de uma prática afro-brasileira que se mescla às festividades católicas em importantes celebrações, desde o período colonial. A seguir, aprofundaremos a análise sobre a presença de Joana d'Arc nessas tradições religiosas.

Joana d'Arc e seu rei negro

É nas tradições de matriz africana que a santa francesa parece se aproximar de uma espiritualidade mais mística e entusiasta em terras brasileiras. Na Umbanda, Joana d'Arc é associada à Orixá guerreira, Obá (Imagem 7). De acordo com essa tradição, ela é filha de dois dos principais orixás, Oxalá e Iemanjá, sendo considerada a senhora das águas doces revoltas e controladora das enchentes. A relação é explicada da seguinte maneira, pelos adeptos da religião:

A força da Orixá é motivo para o seu sincretismo com a figura católica. Assim como Obá, Joana D'Arc é reconhecida por ser uma guerreira. Tanto a natureza bélica, quanto os traços masculinizados são características comuns entre ambas. Além disso, as duas entidades são homenageadas no dia 30 de maio.

A força física e a prontidão para a guerra, características associadas a Obá, estão relacionadas ao poder feminino relacionado à luta, habilidade temida por todos os Orixás. De acordo com os seus devotos ela é capaz de derrotar qualquer um em defesa de uma disputa honesta e por isso ela é representada com uma espada e escudo na mão, sempre disposta a defender o que é justo e certo¹⁵.

¹⁵ Cf. <https://tungracas.wordpress.com/2020/05/26/santa-joana-darc-e-oba-a-orixa-guerreira-e-senhora-do-conhecimento>. Acesso em 20 mar. 2025.



Imagem 7 – Representação de Obá e Joana d’Arc, elaborada pelos seus devotos.

Fonte: <https://www.raizesespirituais.com.br/30-maio-dia-de-oba-joana-darc/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

Encontrar informações a respeito dessa associação é um desafio complexo. O fenômeno relacionado à analogia entre os santos católicos e os orixás se dissemina, sobretudo, na oralidade, por isso é difícil localizar temporalmente quando se deu o início da relação entre Obá e Joana d’Arc. O que torna os registros dessa memória ainda mais raros é o fato das tradições afro-brasileiras serem, historicamente, alvos de preconceito e perseguição, inclusive por parte do Estado.

É fundamental ressaltar que o fenômeno conhecido como “sincretismo religioso” suscita importantes debates no meio acadêmico brasileiro. A própria utilização do termo é alvo de críticas pela historiografia especializada. Autores como Luiz Antônio Simas, Sérgio Ferreti, Reginaldo Prandi e Beatriz Góis Dantas vêm trazendo importantes reflexões sobre o uso do conceito. Simas (2019) critica a ideia de sincretismo como algo passivo ou imposto, propondo em seu lugar a noção de uma “tecnologia de sobrevivência” que revela o protagonismo e a criatividade das comunidades afro-brasileiras diante da violência colonial. Já Reginaldo Prandi (2002) destaca que o termo sincretismo, muitas vezes tratado como fusão harmoniosa, esconde tensões e assimetrias de poder entre as tradições religiosas envolvidas, além de reforçar uma leitura simplificadora da complexidade das práticas de matriz africana. Beatriz Dantas (2002) por sua vez, problematiza o uso tradicional do termo ao mostrar que ele foi usado historicamente para minimizar ou diluir a autonomia das religiões afro-brasileiras, tratando-as como derivadas do catolicismo ou como “misturas” desorganizadas. A

crítica de Ferreti (2013) vai na mesma direção, apontando que o termo contribui para a ideia de diluição cultural; ele propõe a reinterpretação do sincretismo como estratégia de resistência e adaptação cultural.

No caso da aproximação entre Obá e Joana d’Arc - ambas mulheres guerreiras, dotadas de traços de coragem e enfrentamento do poder - é possível ver mais do que um simples sincretismo litúrgico ou iconográfico: trata-se de um processo de reinterpretação simbólica e política, na qual se articulam estratégias de resistência, reconhecimento e ressignificação. Ao invés de entendê-la como diluição, esse tipo de analogia revela o dinamismo da religiosidade afro-brasileira e sua capacidade de construir pontes simbólicas com elementos da tradição ocidental, não como submissão, mas como reinvenção e afirmação identitária.

Em relação às congadas, encontramos uma importante celebração na cidade de Sete Lagoas, conforme já dissemos, onde acontece a “Festa da Guarda de Congo Santa Joana d’Arc” (Imagens 8, 9 e 10). As festas de Congado são muito comuns e populares no Brasil, sendo que seus primeiros registros remontam ao século XVII (Ferraz, 2015). A celebração recria, de forma teatral e musicalizada, a coroação do rei do Congo e da Rainha da Angola, na presença de uma corte real e de seus vassalos. Há um cortejo, com canções tradicionais desses grupos associados ao(s) santo(a) homenageado (a) na ocasião, acompanhadas de danças que simulam lutas de espada performadas pela “guarda real”.





Imagens 8, 9 e 10 – Fotos da Festa da Guarda de Congo Santa Joana d’Arc, Sete Lagoas, MG, 2012.
Fonte: <https://www.daltonandrade.com/festa-da-guarda-santa-joana-darc/#jp-carousel-1085>. Acesso em: 19 maio 2020.

Nesse cortejo, junto à Joana, seguem as imagens de outros santos, como Nossa Senhora Aparecida, São Benedito, e Santa Efigênia, todos negros e tradicionalmente venerados pelos grupos de congado. Na semana anterior à festa de Santa Joana d’Arc, por volta do dia 20 de maio de cada ano, tem início a novena na capela de São José, finalizada com a procissão, que é acompanhada por pessoas a pé, a cavalo ou em carros. Ao ritmo dos tambores da Guarda de Santa Joana d’Arc são entoadas as músicas como a que se segue:

“Santa Joana d’Arc
é a nossa protetora.
na luta contra o mal,
nós seremos vencedores.

Povo de guerra, lá vai
Povo de guerra vai,
Marinheiro que mora na praia
Povo de guerra, lá vai.” (Garone, 2008, p. 159)

A Igreja Católica sempre teve uma relação conflituosa com os Congados e se, nas últimas décadas, algumas concessões foram feitas, o convívio ainda é hesitante. Em meados do século XX a visão eclesial geral era a de que o Congado representava uma manifestação da barbárie, com desregramento moral e abusos de álcool e comida.

Em publicação do *Jornal Gazeta de Minas*, de 1956, encontramos a seguinte opinião de um colunista: “Já não estamos mais na África e a senzala já se acabou!... Será que os tais estão com saudades da escravidão?”¹⁶

A partir da década de 1960 há registros de celebrações das “missas congas”, que contavam com a participação desses grupos, no entanto elas não poderiam ser realizadas dentro da igreja, mas em um palanque, do lado de fora. Durante os anos 90 houve uma maior abertura, com o incentivo de párocos locais, em diferentes cidades brasileiras, que permitiam a entrada das guardas nas igrejas durante as celebrações e missas, muitas vezes precedida de um canto e dança especificamente realizados como pedido de autorização (Ferraz, 2015). Essa prática se estende até os dias atuais, e não há nenhuma orientação formal sobre o tema, ficando a interação com as guardas de Congo a critério de cada pároco.

A presença de Joana d’Arc nessa importante festividade brasileira evidencia o forte apelo popular de sua trajetória histórica, especialmente por estar associada a uma noção difusa de combate ao mal — ideia que ganha novos contornos no contexto das lutas travadas pelos afrodescendentes em busca do reconhecimento de sua dignidade.

Reflexões finais

A devoção à Santa Joana d’Arc no Brasil se acomodou às nossas tradições religiosas, orbitando em torno da liturgia católica tradicional e das manifestações de matriz africana. Na paróquia da cidade de Santo André (SP) o culto se volta à memória da imigração, sendo realizado em rituais ortodoxos, com abundantes referências à origem europeia da santa.

Na paróquia da cidade de São Paulo, o aspecto visual da igreja impacta pelas referências à Idade Média a partir da existência dos arcos ogivais, rosácea e vitrais. Outra presença marcante são as bandeiras da França, da Grã Bretanha, do Brasil e do

¹⁶ *Gazeta de Minas*, 17, nº 322, 2 de setembro de 1956, p. 3. Em 29 de setembro de 1957, no mesmo jornal: “Está sendo preparada a festa do Congo com cantorias e dansas africanas, devidamente licenciadas pela polícia. Se fosse festa religiosa, é claro, a licença seria eclesiástica. A festa do Congo é inteiramente profana, depende da polícia, uma festa como o carnaval”. E em 28 de setembro de 1958: “Não há aprovação eclesiástica. A paróquia não toma conhecimento e quem chefia, infelizmente é quem menos autoridade moral possui para uma festa popular que os católicos possam aprovar”. (*Gazeta de Minas* ano LXX, nº 375, 29 de setembro de 1957, p.1).

Vaticano (Imagem 11). O posicionamento das bandeiras reforça a ainda constante busca do nosso do país por ocupar um lugar no que acredita ser a civilização ocidental europeia dando, ao mesmo tempo, um caráter oficial ao culto canônico e legítimo de Joana d'Arc, que deveria estar sempre tutelado pela Igreja Católica.



Imagem 11: Foto de celebração na igreja da Paróquia Santa Joana d'Arc, em São Paulo. Fonte: <https://www.instagram.com/santajoanacapelacristorei>. Acesso em: 15 jul. 2021

As fotos da festa de 2018 (Imagem 12) mostram a procissão com a imagem da santa sendo carregada por um grupo de jovens pertencentes à organização “Arautos do Evangelho”, associação tradicionalista, de extrema direita, ligada à ala conservadora da Igreja Católica e oriunda da *Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade* (TFP). A indumentária dos membros desse grupo, sejam homens ou mulheres, traz referências estereotipadas à cavalaria medieval, especialmente à Ordem Templária. Nessa foto temos uma analogia entre as “guerreiras defensoras da palavra de Deus” e a “guerreira francesa enviada por Deus”, cujas causas, seriam, supostamente, complementares. A associação entre as pautas da extrema direita com Santa Joana d'Arc no Brasil, aliás, também é contundente em vídeos disponibilizados em canais católicos do Youtube como *Canção Nova* e *Flos Camellis*¹⁷, nos quais o discurso

¹⁷ <https://www.arautos.org/vida-dos-santos/santa-joana-darc-a-vmrgem-heroica-143592>; Acesso em 15 jul. 2020. <https://www.youtube.com/watch?v=3eDseeD0bps>; Acesso em 15 jul. 2020. <https://www.floscarmeliedicoes.com.br/joana-darc?srltid=AfmBOoqB9TGmjtW0aPSUyIruSFBXiJ6qeY-P11itAqU96oIa8VanaH5f>; <https://formacao.cancaonova.com/igreja/historia-da-igreja/importancia-de-joana-darc-para-humanidade/> Acesso em 18 jul. 2020.

anticomunista e antifeminista compõem a retórica devocional aliados à interpretação de que Joana, ao expulsar os ingleses, teria livrado a França de se tornar, no futuro, um país protestante. Na interpretação desses grupos, Joana d’Arc poderia inspirar o Brasil na luta contra os inimigos da pátria católica: os comunistas, as feministas e os evangélicos. Temos aqui, obviamente, uma reverberação nas terras brasileiras, do fenômeno de associação de pautas conservadoras à imagem de Joana, que pode ser identificado em várias partes do mundo.



Imagem 12 – Foto da procissão com Arautos do Evangelho.

Fonte: <https://web.facebook.com/santajoanacapelacristorei>. Acesso em: 04 jul. 2021

No caso da cidade de São João del-Rei, o aspecto bélico das festividades que envolvem Joana d’Arc acabam reforçando sua condição de modelo para os militares, sendo uma referência cristã de disciplina e amor à pátria, algo temerário para um país que poucas vezes esteve livre dos fantasmas do autoritarismo. Essa perspectiva não deixa de estar associada a todo o repertório devocional que relaciona a imagem de Joana às pautas da extrema direita brasileira.

Nas tradições de origem africana, a devoção à Joana d’Arc se afasta consideravelmente do aspecto patriótico. Na Umbanda, Joana assume aspectos de Deusa que luta em nome da justiça que Ela mesma pretende implantar e defender; tornou-se “Mãe” no terreiro, em São João del-Rei. Relaciona-se ainda à figura arquetípica da guerreira feminina que defende o interesse dos seus protegidos. No Congado, junto a santos negros, ela compõe a guarda de um rei também negro, na festa em que ele será coroado, uma festa na qual se entoa cantos de guerra dos afrodescendentes brasileiros.

A análise das práticas devocionais em relação à Santa Joana d’Arc no Brasil proposta nesse artigo, nos dá muitos indícios de que essa veneração está associada a uma reinterpretação do seu papel de guerreira que se mobiliza ora pela nação, ora em defesa do cristianismo e, no caso do Congado, em defesa de um rei considerado legítimo. Uma breve análise do público devoto permite perceber o deslocamento de sua imagem como santa heroína representante das virtudes brancas e elitistas, para a de santa que se une, a partir do fenômeno sincrético, à luta dos negros e mestiços brasileiros pelo reconhecimento de sua memória a partir da coroação de seu legítimo soberano idealizado, o Rei do Congo. A experiência brasileira em relação à Santa Joana d’Arc revelou, a partir desses exemplos, que sua imagem é apropriada em uma trama complexa de tensões ideológicas tanto no campo religioso, quanto político.

Consideramos que este estudo oferece contribuições originais, levando a uma ampliação do nosso repertório analítico em relação à pluralidade de sentidos que uma figura histórica medieval como Joana d’Arc é capaz de suscitar. Qualquer investigação a seu respeito exige necessariamente o exame dos múltiplos contextos políticos, sociais e culturais que a ressignificaram como defensora da monarquia, representante do Terceiro Estado, heroína nacional e santa canonizada. A presença de Joana d’Arc nas práticas devocionais brasileiras, sobretudo as de matriz africana, introduz uma nova dimensão a esse debate revelando camadas simbólicas ainda pouco exploradas. Esse artigo oferece um ponto de partida para o aprofundamento nesse necessário debate.

Referências

- Amalvi, Christian. *Le goût du Moyen Âge*. Paris: La Boutique de L’Histoire, 2002.
- Américo, Pedro. Carta ao diretor da Academia Imperial de Belas Artes, Florença, 10 abr. 1884. Arquivos privados do Monsenhor Rui Vieira. Areia, PB. In: Zaccara, Madalena de Fátima Pereira. *Pedro Américo e a pintura histórica: o projeto de uma nacionalidade*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 139.
- Américo de Figueiredo e Melo, Pedro. Discursos parlamentares. In: *Anais da Câmara Federal*. Brasília: Editora da Câmara Federal, 1980. Sessão de 18 jul. 1892. p. 369–371.
- Barros, Francisca Argentina Gois. *A arte como princípio educativo: uma nova leitura biográfica de Pedro Américo de Figueiredo e Melo*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- Bouzy, Olivier. *Jeanne d’Arc, mythes et réalités*. Paris: Atelier de l’Archer, nov. 1999.

- Bouzy, Olivier, Contamine, Philippe. & H  lary, Xavier. *Jeanne d'Arc: Histoire et dictionnaire*. Bouquins, 2012.
- Ceris – Centro de Estatística Religiosa e Investiga  es Sociais. *Anuário católico do Brasil*. Brasília: Edi  es CNBB, 2018.
- Ferraz, Dandara de Jesus. *Congado mineiro: uma festa de resistência e ancestralidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- Ferretti, Sérgio. *Repensando o sincretismo*. São Paulo: Edusp, 2013.
- Gaio Sobrinho, Antônio. *São João del-Rei: 300 anos de histórias*. São João del-Rei: [s.n.], 2006.
- Garone, Taís Diniz. *Uma poética da media  o: história, mito e ritual no Congado setelagoano – MG*. 2008. Disserta  o (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- Gazeta de Minas. Ano LXX, n. 375, 29 set. 1957.
- Gomes Júnior, Guilherme S  m  es. *Viver de arte entre Brasil e Europa: o esquema Pedro Américo*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 1–24, 2019.
- Guanabarrino, Oscar. Artes e artistas. In: *O Paiz*, Rio de Janeiro, 1894.
- Lefranc, Martin. “Les F  tes de Jeanne d’Arc    Orléans de 1989    2023 : un enjeu m  morial et politique”. *Histoire Politique*, n. 50, 2023. URL: <http://journals.openedition.org/histoirepolitique/14433>. Acesso em 8 jun. 2025.
- Mas, Elsa. Proc  s de canonisation de Jeanne d’Arc, 1909–1920. *Bulletin*, n. 22, 1998. p. 51–79.
- Nabuco, Joaquim. *Minha forma  o*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.
- Pisan, Christine de. *Diti   de Jehanne d’Arc*. Ed. Angus J. Kennedy; Kenneth Varty. Oxford: Society for the Study of Mediaeval Languages and Literature, 1977. 22   estrofe.
- Prandi, Reginaldo. Sincretismo, mestiçagem e identidade religiosa no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 70–89, mar./maio 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13759>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- Simas, Luiz Antônio. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civiliza  o Brasileira, 2019.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas    a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 29/07/2025
Aprovado em: 07/02/2026

Os Cavaleiros Templários na Televisão: Análise da representação da Ordem do Templo na série de TV KNIGHTFALL: A Guerra do Santo Graal (2017-2019)

Arthur Benicio de OLIVEIRA MELLO¹

Resumo: O presente artigo apresenta as investigações realizadas no Trabalho de Conclusão de Curso como requisito para cumprimento da graduação do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), realizado sob a orientação da Profa. Dra. Flávia Aparecida Amaral. A série *Knightfall*: a Guerra do Santo Graal retrata os anos finais da Ordem do Templo e a perda da relíquia do Santo Graal. Dentro do potencial de alcance de séries de televisão, por meio de *streaming* e serviços de TVs por assinatura, a pesquisa tem como objetivo investigar como é a representação da organização na série de televisão, discutindo com autores medievalistas e trazendo trechos da série, de modo a entender como essa mídia pode reforçar teorias de conspirações atuais ao longo de suas duas temporadas.

Palavras-chave: *Knightfall*, Idade Média, Templários.

¹ Bacharel em Humanidades (2019) e Licenciado em História (2021) pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Atuou como Professor Substituto de História no Ensino Médio Técnico e Tecnológico (EBTT) no IFMG - Campus São João Evangelista entre 2024 a 2026. Atualmente é professor no ensino médio na rede particular de ensino, Diamantina, MG, Brasil. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8034817161595671>. E-mail: arthur.benicio@ufvjm.edu.br.

The Knights Templar on Television: Analysis of the representation of the Order of the Temple in the TV series KNIGHTFALL (2017-2019)

Abstract: This article presents the investigations carried out in the Course Completion Work as a requirement to complete the graduation of the Degree in History at the Federal University of Vales do Jequitinhonha and Mucuri (UFVJM), carried out under the guidance of Profa. Dra. Flávia Aparecida Amaral. The Knightfall: The Holy Grail War series depicts the final years of the Order of the Temple and the loss of the Holy Grail relic. Within the potential reach of television series, through streaming and subscription TV services, the research aims to investigate how the organization is represented in the television series, discussing with medievalist authors and bringing excerpts from the series, in order to understand how this media can reinforce current conspiracy theories throughout its two seasons.

Keywords: Knightfall, Middle Ages, Templars

1 - Introdução

A Idade é frequentemente associado a um período de trevas, atrasos, violência e domínio absoluto da Igreja Católica, mesmo quando esses adjetivos já são ultrapassados pela Historiografia. Hilário Franco Junior, ao conceituar a nomenclatura Idade Média afirma que “foi o século XVI que elaborou tal conceito” (Franco, 2001).

Segundo o autor:

Portanto, o sentido básico mantinha-se renascentista: a ‘Idade Média’ teria sido uma interrupção no progresso humano, inaugurado pelos gregos e romanos e retomado pelos homens do século XVI. Ou seja, também para o século XVII os tempos ‘medievais’ teriam sido de barbárie, ignorância e superstição (Franco, 2001, p.10).

Ainda assim, essa temporalidade é utilizada para cenários de filmes, série, jogos e na estética de grupos musicais. A Idade Média representada é muito diferente do período estudado pelos historiadores e, em alguns casos, ocorre a criação de mundos fictícios baseados em costumes e práticas atribuídos ao período. Essas representações acabam por repercutir um modelo imaginário do medievo, construindo uma visão marcada por fantasias, simplificações e preconceito, muitas vezes herdados de períodos e autores posteriores à temporalidade retratada.

Um dos objetos que podem ser utilizados nessas narrativas é a Ordem dos Templários, ordem monástico-militar fundada na cidade de Jerusalém após a Primeira Cruzada (1096-1099). Lendas e mistérios cercam essa ordem militar, alimentando teorias de conspiração e fazendo roteiristas e autores atribuir à Ordem do Templo um caráter místico e esotérico. Apesar de haver ordens similares, como a Ordem dos Hospitalários e os Teutônicos, as circunstâncias de supressão da Ordem do Templo – membros acusados de realizar atos heréticos, rituais de magia e adoração a ídolos pagãos – e a prisão de seus membros faz com que cresçam as histórias míticas e fantasiosas em torno dos membros da organização.

José Rivair Macedo, em seu livro “A Idade Média no Cinema” (2009) postula a existência de dois conceitos para diferenciar as representações da Idade Média: as Reminiscências Medievais e as Medievalidades. O primeiro conceito é definido como “entender as formas de apropriação dos vestígios que um dia pertenceu ao Medievo, alterados e/ou transformados com o passar do tempo” (Macedo, 2009). Ou seja: tradições, festas e costumes do período medieval, assim como os edifícios

arquitetônicos, a saber: castelos, mosteiros, pontes etc. São esses elementos originalmente criados durante o período medieval e preservados até hoje que podem ser considerados Reminiscências. Já as Medievalidades, como aponta o autor, se trata da utilização do período medieval como uma referência, muitas vezes, carregadas de estereótipos. Dessa forma, se constrói uma inspiração imprecisa de elementos ditos medievais que se manifestam na indústria cultural e nos meios de comunicação de massa. Ele cita os jogos eletrônicos assim como a referência medieval em conjuntos musicais, desde a estética do *heavy metal* dos anos 1970 até mesmo a música *pop* como sonoridade “medieval” dos anos 1990.

Dentro da discussão da Medievalidade e a cultura de massa, é preciso destacar o trabalho de Robert Rosenstone, em seu livro “A história nos filmes, os filmes na história” (Paz e Terra, 2012) que discute a relação entre filmes e história de forma a entender a visão histórica dos filmes assim como a visão cinematográfica da história. O autor pontua que os filmes afetam a forma como vemos o passado e que a produção cinematográfica, enquanto fonte, não elimina as formas antigas (textos, documentos, atas, pinturas). Aliado a Rosenstone, também é preciso destacar a contribuição de Marc Ferro, em seu livro “História e Cinema” (Paz e Terra, 1992). Ferro, ao analisar determinada obra cinematográfica, aponta alguns caminhos metodológicos, entre eles, a consciência que o filme irá dizer mais sobre o período que está sendo produzido o filme do que, necessariamente, o período histórico retratado. Sendo assim, é possível que muitas representações da Idade Média nos filmes contenham elementos que remetem a contemporaneidade como, por exemplo, o filme “Robin Hood: A Origem” (Lionsgate, 2018) na cena onde Robin de Locksley está lutando na Terceira Cruzada. Embora haja a referência do conflito ocorrido durante o final do século XII (1189-1192), Robin e seu esquadrão de arqueiros manejam os arcos como se fossem fuzis do século XXI e enfrentam uma “metralhadora” que dispara flechas.

No artigo intitulado “*Somos bárbaros, guerreiros, magos e feiticeiros: a Idade Média revisitada nos games*” dos professores Rafael Delgado Gomes Ottati e Marcio Marcio Felix Freitas Filho (Revista ComparArte, 2017), discute a Idade Média como cenário para jogos de tabuleiro, seja dentro dos RPGs (*Roleplaying Games*), os jogos de cartas e, também, jogos de computador. A influência das obras de John Ronald Reuel

Tolkien (1892-1973) ajuda a reanimar e tornar popular o imaginário medieval com suas histórias de fantasia, com histórias contendo criaturas fantásticas, línguas fictícias criadas pelo autor, espadas nomeadas e outros elementos que seriam característicos desse tipo de literatura. Isso contribuiu para que, durante a década de 1970, o jogo de RPG *Dungeons & Dragons* fosse criado. Nesse jogo, os participantes representem seus personagens e é ambientado em um universo de fantasia medieval. Um aspecto importante presente no jogo no universo de *Dungeons & Dragons*, segundo esse artigo, é a presença da nobreza cavaleiresca, mesmo que de forma romantizada. O cavaleiro, muitas vezes representado na classe do Paladino, surge com ideal de bravura, coragem, fidelidade e dever. Sua índole é a mais correta dentre os outros personagens e, geralmente, o Paladino está ligado a uma ordem de guerreiros, a qual presta um juramento. A presença dessas ordens, ou guildas, dentro do jogo faz com que seus membros tenham certas vantagens e obrigações e, segundo os autores, se apropria da ideia de hierarquização na sociedade medieval, uma vez que seus membros seriam como seus representantes, seja “inspirando coragem ou incutindo medo” (Ottati; Filho, 2017).

Outro aspecto apontado no artigo é a ideia do imaginário medieval ser povoado por monstros e feras mitológicas, como dragões, sereias, gárgulas e outros. Jogos como *Magic: The Gathering*, jogo de cartas colecionáveis para se batalhar contra outros jogadores, possuem essas feras em seus baralhos. Desse modo, há a inspiração nos bestiários medievais, livros em que se faziam registros de animais reais ou imaginários, e nos contos onde cavaleiros lutavam contra monstros e outras criaturas a fim de cumprir a sua demanda. Na literatura, temos a série do escritor polonês Andrzej Sapkowski, intitulada “A Saga do Bruxo Geralt de Rívia”, onde o protagonista faz parte de um grupo de seres treinados desde a infância com magia e feitiços para se tornarem caçadores de criaturas, conhecidos como Bruxos, ao redor dos reinos e impérios do Continente.

Dessa forma, há inúmeras utilizações do imaginário medieval, tanto para representar mundos fantásticos baseados no mundo medieval, como para reproduzir histórias baseadas em fatos desse período. A Idade Média acaba sendo representada de

forma simplista e preconceituosa, onde conceitos e impressões historiográficos não são levados em conta a fim de produzir apenas uma referência do que seria o medieval.

Os Cavaleiros Templários: prisão e construção do mito

A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão, comumente chamada de Ordem dos Templários ou Ordem do Templo, foi uma ordem militar criada no ano de 1120 por Hugo de Payens em conjunto com oito cavaleiros para proporcionar segurança para os peregrinos que se dirigiam até Jerusalém. Após o Concílio de Troyes, em 1129, a Ordem do Templo foi legitimada e passou a contar com o apoio de inúmeros nobres europeus, seja financeiro ou por meio de doações por parte da nobreza europeia e também pelos benefícios concedidos por uma série de bulas papais, a Ordem dos Templários cresceu em números, influência e riqueza, mesmo seus membros realizando votos de castidade e pobreza.

Desde a Queda de Acra em 1291, debates sobre a real função das ordens militares estavam cada vez mais frequentes e a fusão da Ordem dos Templários e da Ordem dos Hospitalários era uma opção cada vez mais viável. Os dois Grão-Mestres das Ordens foram consultados, mas declinaram da proposta. Rumores sobre acusações de heresia praticados pela Ordem do Templo chegaram aos ouvidos do rei francês que desejava se apropriar da riqueza do Templo. Práticas como a renegação de Cristo, recusa dos sacramentos, idolatria, práticas obscenas e sodomia, quebra do sigilo dos capítulos, enriquecimento ilícito da ordem faziam parte das iniciações dos membros da Ordem do Templo. Para proteger a França da heresia dos Templários, o rei emite ordens de prisão para os membros da ordem na França a partir de 14 de setembro de 1307, sendo mantidas em sigilo. Em 13 de outubro do mesmo ano, os Templários franceses são presos. Jacques Demolay, Grão Mestre do Templo e presente na França naquele momento, é preso juntamente aos seus companheiros. Segundo estimativas de Clemente V na época, cerca de dois mil Templários no Reino de França foram presos.

Quais os motivos para a acusação dos Templários sob as suspeitas de heresia? Partner não acredita que os principais motivos seriam somente financeiros. Ainda na

época das prisões, algumas pessoas não acreditavam nas acusações de heresia. O autor dá o exemplo do político genovês Cristiano Spinola que dizia que:

as verdadeiras razões de rei Filipe contra os templários eram as esperanças de tomar-lhes o dinheiro, e também de unir as duas ordens militares do Templo e do Hospital numa única, que seria controlada por alguém da família real francesa (Partner, 1991, p. 73)

Sendo assim, além dos motivos financeiros, é apresentado que a recusa da união das duas ordens poderia ser um motivo razoável para a perseguição da Ordem Templária. Com a união das duas ordens militares, o controle passaria a ser exercido pela Coroa Francesa. Entretanto, o mesmo destino não caiu sobre a Ordem dos Hospitalários (que existe até os dias atuais como Ordem de Malta). Apesar de motivos fortes, Partner não acredita que tenham sido decisivos no processo de prisão dos Templários. Alain Demurger, ao contrário de Peter Partner, concorda que as causas das falsas acusações de heresia cometidas pelos Templários foram levadas por motivos financeiros e pela recusa da fusão das duas ordens.

Portanto, apesar dos planos de fusão das ordens terem sido frustrados, esse motivo não foi o estopim para a perseguição da Ordem dos Templários. A suspeita da perseguição por motivos financeiros parece ser a mais plausível, por isso, há um plano para a prisão dos mesmos. Após um longo processo, a Ordem é suprimida em 1312 pela *Bula Vox in Excelso* e suas lideranças (Jacques Demolay e Geoffrey de Charney) são condenados à morte na fogueira. As circunstâncias e motivos que levaram à prisão dos Templários alimentaram teorias e discursos associando os Templários ao uso de magia e rituais macabros. Com o passar dos anos, a Ordem dos Templários seria considerada tanto culpada de seus crimes de heresia quanto considerada inocente e vítima de uma conspiração política motivada por avareza e cobiça.

Durante o Renascimento, materiais publicados afirmavam a ligação dos membros da Ordem com magia negra e associação a bruxaria. Autores como Agrippa de Nettesheim e Guillaume Paradin ajudavam a construir esse esoterismo da Ordem do Templo ao fazer essas associações. Seus escritos ajudavam a manter a visão preconceituosa acerca da Ordem do Templo. Ainda assim, outros autores, como George Buc e Elias Ashmole escrevem obras favoráveis aos Cavaleiros Templários, uma vez que o Renascimento também produziu uma visão dos Templários enquanto perseguidos

e injustiçados. Essas obras, de certa forma, elogiavam os Templários e os colocavam como parte de uma cavalaria saudosa. Nas palavras de Partner: “à medida que os homens do Renascimento se habituavam ao cheiro de pólvora, começavam a ver a cavalaria medieval com uma espécie de romantismo irônico” (Partner, 1991). Assim, a nostalgia do período também produziu materiais favoráveis aos Templários e aos seus membros.

O mesmo não se seguiu durante os séculos XVII e XVIII, onde textos que apontavam os Cavaleiros Templários como criminosos e praticantes de magia circulavam pela Europa. Apesar do Iluminismo prezar pela racionalidade, rechaçando qualquer tipo de superstição, não conseguiu desvincular totalmente a Ordem do Templo. Aliados a superstição, havia uma fascinação pela cavalaria medieval, replicada nos círculos da nobreza que, naquele período, passava por crises financeiras e, por isso, vendiam títulos de nobreza para uma burguesia que ficava rica e desejava se tornar parte desse círculo social. Dessa forma, funcionários públicos, comerciantes e advogados acabam por ingressar nos círculos da nobreza por meio da compra de títulos.

É nesse contexto que surge a francomaçonnaria no século XVIII que vai trazer os primeiros mitos desse grupo como herdeiro dos conhecimentos supostamente obtidos e guardados pelos Templários. Essa associação não foi criada de imediato, mas ao longo do tempo, uma suposta relação entre a cavalaria e a maçonaria foi criada para “enobrecer” a ordem maçônica. Características como a ideologia inspirada na arquitetura do universo, seus membros sendo tratados por irmãos (demonstrando um sentimento de igualdade) e também poderiam ser instruídos e esclarecidos, mas não significava ser pessoas cultas que buscavam conhecimento através dos livros e da cultura. Suas reuniões diferiam “dos clubes destinados meramente a comidas e bebidas” (Partner, 1991, p. 111). Apesar da maçonaria não se tratar de uma ordem de cavalaria, ela poderia utilizar os símbolos históricos dessa organização para servir de referência por esses indivíduos, como “uma fantasia histórica a serviço de um novo simbolismo idealista” (Partner, 1991, 112). Ainda que não houvesse uma aproximação entre os maçons e a cavalaria, Chevalier Ramsay (1686-1743), escritor escocês que viveu a maior parte da sua vida na França, traz a associação ao afirmar que a maçonaria teria suas raízes nos antigos conflitos das Cruzadas. Para defender seu argumento, ele aponta

semelhanças entre as duas ordens, como os cruzados serem também pedreiros (*maçon*, em francês significa pedreiro) e o caráter internacional da maçonaria lembrar as das ordens nas Cruzadas. Além dessas semelhanças, Ramsay afirma que os maçons teriam ligações com conhecimentos antigos relacionados ao Velho Testamento, aos mistérios do Antigo Egito e também ao conhecimento da construção do Templo de Salomão. Utilizando da oposição entre os cruzados e os “sarracenos”, ele garante que os “maçons cruzados” seriam os mais indicados para guardar esses segredos, e não os “sarracenos” por serem considerados indignos.

Ramsay iniciou, então, uma associação entre a maçonaria e a cavalaria, mas não foi o único a pensar dessa forma. Apesar de não estabelecer essas supostas ligações aos Cavaleiros Templários por estes ainda terem uma má fama no território francês. Isso não impediu, por exemplo, suposições e ligações da Ordem do Templo com a maçonaria no Sacro Império Romano Germânico. Os Templários nessa região não sofreram como na França, chegando a ter um impasse e os Templários chegaram até mesmo, a serem considerados inocentes. Assim, no contexto da Guerra dos Sete Anos (1756 – 1763), mitos templários são criados e perpetuados por um prisioneiro alemão chamado Samuel Rosa e um pastor germânico para servir as “necessidades rituais das lojas maçônicas” (Partner, 1991). Outros mitos teriam surgido ainda naquela década de 1760, como do escocês de nome George Frederick Johnson que alegava ter acesso a conhecimentos secretos dos Templários.

O templarismo criado no Sacro Império se difunde pelas lojas maçônicas da Europa. Karl Gotthelf von Hund (1722 – 1776) e Johann August Starck (1741 – 1816) serão responsáveis por propagarem a ideia nas lojas maçônicas e conferindo ao movimento uma forte carga de esoterismo e teosofia, fundando movimentos como a Estrita Observância e a ideia dos Cônegos Templários. Segundo esses movimentos, os Templários e a maçonaria seriam responsáveis por possuir antigos conhecimentos sobrenaturais que seriam passados para seus membros. Mesmo as organizações de Hund e Starck não existirem mais, ainda há forte presença do templarismo em algumas instituições maçônicas e não maçônicas.

O historiador Philippe Joserand, no artigo intitulado “Os Templários na França: entre História, Patrimônio e Memória”, debate a presença dos vestígios dos Templários

ainda estão presentes na contemporaneidade, tanto por meio dos vestígios materiais das antigas propriedades dos Templários quanto pelas inúmeras lendas associadas aos Cavaleiros Templários. O autor afirma que, apesar dos historiadores e estudiosos do tema não aprenderem nada com essas histórias fantasiosas, elas não devem ser desdenhadas, uma vez que é necessário analisar a criação desses mitos. Ele aponta as contribuições de Hund e Starck para a formação do templarismo alemão e que também se espalha rapidamente pela França. Joserand também afirma que o século XIX faz com que a tradição de “maçonaria templária” se infiltrava na memória coletiva francesa, principalmente por meio dos autores românticos. É apontado nesse artigo que, “levado ao extremo, esse esoterismo encorajou reconstruções altamente questionáveis da História dos Templários” (Joserand, 2015. Tradução do Autor).

Portanto, a ideia da ligação entre a maçonaria e a Ordem Templária não passa de invenções criadas no século XVIII com o objetivo de conferir legitimidade a organização maçônica e também a enobrecer. É preciso entender que a ideia de as ordens guardarem conhecimentos antigos e segretos ainda persiste no imaginário, sendo replicado em obras de ficção e também utilizados em teorias de conspiração com ampla difusão em emissoras de televisão e na internet.

Knightfall: a Guerra do Santo Graal (2017-2019)

A série *Knightfall* foi criada por Don Handfield e Richard Reyner, tendo duas temporadas exibidas entre 2017 e 2019 pelo *History Channel*, canal de televisão paga estadunidense, popularmente conhecido pelos seus programas e documentários com temáticas históricas. A série possui duas temporadas, com 10 episódios na primeira temporada e 8 episódios na segunda. Com aproximadamente 40 minutos de duração, a série traz em seu enredo mostrar os anos finais da Ordem do Templo e, já em seu título, faz um trocadilho entre as palavras inglesas *Knight* (cavaleiro) e *fall* (queda) que se refere a o final da Ordem e sua eventual destruição.

Nos nomes relacionados à produção, não foram encontrados profissionais ligados à História, como professores universitários e historiadores. Os nomes são de pessoas ligadas a produções televisivas, como roteiristas, diretores e produtores. Segundo

Richard K. Popp, no artigo intitulado “History in Discursive Limbo: Ritual and Conspiracy Narratives on the History Channel”, ao tratar de narrativas históricas nos documentários produzidos pela emissora, é comum recorrer a depoimentos de estudiosos do tema e pessoas que são entusiastas, como jornalistas, autores autodidatas e pesquisadores não profissionais nos programas e igualar suas explicações sobre determinado tema, ou seja: a opinião de um especialista e a de um entusiasta são colocados como “iguais”, como se ambos estivessem no mesmo nível de discussão e produção acadêmica. Popp aponta a intenção de se criar um debate amplo, uma vez que “acadêmicos dialogam com acadêmicos, investigadores oficiais dialogam com investigadores oficiais e entusiastas de conspiração dialogam com entusiastas de conspiração” (Popp, 2006). Assim, a emissora dá crédito para aqueles que são curioso e pesquisadores amadores com a intenção de criar um amplo debate para alcançar o público, mas ao fazer isso, permite a difusão de ideias com teor conspiratório e de pouco valor acadêmico. Portanto, na produção da série *Knightfall*, é possível acreditar ter acontecido processo semelhante, com os próprios roteiristas servindo como “historiadores”.

A trama principal mostrada na série são os anos finais da Ordem dos Templários e razões que levaram a perseguição aos Cavaleiros Templários. Apesar de algumas subtramas não interferirem na narrativa principal da série, elas fazem parte de determinadas “fórmulas” da produção hollywoodiana para cativar o público (romances entre os personagens principais, o embate entre heróis e vilões, uma batalha final de proporções épicas) amplamente utilizada no cinema para que renda bilheteria e o investimento dos estúdios possa ser pago. No caso das séries de televisão os arcos secundários servem para desenvolver personagens coadjuvantes e se comunicar com o público para gerar audiência para as emissoras.

A primeira temporada de *Knightfall* é focada na busca dos Templários pelo Santo Graal, que se pensou estar perdido depois da conquista de Acre em 1291. A Ordem dos Templários é aqui representada como uma organização que possui muito prestígio, porém, se encontra perdida de suas funções originais, uma vez que não houve uma Cruzada para recuperar a Terra Santa dos mamelucos, responsáveis pelo ataque derradeiro em Acre e pela queda dos Reinos Cristãos do Oriente, entre os anos de 1269

a 1291. Isso é evidenciado pelo ressentimento do personagem principal, Landry du Lauzon (interpretado pelo ator Tom Cullen), pela Ordem não ter participado de uma nova Cruzada. Por isso, após descobrir que o Santo Graal está em Paris, Landry começa a procurar pela relíquia para restaurar a fé dos cristãos e que uma nova Cruzada seja convocada. É possível perceber semelhanças entre o personagem de Landry e o personagem do Rei Artur, onde os dois empreendem uma busca pelo cálice sagrado. Isso pode ser confirmado pela presença de personagens com nomes dos cavaleiros das histórias arturianas, como Parsifal e Gawain.

A premissa da primeira temporada da série corrobora a visão templarista que traz os membros da Ordem do Templo envolvidos em segredos e conspirações e, também, como guardiões da relíquia Santo Graal. Phillipe Joserand aponta que na Europa e além dela, o público geral ainda possui uma fascinação pelos Cavaleiros Templários. Não apenas eles, mas também “a Idade Média, os cavaleiros, espadas e castelos” (Joserand, 2015). O autor argumenta que lendas e mitos de entradas e passagens secretas das fortalezas e castelos templários são alimentados ainda hoje na França, uma vez que muitos desses edifícios são encontrados em território francês, alguns bem conservados e outros, nem tanto. Em determinado momento da segunda temporada, é revelado que o Templo de Paris, quartel general da Ordem na França, possui uma passagem secreta que leva a um aposento que esconde o tesouro guardado ali. A série não mostra nenhum outro edifício com tanta relevância como o Templo de Paris, mas como esses cavaleiros protegiam uma relíquia tão importante e sacra quanto o Graal, é possível inferir uma série de estratégias e passagens para guardá-lo. A primeira temporada da série, pode gerar no público a impressão que a Ordem dos Templários realmente escondia segredos milenares que poderiam mudar o mundo, mesmo que somente o mundo cristão.

Landry se incomodava com a demora da Ordem e do papado em conclamar uma nova Cruzada para recuperar a Terra Santa. Havia a intenção de organizar uma nova Cruzada, mas “os planos que surgiram para a retomada da cruzada, depois da queda de Acre, foram bastante limitados e decepcionantes” (Partner, 1991). Para as ordens militares, era extremamente importante a retomada da Terra, pois, naquele momento, a reputação das ordens militares estava em xeque sendo, até mesmo, cogitada a ideia da fusão dos Templários e Hospitalários. Segundo Peter Partner:

A única cruzada com possibilidade de êxito seria alguma coisa nas linhas comandadas por São Luís, ou seja, uma força entre doze e quinze mil homens a cavalo, bem armados, e cinco mil a pé, recrutados secretamente para conservar a vantagem da surpresa.” (Partner, 1991, p.46).

Em outras palavras: era difícil recrutar uma força desse tamanho, além dos altos custos para a obtenção de recursos e mantimentos para manter toda a operação. Dessa forma, uma nova Cruzada era inviável. Na série, entretanto, o fato de não haver a convocação de uma nova Cruzada se deve à perda do Santo Graal, diminuindo o moral das tropas e, por isso, é necessário recuperá-lo para trazer um novo ânimo para a luta.

Outro elemento presente na narrativa que reforça o caráter enigmático e carregado de teorias conspiratórias da série é a presença de uma organização conhecida como Irmandade da Luz, composta por muçulmanos que também carregam a missão relacionada a proteção do Graal, semelhante à organização de mesmo objetivo presente no filme “Indiana Jones e a Última Cruzada” (Lucasfilm, 1989), uma vez que seus membros reconhecem que o Graal traria a destruição de todos e, por isso, não deve ter sua localização revelada. Essa organização aparece apenas na primeira temporada e, em suas poucas aparições, seus membros tem conflitos com os Templários. Ao final da temporada, descobre-se que o Papa desejava o Santo Graal para atingir interesses próprios, e para descobrir a localização da relíquia, o Sumo Pontífice infiltra agentes na Ordem dos Templários para o manter informado dos passos dos cavaleiros. Nesse momento, os Templários e a Irmandade da Luz se unem para derrotar o inimigo em comum.

A vestimenta dos Templários, no entanto, evidencia comprometimento com os detalhes. As vestes templárias aparecem de duas maneiras, a depender da situação: o traje utilizado em batalha que consiste em: manto com a cruz vermelha na região do peito, cota de malha e luvas de couro. Alain Demurger afirma que os estatutos e regras das ordens de cavalaria buscavam dar um enfoque nas roupas para evitar quaisquer itens supérfluos, pois elas seguiam a “lição de São Bernardo que opunha a simplicidade do aspecto do novo cavaleiro (o templário) aos trajes ridículos da cavalaria secular.” (Demurger, 2002).

Assim sendo, a vestimenta utilizada pelos Templários para a batalha evidencia a simplicidade exigida pelos estatutos templários, conferindo apenas o necessário para a

proteção durante o combate, como a cota de malha e o cinto para a espada. O uniforme atende as necessidades de batalha, garantindo aos Templários a mobilidade e a agilidade necessária para o combate e reforça a identidade militar da organização, mostrando a prontidão do Templário para o combate a serviço de Deus.

O segundo uniforme utilizado é o hábito branco com a cruz e a capa. Na série de televisão, esse hábito aparece nos momentos do cotidiano, quando os cavaleiros se encontram no Templo de Paris ou em capelas e igrejas. O uniforme preza pela simplicidade, não exibindo sinal de luxo, distinção e ostentação. A vestimenta dos Templários é baseada nos trajes cistercienses e, por isso, tem a cor branca. O autor afirma que a escolha da cor do manto não reflete valores como bem e mal, luz e trevas. As cores dos mantos das ordens militares estão relacionadas às influências das ordens religiosas; branco para os Templários e negro para os Hospitalários. Segundo Demurger, o padrão das cruzes utilizadas nos mantos poderia variar e apresentar formas distintas, como “a cruz grega simples, cruz pateada, cruz de âncora, cruz floronada” (Demurger, 2002).

Na série existe uma distinção entre as roupas do Iniciados e dos servos em relação aos Cavaleiros Templários. Os Iniciados e os servos utilizavam mantos de cor preta. Peter Partner explica que:

Abaixo do posto de cavaleiros do Templo, cujo número foi sempre pequeno, havia outra classe, de “sargentos” ou irmãos servos, que usavam armas e cavalos, mas vestiam mantos marrons ou pretos, e não brancos. (...) O Templo simplesmente seguia as graduações comuns da sociedade feudal, como o fez também ao criar a categoria ainda mais inferior de “escudeiros”. (Partner, 1991, p. 22).

Um personagem que representa o grupo dos Sargentos é Draper (interpretado por Nasser Namarzia), um muçulmano convertido ao cristianismo para servir na Ordem dos Templários. Em determinado episódio, ele conversa em árabe com um membro da Irmandade da Luz. Os sargentos, segundo Alain Demurger, eram divididos por um critério profissional: os sargentos das armas que lutavam a cavalo e os sargentos de ofício que cuja função, apontada por Dermurger, era “exploração dos domínios” (Demurger, 2002). Na série, é enfatizado o lado bélico dos Templários, não mostrando nenhum membro executando funções de plantios e de colheita. Os Iniciados, ou seja, aqueles em processo de receber os votos da Ordem, são encarregados de funções como

cuidar de estábulos e cavalos, distribuir o pão para os pobres, e auxílio dos sargentos e armeiros.

No fim da primeira temporada, há a descoberta do Graal e dos verdadeiros objetivos do Papa em relação ao objeto sagrado, Landry se reúne com o Grão Mestre Jacques Demolay (interpretado na primeira temporada pelo ator Robert Pugh), líder da Ordem do Templo, para organizar as forças templárias para lutar contra o Papa Bonifácio VIII. Enquanto isso, a relação de Landry e a Rainha Joana é descoberta e a amizade com o rei é desfeita, que reúne um exército mercenário para lutar contra os Templários e matá-los, especialmente a Landry, em represália pela sua traição. Uma luta sangrenta entre Landry e o exército mercenário acontece e, logo em seguida, as tropas reais aparecem, diminuindo as chances de vitória dos Cavaleiros Templários. Um duelo ocorre entre os dois e, em um momento de fúria, o Rei Filipe esfaqueia a Rainha Joana. Reforços trazidos pelo Grão Mestre Demolay chegam para ajudar os Templários de Paris. Para salvar Joana, Landry a faz beber do cálice sagrado, mas ela sucumbe aos ferimentos. Irado, Landry arremessa o cálice em uma árvore, quebrando-o. Em seguida, ele percebe que o bebê que Joana esperava está vivo e Draper realiza uma cesariana. A primeira temporada se encerra com a Rainha sendo sepultada junto com outros Templários que pereceram na batalha e o Graal despedaçado. Um Templário que parece ser o segundo em comando de Demolay descobre uma lista de nomes guardada no cálice e a engole, deixando um gancho para uma eventual segunda temporada.

A narrativa contada na primeira temporada é marcada por elementos de fantasia, que pode reforçar teorias de conspiração envolvendo as supostas relações entre os Templários e o Santo Graal. Essa relação não é novidade nos produtos midiáticos; como exemplificado no livro **“O Código Da Vinci”**, do autor norte-americano Dan Brown, e na sua posterior adaptação dirigida por Ron Howard e estreado no ano de 2006. Reforçar essa ligação entre a Ordem do Templo e a busca por objetos sagrados como o Santo Graal molda a percepção do espectador e o leva a crer que os Templários tiveram algum contato com a relíquia lendária e, em algum momento, explicaria a sua rápida ascensão e acúmulo de riquezas. Richard K. Popp, utiliza o argumento de Richard Hofstadter que a aproximação de teóricos de conspiração e a História cria uma “gigantesca e sutil máquina de influência que colocada em movimento mina e destrói

um estilo de vida” (Popp *apud* Hofstadter, 2006). A História acaba por ser moldada por esses teóricos de forma a gerar a compreensão que a História é movida por aquilo que Popp chama de “força onipresente e agentes extra históricos” (2006). Portanto, a primeira temporada da série termina por reforçar uma visão que não contribui para uma compreensão histórica da Ordem dos Templários. Pelo contrário: mostrariam para o público certo grau de veracidade das inúmeras teorias de conspiração que circulam em livros e na internet. Produções desse tipo podem influenciar o público e é necessário que se entenda que produções como a série *Knightfall*: A Guerra do Santo Graal se trata de uma obra de ficção e que possam ir atrás de informação de historiadores e especialistas da área, seja por meio de artigos, *podcasts*, palestras e livros.

Na segunda temporada, os ganchos deixados ao final da primeira temporada relacionados aos segredos do Graal são abandonados, focando no conflito entre o Reino de França e os Cavaleiros Templários. Há a entrada de novos personagens, como o Príncipe Luís, filho mais velho de Joana e Filipe e herdeiro do trono francês e o Mestre Templário Talus, membro veterano da Ordem do Templo e responsável pelo treinamento dos Iniciados. Há também a participação de um membro da Ordem de São Lázaro, ordem militar de cavaleiros leprosos. Os temas relacionados à fantasia e às conspirações dão ênfase ao treinamento dos Templários e mostram os eventos finais da Ordem. Porém, ressalvas precisam ser feitas: a primeira delas diz respeito ao motivo que leva o Rei Filipe IV de França a querer destruir a Ordem do Templo: o relacionamento de Landry e a Rainha Joana. Furioso com os acontecimentos da temporada anterior, ele deixa de ser um monarca inseguro e se torna um personagem amargo e determinado a se vingar de Landry e destruir a Ordem dos Templários. Dessa forma, ele é levado a destruir a Ordem do Templo por motivos pessoais e não por motivos financeiros e frustração pela recusa da união das Ordens Militares dos Templários e Hospitalários. Esses últimos, inclusive, não chegam a aparecer na série e nem são citados. A única ordem monástico-militar mostrada na série foi a Ordem de São Lázaro, no episódio 4. Essa ordem era composta por cavaleiros que sofriam de lepra, uma vez que nos arredores de Jerusalém, havia um leprosário colocado “sob a invocação de São Lázaro” (Demurger, 2002). Com a presença de muitos cavaleiros membros de outras ordens militares, é possível que assim tenha surgido a Ordem de São Lázaro. A presença dos

cavaleiros leprosos da Ordem de São Lázaro é positiva, pois traz uma ordem desconhecida do grande público, quebrando a ideia do senso comum que existia apenas as ordens dos Templários e Hospitalários.

Nessa temporada também há a chegada do Príncipe Luís (interpretado pelo ator Tom Forbes) que ganha grande destaque na trama, ajudando o Rei Filipe IV na destruição do Templo. O personagem de Luís é leal ao pai e se alia a ele nos planos de vingança contra Landry e a Ordem do Templo, uma vez que é dito a que os membros do Templo assassinaram sua mãe de forma deliberada. No decorrer da série, Luís percebe que está sendo usado e, no último episódio, abandona o pai, após este permitir que sua esposa morra em cativeiro por um suposto crime de adultério. Ele também se mostra pressionado para se deitar com sua esposa para gerar um herdeiro para o trono francês. Seu pai, por estar amargurado com a traição da esposa, sugere que a esposa de Luís pudesse traí-lo, envenenando o príncipe e contribuindo para suas tramas secundárias.

O personagem Talus (interpretado pelo ator Mark Hamill, famoso por interpretar o personagem Luke Skywalker da franquia *Star Wars*) é encarregado do treinamento dos iniciados e os treina com severidade e disciplina, de modo que os Cavaleiros estejam sempre prontos para o combate. A coragem dos Templários no campo de batalha é muito conhecida, assim como sua organização em batalha. Demurger afirma que não conhece sobre o treinamento dos Templários, mas em relação a organização na guerra, ele explica que:

Em tempos de guerra, os templários adotavam um comando distinto da organização normal da ordem. O mestre mantinha a preeminência, mas o marechal se tornava o comandante-em-chefe. Sob suas ordens, o submarechal se ocupava das armas; o *turcoplier*, dos *turcoples* e dos sargentos; o gonfaloneiro, dos escudeiros. Os irmãos eram então dispostos em “escala” ou “esquadrão”, montando ainda cavalos ordinários, mas já vestindo armadura. Escudeiros, colocados à frente dos cavaleiros, levavam espadas e lanças, ao passo que outros, mais atrás, conduziam os *destriers*, ou cavalos de batalha. A formação em esquadrão era específica da época de guerra, o esquadrão ficando disposto em escala durante os deslocamentos, ou em linha quando, no campo de batalha, o exército se preparava para atacar. (Demurger, 2002, p.115).

Assim, o exército templário mantinha uma rígida organização e designavam funções nos tempos de guerra. Demurger explica também que os Templários possuíam condutas específicas em tempos de paz e em tempos de guerra. Em *Knightfall*, essa organização e ferocidade no combate podem ser vistas em alguns episódios da série,

tanto na primeira quanto na segunda temporada. Vale lembrar da fala de Godfrey no primeiro episódio, durante a defesa de Acre, onde ele ordena aos Templários tirar as vidas necessárias, mas nada mais que isso. Em outras palavras, eles não deveriam matar de modo a fazer um massacre deliberado. As vidas que eram tiradas eram justificadas, já que se tratavam de infiéis que iam contra a Igreja Católica. Nas batalhas, os Templários “a elas entregavam-se com maior temeridade, confiando no apoio do Senhor e sem recear a morte que escancarava as portas do Paraíso” (Demurger, 2002). Os Templários também ocupavam e guarneciam castelos e fortalezas na Terra Santa para cumprir sua missão de proteger os peregrinos. Essa guarnição poderia conter tanto os cavaleiros Templário quanto os turcopolos, soldados locais da região de Jerusalém.

Talus é severo com os iniciados e mais ainda com Landry que é expulso da Ordem, mas, com a interferência de Tancrede, amigo leal e companheiro de armas de Landry, e do Grão-Mestre Demolay, retorna como um iniciado. Como informado, o treinamento dos iniciados é desconhecido, mas a série mostra diversos exercícios que enfatizam a disciplina para o combate, o trabalho em grupo, a obediência, a resistência física e a humildade. Landry se une verdadeiramente aos irmãos iniciados, de modo a criar um laço fraternal e de amizade.

A série acerta ao mostrar essa aproximação com documentos reais, dando certo respaldo historiográfico aos eventos mostrados na atração televisiva. Mesmo não encontrando na produção pessoas especialistas em História, a segunda temporada traz eventos que são mais críveis, sem apelar para esoterismos e fantasias, como na primeira temporada. A série trata algumas suposições da História como realidade, como o fato de o Papa Bonifácio VIII, ainda como Padre Benedetto Gaetani, ter perseguido e levado a fogueira os pais de De Nogaret, que eram cátaros (grupo considerado herege e alvo de uma cruzada entre 1209 e 1244) levando o conselheiro real a tomar uma posição reticente a religião e conspirar contra o Papa. Peter Partner não dá certeza desses fatos na vida de De Nogaret, apenas a supõe devido ao anticlericalismo do conselheiro do rei.

Como afirmado anteriormente, a escolha do novo Papa acontece rapidamente e sem muitos detalhes. O Cardeal fica sabendo da morte do Papa Bonifácio VIII e, no episódio seguinte, ele já aparece como Papa Clemente V. A série não informa nenhum detalhe de seu conclave ou de outros candidatos ao Trono de São Pedro. Isso pode levar

ao telespectador a pensar que os caminhos que levaram a destruição da Ordem dos Templários foram percorridos em poucos dias ou semanas. A série falha ao apressar esses eventos, mas como isso acontece na metade da segunda temporada (entre os episódios 4 e 5), penso ser preciso “acelerar” o enredo de modo a ter tempo suficiente para que os momentos finais do Templo fossem o foco dos episódios finais da série. Apesar de acertos, a série erra de não explicar ao telespectador que os Templários deveriam ser subordinados apenas ao Papa em Roma, por isso, a necessidade de o rei francês ter o controle do líder da Igreja Católica para conseguir o objetivo de destruir a ordem dos monges cavaleiros.

Os sete anos de duração do processo do Templo são resumidos em apenas uma noite. Jacques Demolay, morto em 1314 em uma fogueira no rio Sena segundo a historiografia e dois anos após a extinção do Templo pela Bula Papal *Vox in Excelso*, é o primeiro Templário a ser morto após a prisão na série. O rei prepara uma grande fogueira na praça de Paris e executa o Grão Mestre da Ordem na mesma noite. Os Templários sobreviventes são torturados para confessar seus crimes de heresia e assassinato e revelar a localização dos tesouros da Ordem para enriquecer o rei. A série também traz as acusações de heresia por, supostamente, adorar ídolos e a figura de “Baphomet”. Na atração televisiva, o plano é concebido pelo ex-Templário Gawain para dar um motivo final para a destruição dos Templários. O ex membro informa ao conselheiro do rei que os Templários veneravam não só a Deus, mas também, o fundador da Ordem, Hugh de Payens, que fora elevado a um patamar místico. Quando os Templários são levados a presença do rei e do Papa, antes da execução de Jacques Demolay, um dos iniciados, Kelton Fitz Laval (influenciado por De Nogaret) confessa que na iniciação do Templo havia práticas heréticas, como cuspir na cruz, negar a Cristo e adorar uma criatura que tinha um crânio de prata de duas faces. Assim, a conspiração do rei da França para destruir a Ordem estava completa: as acusações de heresia somadas às notícias dos crimes cometidos por Luís e seus homens, enquanto se disfarçavam de membros da Ordem, faz com que as prisões e perseguições sejam validadas pela população. A confissão do cavaleiro Kelton era a prova necessária para a condenação da Ordem. Durante o processo, muitos Templários confessavam os crimes pelos quais foram acusados durante as sessões de tortura e os membros da Ordem não

conseguiram se defender apropriadamente do processo e, mesmo se o fizessem, havia muitas “provas” contrárias a eles. A série aborda a acusação de heresia de uma forma fiel; mostrando as acusações imputadas aos Templários e a suposta adoração de ídolos e, mesmo que as circunstâncias da prisão dos Templários e a rapidez na sua condenação, aponta para a principal acusação sofrida pelos Templários. Mesmo errando em muitos aspectos, a série conseguiu acertar trazer aproximações entre os fatos narrados pela historiografia.

A segunda temporada é diferente da primeira, tanto na produção (parece mais modesta e focando na luta dos Templários e os soldados franceses), quanto na aproximação com as fontes que descrevem o processo dos Templários. Abandonam as teorias de conspiração e assumem uma trama mais crível. Os motivos para as acusações feitas pelo Rei da França são debatidos pela historiografia, mas não se tratou de uma vingança pessoal devido a uma traição amorosa. Apesar da aproximação com a historiografia, a série não consegue mostrar para o público que a complexidade das causas da ruína do Templo e iniciada anteriormente aos eventos mostrados na série, uma vez que as ordens militares já não gozavam do prestígio de outrora, desde a Queda da cidade de Acra. Portanto, existência dessas ordens já eram discutidos na Europa, como apontam historiadores como Alain Demurger e Peter Partner. A realização de uma nova Cruzada naquele momento era inviável e, por isso, os reinos cristãos no Oriente nunca foram recuperados. Esses fatores influenciam na perda da reputação das ordens militares como um todo, não apenas os Templários, porém, apenas estes são acusados de crimes terríveis, tem seus bens confiscados e são destruídas. Outras ordens, porém, são mantidas e existem até os dias de hoje.

Conclusão

Knightfall: A Guerra do Santo Graal traz uma representação positiva da sociedade medieval, pois há momentos em que são mostrados jantares entre o rei e os nobres, contando com a presença de músicos, artistas circenses e dança. Isso ajuda a quebrar a ideia de uma sociedade medieval marcada por atrasos, guerras e doenças. As relações entre o Estado e a Igreja Católica ajudam a compreender quão complexos eram os jogos de poder e que o poder real e o poder eclesiástico poderiam se aliar contra um

inimigo comum ou para decidir alguma questão de interesse mútuo, não insistindo na ideia que a Igreja Católica controla tudo e que era uma instituição dominante e absoluta na Idade Média.

No entanto, a série reforçar o caráter esotérico da Ordem do Templo, principalmente pelas circunstâncias da sua extinção. Colocar os Templários como guardiões de relíquias sagradas reforça o caráter enigmático e cheio de segredos presentes nos ideais templaristas do século XVIII e XIX, afastando os Templários da discussão histórica e os colocando como uma curiosidade que é marcada pela fantasia e pelas lendas. A partir do entendimento da leitura realizada pelo público, pode-se buscar como são entendidos outros conceitos, como Cruzadas, a sociedade medieval, a relação entre a Igreja Católica e coroas europeias, entre outros. Analisar uma série como *Knightfall* não tem como objetivo apontar os diversos erros históricos presentes na obra de ficção, mas entender qual a imagem da ordem militar e da sociedade medieval está sendo realizada e como o público a recebe, constrói e discute essa memória

Referências

- Demurger, Alain. *Os cavaleiros de Cristo: as ordens militares na Idade Média* (séc. XI-XVI). Tradução: André Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- Eloi, Arthur. *Knightfall e Projeto Livro Azul são cancelados pelo canal History*. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/series-tv/knightfall-projeto-livro-azul-canceladas>. Acesso em 19/04/2025
- Ferro, Marc. Coordenadas para uma pesquisa. In: Ferro, Marc. *Cinema e História*. Tradução: Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992. P. 13-19.
- Internet Movie Database. *Knightfall: A guerra do Santo Graal*. Disponível em: https://www.imdb.com/title/tt4555364/?ref=rv_i_tt. Acesso em 12/04/2025.
- Internet Movie Database. *Robin Hood: A Origem*. Disponível em: https://www.imdb.com/pt/title/tt4532826/?ref=nv_sr_srsg_0_tt_8_nm_0_in_0_q_Robin%2520Hood. Acesso em 12/04/2025.
- Internet Movie Database. *O Código Da Vinci*. Disponível em: https://www.imdb.com/pt/title/tt0382625/?ref=nv_sr_srsg_0_tt_8_nm_0_in_0_q_C%25C3%25B3digo%2520da%2520Vinci. Acesso em 19/04/2025.
- Joserand, Philippe. The Templars in France: Between History, Heritage and Memory. In: Costa, Ricardo da., Salvador González, José M/., (orgs). *Medieval and Early Modern Iberian Peninsula Cultural History: Cultura em la Peninsula Iberica Medieval y Moderna* (siglos XIII-XVII). Mirabilia Journal, nº 21, 2015/2. Disponível em: <https://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/21-24.pdf>. Acesso em 11/04/2025.

- Junior, Hilário Franco. *A Idade Média: Nascimento do Ocidente*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- Macedo, José R. Introdução Cinema e Idade Média: Perspectivas de Abordagem. In: Macedo, José R., Mongelli, Lênia M. (orgs). *A Idade Média no Cinema*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- Maçon. In: Dicionário Escolar Francês. Editora Melhoramentos, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/escolar-frances/busca/frances-portugues/ma%C3%A7on/>. Acesso em: 24/03/2025
- Ottati, Rafael D. G., Filho, Mario Marcio. Somos bárbaros, guerreiros, magos e feiticeiros: A Idade Média Revisitada nos Games. *Revista ComparArte*. Volume 1, Número 1, Jan-Jun 2017.
- Partner, Peter. *O Assassinato dos Magos: os templários e seu mito*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.
- Popp, Richard K. History in Discursive Limbo: Ritual and Conspiracy Narratives on the History Channel. In: *Popular Communication: The International Journal of Media and Culture*. Volume 4, N° 4, p. 253-272. 2006.
- Redação ABC da Comunicação. *Canais History, A&E, History 2 e Lifetime batem recordes de audiência no primeiro trimestre*. Disponível em: <https://www.abcdacomunicacao.com.br/canais-history-ae-history-2-e-lifetime-batem-recordes-de-audiencia-no-primeiro-trimestre/>. Acesso em: 19/04/2025.
- Rosenstone, Robert. *A história nos filmes, os filmes na história*. Tradução: Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 27/06/2025
Aprovado em: 17/09/2025

Neomedievalismos e Cavalaria Medieval no Jogo Eletrônico *Dark Souls*

José Carlos GIMENEZ¹

Kauan Matheus Nogarotto Crima BELLINI²

Resumo: O presente artigo discute as relações do neomedievalismo como fenômeno cultural que retoma a Idade Média presente nos jogos eletrônicos. Trata-se de uma mídia popular na contemporaneidade, a qual, muitas vezes, emprega tropos e arquétipos que remetem ao universo da cultura medieval presente em filmes, livros, música e games. Dentre os diversos jogos, foi escolhido para análise o *Dark Souls*, porque ele, embora seja relativamente recente, é considerado um clássico do gênero, reconhecido pela riqueza de detalhes e pela sua dificuldade. Explorar essas características únicas dos jogos enquanto mídias pode colocar o jogador em presença de aspectos importantes da História do Ocidente Medieval.

Palavras-chave: Neomedievalismo, Idade Média, Cavalaria, Jogos eletrônicos, Dark Souls.

¹ Graduação em História e Mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor Titular da Universidade Estadual de Maringá. Maringá. PR. Brasil. Lattes: ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7358-8392>. E-mail: jcgimenez@uem.br.

² Graduado e Mestrando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá. PR. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5128-0673>. E-mail: kauannogarotto@gmail.com.

Neo-Medievalism and Medieval Chivalry in The Electronic Game *Dark Souls*

Abstract: This article discusses the relationships of neomedievalism as a cultural phenomenon that revisits the Middle Ages in video games. It is a popular contemporary medium that often employs tropes and archetypes reminiscent of medieval culture, as seen in films, books, music, and games. Among various games, *Dark Souls* was chosen for analysis. Although relatively recent, it is considered a classic of the genre, recognized for the richness of its details, and by its difficulty. Exploring these unique characteristics of games as media can bring players into contact with important aspects of the history of the medieval Western world.

Keywords: Neomedievalism, Middle Ages, Chivalry, Videogames, *Dark Souls*.

Olhando para o passado: neomedievalismos e cultura

“Mas, então, fez-se o fogo...”

(Introdução de *Dark Souls*)

Ainda que produzidos por diferentes cineastas, filmes como a *Paixão de Joana D’Arc* (1928),³ do dinamarquês Carl Theodor Dreyer (1889-1968); *Alexander Nevsky* (1938), dos soviéticos Serguei Mikhailovitch Eisenstein (1898-1948) e Dmitri Vasilyev (1900-1984); *O Senhor da Guerra* (1965), do estadunidense Franklin J. Schaffner; *Marketa Lazarová* (1967), do Tcheco František Vlácil (1924-1999); *Excalibur* (1981), do britânico John Boorman (1931); a trilogia *O Senhor dos Anéis: a sociedade do anel* (2001), *O Senhor dos Anéis: as duas torres* (2002), *O Senhor dos Anéis: o retorno do rei* (2003)⁴, dirigidos pelo cineasta neozelandês Peter Robert Jackson (1961); e, mais recentemente, *Duna* (2021), do canadense Denis Villeneuve (1967), apresentam uma narrativa que, direta ou indiretamente, remetem às guerras e às batalhas reais ou lendárias ocorridas no período medieval.

³ Em torno da figura de Joana D’Arc, temos outras versões que procuram mostrar a personagem sob diferentes perspectivas: *O processo de Joana D’arc* (1962), do francês Robert Bresson (1901-1999); *Santa Joana* (1957), do ucraniano Otto Preminger (1905-1986); *Joana na fogueira* (1958), do italiano Roberto Rossellini (1906-1977); *Joana d’Arc* (1999), do francês Luc Besson (1959).

⁴ Além da trilogia dos anéis, outros filmes foram adaptados do livro escritor britânico escritor britânico J. R. R. Tolkien (1892-1973): *O Hobbit: uma Jornada Inesperada* (2012), *O Hobbit: a desolação de Smaug* (2013), *O Hobbit: a batalha dos cinco exércitos* (2014), *O Senhor dos Anéis: os Anéis do Poder* (2022).

Para além do universo bélico, esses filmes exploram outras narrativas relacionadas ao contexto medieval, como a religião, a religiosidade, o poder, a sociedade política, a cultura, o medo coletivo, a violência, a peste, a fome, além de festas profanas, recreação, façanhas amorosas, viagens imaginárias, entre outros temas. Desta feita, a Idade Média é um período histórico que, embora tenha terminado há séculos, ainda exerce grande fascínio na cultura cinematográfica da contemporaneidade, servindo como fonte de inspiração para as mais diferentes manifestações culturais – literatura, música, cinema, festivais, jogos eletrônicos, entre outras.

Os jogos eletrônicos, ainda que recentes, não só como forma de mídia, mas também como arte, não escapam dessa temática. No final dos anos 1970, surgiram jogos eletrônicos baseados em textos como *Zork*, *MUD* e outros que encontram suas raízes na obra de Tolkien (Ivory, 2016, p. 10). Essa espécie de versão eletrônica dos jogos de tabuleiro pode ser considerada como precursora dos jogos RPGs (sigla do inglês *Role-Playing Game*, traduzível como “jogo de interpretação de papéis”). Proposto como entretenimento, o jogo eletrônico, também denominado como videogame ou videojogo, configurou-se como terreno fértil para a fantasia medieval, embora, evidentemente, nem todo jogo RPG apresente tal temática. Jogos que exploram uma visão fantástica e fantasiosa da Idade Média conquistam uma popularidade inegável, como é o caso de *The Elder Scrolls V: Skyrim*, que mantém certa relevância, mesmo após mais de uma década de seu lançamento; *The Witcher 3: Wild Hunt*, final de uma trilogia de jogos baseados na série de livros do autor polonês Andrzej Sapkowski; o recente e popular *Baldur's Gate 3*, baseado no RPG de mesa *Dungeons & Dragons*; além de *Elden Ring*, feito com a colaboração do escritor George R. R. Martin; bem como o objeto de análise deste artigo, *Dark Souls*.

Tais jogos eletrônicos se consolidaram como mídia, indústria e suporte narrativo. Diferentemente do cinema, da música e da literatura, nos quais o produto cultural não permite a participação direta de quem o consome, os *games* têm como regra a interatividade do jogador com a obra. Desde o seu surgimento, eles se tornaram cada vez mais complexos, conquistando ainda mais espaço e ampliando as diferentes

temáticas a serem abordadas. Os jogos também acarretam um amplo impacto cultural, dada a sua popularidade.

Portanto, devido ao seu tamanho e à sua complexidade, os jogos abrem um imenso leque de possibilidades para análises. O processo de criação não se limita apenas ao código, à programação das regras que delimitam o funcionamento e às mecânicas de jogo. Atualmente, o trabalho dedesenvolvimento de *games* requerdiversos profissionais capacitados não apenas em áreas da computação – como programação, modelagem, animação, entre outras –, mas também *designers*, compositores e profissionais com conhecimento do contexto histórico que servirá de enredo do game – no caso em análise, sobre a cavalaria medieval.

Para os fins deste artigo, será trabalhado o conceito de neomedievalismo, que, de acordo com Umberto Eco (1986, p. 40), é uma retomada “póstuma” do período medieval. Em outras palavras, é o emprego de elementos e estéticas do período, mas reconfigurados conforme o presente que realiza um resgate do passado. O neomedievalismo não tem, necessariamente, uma conexão factual com o medievo, justamente por ser uma reconstrução que se apropria de imagens com um propósito que pode ser a busca por uma justificativa histórica (mesmo que baseada em uma interpretação errônea dos fatos) para um discurso político, ou apenas a criação de um pano de fundo para narrar uma história. Cooper (2016, p. 11) se refere ao emprego de estéticas e padrões medievais em jogos eletrônicos como pseudomedieval, onde a Idade Média resgatada é claramente fantasiosa: existem dragões, feiticeiros e bruxas poderosas, armas mágicas, entre outros elementos. Tal fantasia, comovisto acima, é frequente nas mídias que se inspiram em uma memória fantástica do medievo.

Importante, também, é a relação entre História e jogos eletrônicos apontada por Claudio Fogu (2008, p. 14), que considera o fator a-histórico, ou seja, a falta do compromisso acadêmico de um historiador com o passado histórico. Por estarem ligados ao universo lúdico, os jogos não necessitam de tal precisão, tendo, desse modo, grande liberdade para lidar com diferentes temáticas.

Nesse caso, o quenos interessa, para este artigo, é mamaneira como os jogos

recuperam elementos que condizem ao universo da cavalaria medieval e à literatura cavaleiresca, estabelecendo assim uma continuidade entre as narrativas criadas sobre esse grupo de guerreiros no passado e uma narrativa criada na atualidade, em um contexto histórico diferente, com suportes midiáticos diferentes.

Entre neomedievalismos e jogos eletrônicos

De acordo com Umberto Eco (1986, p. 40), o neomedievalismo é tanto uma obsessão quanto um retorno, uma releitura da Idade Média, onde diversos elementos históricos, políticos e culturais daquele período são costurados, remendados em um processo que cria algo inédito que, apesar de remeter à Idade Média e de assemelhar-se com ela, não é realmente a própria. Nessas revisões, a Idade Média pode ser apenas um pretexto para uma história, ou pode também ser revisitada para fins políticos, como, por exemplo, uma visão já superada pela historiografia contemporânea de um período da história como era de ouro, ou a Idade das Trevas.

De acordo com Nagy (2010), o nascimento do conceito de “Idade das Trevas” é ainda passível de muitos debates. Para a autora, a noção de um “tempo médio” não é uma novidade dos Renascentistas Italianos, uma vez que essa classificação pode, inclusive, ser encontrada em autores de períodos anteriores, como Joaquim de Fiore (1135-1202) e, principalmente, São Boaventura (1221-1274), demonstrando que, muito antes do conceito de “tempos sombrios” dos humanistas italianos, existia uma tripartição do tempo cuja base era religiosa (Nagy, 2010, p.168-169).

Ainda segundo Nagy (2010), a ideia de um “*mediumtempus*” também se apresenta aos humanistas italianos, como Francisco Petrarca (1304-1374) e Flávio Biondo (1392-1463), porém expressada em uma perspectiva literária e cultural, uma vez que, para eles, o período entre a antiguidade e o seu tempo é caracterizado de maneira negativa pela ausência autêntica de arte, literatura e filosofia. Assim:

Os humanistas italianos estabelecem uma divisão cronológica, começando com a era clássica greco-romana, seguida por um curto período de transição representado pelos Padres da Igreja e, finalmente,

os séculos de decadência. Esse período intermediário é para eles um período inferior devido à natureza destrutiva dos séculos bárbaros que se seguiram à antiguidade. Consequentemente, os humanistas italianos definem o tempo que os separa da antiguidade como "o tempo das trevas" ou "o sono das musas". No entanto, não é um tempo irreversível; é, por isso, que designam seu tempo como retorno, renovação ou renascimento (Nagy, 2010, p. 173, tradução nossa).

Outra questão importante que Nagy (2010) traz para o debate em relação à visão negativa dos humanistas italianos sobre acontecimentos ocorridos na “Idade das Trevas”, diz respeito a uma percepção absolutamente oposta concebida pelos humanistas alemães, sobretudo do contexto político em que surgiu o humanismo. Se, por um lado, a reação negativa dos italianos, influenciada pela figura de Carlos V, imperador do Sacro Império Romano-Germânico, os quais viam nele apenas um rei germânico e não continuador do Império Romano, por outro lado, humanistas alemães, como Johann Trithemius (1462-1516) e Jakob Wimpfeling (1450-1528), escrevem sobre os acontecimentos e os personagens do Sacro Império Romano-Germânico como datas memoráveis e feitos heroicos.

Para concluir, a autora afirma que, embora os humanistas alemães, desde o século XIII até o final do século XV, tenham tentado reabilitar o período negativo frente ao humanismo italiano, as duas visões foram impactadas pela Reforma, uma vez que a disputa no campo cultural foi substituída por interpretações religiosas, e a expressão “Idade Média” como um período negativo se fortaleceu (Nagy, 2010).

Para Gonçalves e Strazzi (2020, p. 317), a estética da Idade Média possui a finalidade de propiciar uma experiência lúdica, mas sem o contexto histórico devido. De acordo com os autores, os jogadores também não se preocupam com a fidedignidade histórica, o que abre espaço para uma falta de preocupação dos criadores em relação a isso. A falta de preocupação com a historicidade é, segundo Daniel Lukes (2014, p. 5), um lugar-comum no neomedievalismo. A natureza problemática, resultante do constante rearranjo de temas medievais, gera configurações absurdas, as quais não são necessariamente vazias de profundidade, permitindo um campo diverso de estudos.

As leituras neomedievalistas do passado são amplas, gerando diferentes análises e conclusões que, por vezes, são contraditórias entre os autores. Entendemos o neomedievalismo, para os fins deste artigo, como uma recriação “póstuma” da Idade Média, a qual, embora não seja completamente fidedigna ao seu “material original”, funciona como uma espécie de janela por onde se pode compreender a sobrevivência do imaginário e do simbólico medieval no presente, bem como a capacidade de ressignificar e reinterpretar o passado de acordo com o tempo histórico vivido. O estudo do neomedievalismo é uma tentativa do historiador de, no presente, entender a discussão que surge sobre o passado – que não se trata de algo morto, mas vivo e que pode ser revisitado constantemente pelo coletivo.

Ao trabalhar com jogos que recriam a Idade Média de maneira fantástica, é interessante utilizar o termo “Pseudo-Idade Média” (Cooper, 2016, p. 11-12). Para a autora, o termo pode ser aplicado para jogos que “imaginam e reimaginam um mundo medieval”, construindo um cenário que, apesar de não ser real, é percebido como autêntico. A temática medieval recorrente nos jogos eletrônicos, despreocupada com a história factual, utiliza-se do universo simbólico da Idade Média, criando um Medievo fictício, fantasioso, com monstros, dragões, magos poderosos. Assim, empresta-se o visual daquele período, mas muitos elementos factuais são deixados de lado; no entanto, ainda assim, apesar da a-historicidade, é possível reconhecer tais elementos e temáticas.

Visualizando o neomedievalismo como uma releitura de um período histórico, podemos pensar, conforme Chartier (2002, p. 123), para quem a leitura é uma prática criadora que produz novos significados. Relendo o passado, mesmo pela ótica da fantasia, o neomedievalismo não só atribui significados diferentes à Idade Média, mas também cria significados e sentidos próprios do tempo presente, imbuindo-os no pseudopassado, palco de suas narrativas.

Sobre jogos eletrônicos

Os jogos, bem como os filmes e as músicas, constituem um espaço de memória. E isso ocorre não só por “reproduzirem” diversos acontecimentos, mas ainda por recriarem cenários fictícios sem um compromisso histórico. Tal fato é bem mais claro quando se trata de um universo fantástico: embora saibamos que, na Idade Média, não existiam elfos ou orcs, por exemplo, sejam eles os de Tolkien, sejam eles de Elder Scrolls, reconhecemos nessas obras a estética medieval.

A comparação com o cinema, apesar de ser útil e interessante, procede até certo ponto. Apesar das similaridades, inspirações e paralelos, os jogos são diferentes dos filmes. De fato, existem jogos cinematográficos que são jogados como um filme interativo, como *Detroit: Become Human* (2018). Outros jogos são intensamente cinematográficos, não só pela quantidade de *cutscenes* (cenas nas quais o jogador não interage), como também pela inspiração no cinema, como o caso dos jogos de Hideo Kojima, como as séries *Metal Gear* e *Death Stranding* (2019), o último contando com a participação do diretor Guillermo del Toro. Isso se trata de um fenômeno conhecido como remediação (Bolter; Grusin, 2000, p. 45-47), em que características de mídias antigas são adaptadas por mídias novas. Também existem jogos que fogem do cinema, utilizando-se de uma baixa quantidade de cenas gravadas. Nesses jogos, as *cutscenes* ainda existem, mas o enredo é contado de maneira diferente, a exemplo de *Dark Souls* (2011).

O game *Dark Souls* apresenta uma história “minimalista” e, ao mesmo tempo, complexa: o papel de preencher as lacunas de seu enredo misterioso é delegado ao próprio jogador, por meio de indícios que explicam vagamente eventos anteriores e partes da mitologia do jogo presentes nas descrições de itens (como um escudo deixado por um inimigo, o qual mostra que outrora serviu a um rei cavaleiro, antes de uma maldição cair sobre suas terras). Dessa maneira, *Dark Souls* utiliza uma característica específica dos jogos eletrônicos, uma vez que possibilita a construção do mundo por meio da interatividade.

Para Vinicius Carvalho (2013, p. 11), a interatividade se define de duas maneiras, sendo a primeira delas a possibilidade nativa dessa forma midiática de

“computar a agência de seus jogadores”, isto é, de permitir que os jogadores interajam com um espaço virtual e experienciem os resultados de tais interações, conforme o permitido pela programação do jogo. A segunda forma se dá na interação além-jogo, em comunidades e redes sociais, o que torna o jogo o centro de diferentes discussões que podem abranger certos pontos do enredo ou indicar o aproveitamento de algumas mecânicas de jogabilidade.

Além da interação, os jogos também podem ser vistos como procedurais. Para Ian Bogost (2007, p. 4), os jogos estabelecem regras, a fim de que certos processos sejam executados. Seguem, portanto, a lógica dos computadores, isto é, permitem que “sistemas reais ou imaginados sejam representados, funcionando de acordo com um conjunto de processos”. Os processos representados nos jogos são múltiplos, criando uma “teia procedural” que regula as interações do jogador com o mundo virtual, bem como a experiência de jogar. A proceduralidade está, então, ligada à interatividade, tanto pelo que é possível fazer, quanto pelo que não o é (Bogost, 2007, p. 4-5).

Com isso em vista, este trabalho pretende compreender como uma nova forma midiática, no caso o jogo eletrônico, a partir de sua própria linguagem, apresenta o medieval e seu imaginário, recontextualizando a Idade Média a partir do presente em uma relação própria com a linguagem dos jogos eletrônicos.

A Cavalaria Medieval

A cavalaria foi uma instituição com grandes poderes sociais e políticos no contexto da Europa feudal. Ela compunha uma das três ordens idealizadas⁵, correspondendo aos *bellatores*, aqueles que guerreavam e ocupavam as atividades militares. Conforme nos explica Franco Cardini (1989, p. 57-58), a cavalaria surgiu em decorrência de um período de violência endêmica na Europa medieval, estando em sintonia com a Igreja, os *oratores*, que, em uma tentativa de promover a *Pax e Tregua*

⁵ As três ordens da Idade Média correspondem à tríplice divisão idealizada da sociedade medieval: os *oratores*, os *bellatores* e os *laboratores*. Respectivamente, o clero, a nobreza e os camponeses.

Dei, proibia a violência em certos locais, como igrejas e em dias específicos da semana, ambas proibições feitas sob a pena de excomunhão⁶.

No entanto, apenas proibir as práticas violentas e ameaçar com a expulsão da comunidade, não foram suficientes para harmonizar a sociedade. Ainda segundo Cardini (1989, p. 59-60), foi preciso imprimir uma disciplina que garantisse que as medidas da Igreja fossem cumpridas - por isso, a necessidade de criar guerreiros dispostos a combater os perpetradores de atos violentos. Esses grupos, originados da nobreza, passaram a idealizar e cumprir uma moral com ritos próprios, respeitando e partilhando valores relacionados à guerra e ao combate, sempre permeados pela ética cristã do período medieval.

Michel Pastoreau (1989, p. 24; 106-107; 108-109) salienta que os cavaleiros não eram os únicos guerreiros da Idade Média, já que, em batalhas e em guerras, havia a participação da infantaria, na forma de camponeses ou de mercenários. É importante considerar que ser cavaleiro e participar das guerras era um privilégio da nobreza. Conforme Georges Duby (1982, p. 321), a evolução dos termos usados para referir-se aos militares atesta um direito ligado ao sangue, garantindo autoridade e certos direitos específicos. Para além disso, ser cavaleiro implicava possuir riquezas utilizadas para obter os equipamentos necessários para exercer sua função. Havia um custo para as armas de ataque utilizadas, normalmente lanças e espadas. Também era necessário possuir mais de um cavalo e ter disponível todo o equipamento de defesa, composto por elmo, escudo e cota de malha, sendo esta última um equipamento muito caro, levando muitos cavaleiros a não usarem uma cota completa, mas optarem por uma camisa protegendo o peitoral e o tórax (Pastoreau, 1989, p. 111).

A cavalaria também se relaciona à ideia de serviço, sobretudo pelo fato de o cavaleiro servir militarmente a um senhor, e tal serviço ser parte importante da sociedade feudal (Flori, 2005, p. 58). É significativo considerar, segundo Pastoreau (1989, p. 102; 104), que a guerra, durante o medievo, não era uma guerra entre nações, mas sim entre senhores e seus vassalos: lembremos aqui que o cavaleiro é parte da

⁶ Sobre a relação entre Cavalaria e Violência, ver Barthélemy (2006).

nobreza. Sendo assim, é vassalo de um senhor feudal, ou ainda, senhor de outros. A guerra, como ofício do cavaleiro, era não só como ele cumpria o serviço perante seu senhor, mas também uma maneira de enriquecer: o vencedor tinha o direito de saque, tomando para si os bens do vencido. Curiosamente, isso fazia que o objetivo de tais batalhas, ao menos entre os integrantes da nobreza, fosse não matar, mas sim capturar, conseguindo o saque e uma recompensa pelo resgate do adversário (Flori, 2005, p. 89-90).

A literatura cavaleiresca é prolífica, narrando os feitos épicos de diversos cavaleiros. A Idade Média conheceu as proezas e as aventuras de Rolando, Lancelot, Erec, Gawain, Percival, bem como os outros cavaleiros da Távola Redonda e sua busca pelo Santo Graal. É nessa literatura, comum nas cortes, que se cria um imaginário sobre o que é a cavalaria – uma visão idealizada dos cavaleiros como guerreiros fortes, justos e belos, servindo ao reino, a Deus e à Igreja. O gênero cavaleiresco também é um tanto quanto trágico, visto que, por mais heroicos que sejam os feitos contados, é comum que o cavaleiro tenha uma morte trágica e violenta em batalha, o que acaba servindo como ideal, uma inspiração, um objetivo a ser alcançado pelos cavaleiros recém-iniciados (Nizia, 1996, p. 179).

***Dark Souls* e a Idade Medieval**

Embora não tenha ligação direta com o exclusivo de *PlayStation 3 - Demon's Souls*, de 2009, *Dark Souls* é um jogo eletrônico lançado em 2011, originalmente para as plataformas *PlayStation 3* e *Xbox 360*, sendo relançado para computadores (PC) no ano seguinte, com o subtítulo *Prepare to Die* (Prepare-se para morrer) e recebendo um *remaster*, isto é, uma versão graficamente atualizada do mesmo jogo, onde a história e as mecânicas de jogabilidade permanecem as mesmas, com uma ou outra correção, no ano de 2018, *Dark Souls: Remastered*, disponibilizado originalmente para *PlayStation 4*, *Xbox One*, PC e *Nintendo Switch*. Também o título pode ser considerado um dos jogos mais importantes da última década por ser entendido o progenitor do gênero

“souls-like”.

Dark Souls é um *Role-Playing Game (RPG)*, isto é, um jogo onde quem o joga interpreta um personagem de sua escolha, podendo controlar e escolher um caminho segundo suas decisões dentro do mundo virtual. O mundo a ser explorado pelo jogador é decadente, confuso e cheio de perigos, com armadilhas e uma diversidade de monstros. Como senão bastassem os perigos, os próprios personagens controlados, assim como diversos *NPCs*⁷, sofrem com uma maldição que os condena à imortalidade, a uma eventual loucura e à perda de humanidade, sendo transformados em seres conhecidos como “*hollows*” (vazios), destinados a vagar enlouquecidos pelas terras onde o jogo se passa.

O mundo de *Dark Souls* possui magos, bruxas, mortos-vivos, clérigos, demônios, deuses e, claro, cavaleiros que marcam presença tanto no enredo quanto nas mecânicas e na jogabilidade. Mencionados na introdução do jogo, os cavaleiros podem aparecer como chefes, inimigos recorrentes ou como aliados e classe jogável. Este artigo se aprofundará, então, em como os elementos da cavalaria aparecem ao longo do jogo, no enredo, nos seus personagens, e em algumas mecânicas. Por isso, alguns aspectos serão deixados de lado.

É interessante, em primeiro lugar, mencionar que em várias passagens do jogo, a ideia de “Idade das Trevas” permanece, ou seja, a noção de que a Idade Média foi um período macabro, repleto de doenças, ignorância, fanatismo religioso, barbárie, guerras, fome e decadência, não é um termo historicamente preciso (Eco, 2010, p. 5-9). O termo é, também, um neomedievalismo, mas a sua comparação com *Dark Souls*, é inevitável. Pertencendo ao subgênero *dark fantasy*, isto é, fantasia sombria, inspira-se muito em tal conceito, o que é visto não só nos elementos trágicos presentes no enredo e nas histórias de muitos personagens, mas também nos cenários pelos quais o jogador se aventura durante a sua jornada. É interessante, portanto, uma breve discussão sobre como o jogo emprega esse mito na sua narrativa e no seu cenário.

Entra aqui, mais uma vez, o conceito de Pseudo-Idade Média: uma boa parte do

⁷ *NPCs* é a abreviação do inglês *Non-Playable Character*, personagem não-jogável.

jogo emprega uma estética crível, como é o caso do Burgo dos Mortos-Vivos. Conforme Cooper (2016, p. 11; 24) explica, trata-se de utilizar elementos visuais que não são necessariamente medievais, mas que remetem ao medievo ou são familiares a ele. Durante as áreas iniciais do jogo, que são menos fantasiosas e mais realistas, existe um forte sentimento de organicidade, de autenticidade no mundo de *Dark Souls*, criado justamente pelo uso de uma estética que pode ser reconhecida como medieval. A jornada, nesse ponto, atravessa um mundo que é decadente, remetendo à ideia de Idade das Trevas. Essa decadência torna-se ainda mais evidente após o jogador visitar Anor Londo: grandiosamente gótica, onde o sol brilha intensamente, ao invés de vazios⁸ equipados com tapetes, armas simples e armaduras precárias, enfrentam-se gigantes e cavaleiros prateados. O mármore substitui a pedra gasta e repleta de musgo, e cômodos ricamente decorados substituem vielas arruinadas e esgotos. A ideia de Idade das Trevas é reforçada, mais uma vez, quando a ilusão de Gwynevere é quebrada e os servos de Gwyndolin, o deus da lua, passam a caçar o jogador na Anor Londo, abandonada pelo sol. O único local radiante, o contraste entre a glória dos deuses e a maldição que aflige a humanidade, na verdade é uma ilusão, o que reforça, mais uma vez, o período macabro que assola Lordran. Embora ultrapassado (Franco Júnior, 2001, p. 11; 14), esse conceito ainda persiste no imaginário popular.

É interessante mencionar também que o período de Trevas, literal ou metafórico, é um dos finais próprios do jogo. Após derrotar Gwyn na Fornalha da Primeira Chama, o jogador se depara com uma escolha: virar-se e ir embora, deixando que a chama se apague para dar início a uma Era da Escuridão, ou sacrificar-se nela, assim como Gwyn, pela continuidade da Era do Fogo, martirizando-se em prol da manutenção da pouca ordem existente naquele mundo.

A história minimalista e ambígua não aponta uma decisão correta, nem um final bom, ruim ou verdadeiro, deixando para o jogador a reflexão sobre se a sua

⁸ Vazio, no inglês *hollow*, é um inimigo comum em *Dark Souls*, vítima de uma maldição que o tornou morto-vivo e eventualmente o levou à perda da sua sanidade, tornando-os agressivo ao jogador.

escolha foi correta ou não; não há epílogo, nem ainda um *post-game*⁹. No entanto, o final ainda brinca com o conceito de Idade das Trevas: no jogo, a Era da Escuridão é um período que ainda virá quando a chama se apagar. A dicotomia entre Fogo e Escuridão, porém, não se resume a uma era de ouro ou a uma idade das trevas; trata-se mais de uma existência cíclica do mundo, possuindo uma conexão com outro conceito do medievo: a Roda da Fortuna.

Trabalhar com *Dark Souls* é uma tarefa tão difícil quanto vencer o próprio jogo: ao invés de lidar com inimigos perigosos e armadilhas mortais, lidamos com uma história minimalista, um mundo que não se interessa em explicar-se diretamente. A história se desenrola em cada nova área, em cada chefe, nos diálogos com personagens e também na descrição de itens. Armas, armaduras e outros itens de personagens, inimigos e chefes dizem muito a respeito de sua história, e é através desses elementos que a história do jogo é desvendada.

Devido à amplitude do tema, o que seria impossível discutir em um artigo, priorizamos, como afirmamos acima, determinados aspectos da cavalaria medieval, estudada tanto pela historiografia quanto pela literatura. Por meio dessas áreas, buscamos compreender como tais aspectos revelam-se no jogo, seja pela releitura (Chartier, 2002 p. 123), seja a partir de características próprias dos jogos eletrônicos.

No enredo de *Dark Souls*, desde a introdução, os cavaleiros já estão presentes: Gwyn, o Lorde da Luz Solar, aparece com uma multidão de cavaleiros prateados. Na sequência, um dos cavaleiros é visto enfrentando um dragão. Os mesmos cavaleiros prateados são designados, após a derrota dos dragões, a guardar a cidade sagrada de Anor Londo, a morada dos deuses criada por Gwyn, e o jogador irá encontrá-los como inimigos na catedral da cidade, protegendo-a mesmo após os deuses a terem abandonado. É também na catedral que ocorre uma das mais icônicas e árduas lutas contra chefes da trilogia: o duelo contra a dupla formada por Ornstein e Smough, um

⁹ *Post-game* é um termo usado para referir-se a conteúdos que podem ser acessados apenas após o fim do jogo.

cavaleiro que carrega a alcunha de “Matador de Dragões” e um carrasco apelidado “Executor”, respectivamente. Apesar da luta difícil contra dois adversários poderosos, o jogador pode contar com a ajuda do cavaleiro Solaire, outro personagem igualmente icônico da franquia e muito amado pelos fãs, a quem retornaremos mais adiante¹⁰.

Força, honra: os guardiões de Anor Londo

Conforme Cardini (1989, p. 59-60), a instituição da cavalaria, surgida em um contexto de violência, tinha originalmente como função a defesa dos domínios feudais dos *pauperes*¹¹, seguindo em um serviço à Igreja, que se traduzia, também, na defesa dos locais sagrados. Em *Dark Souls*, há uma releitura desse aspecto da cavalaria que demonstra também elementos típicos do neomedievalismo.

A cidade sagrada de Anor Londo, habitada por deuses, é patrulhada por cavaleiros que trajam armaduras prateadas¹². Mesmo sendo fortes, os oponentes mais perigosos são a dupla encontrada na catedral da cidade: Ornstein e Smough. Protegendo a entrada para os aposentos da deusa Gwynevere, filha de Gwyn, podemos ver na dupla algumas das características dos cavaleiros medievais. O primeiro exemplo é a defesa das mulheres, bem como dos locais sagrados, aqui não somente uma cidade sagrada, mas também um templo onde habita uma entidade divina. Aqui, é possível ver o neomedievalismo em ação: um elemento histórico do medievo, isto é, uma das funções da cavalaria, é relido (Chartier, 2002, p. 123) e inserido em um diferente contexto que, embora familiar o bastante para ser reconhecido, é fantasioso (Cooper, 2016, p. 11).

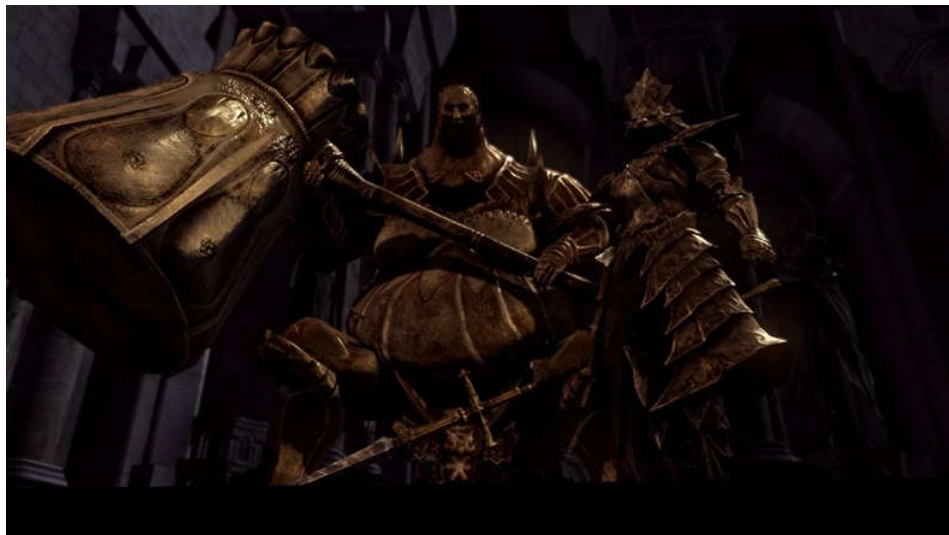
Figura 1: Captura de tela de cut scene com a dupla Ornstein e Smough, em *Dark Souls*:

¹⁰ Devido ao tamanho do artigo, não é possível tratar de todos os personagens que remetem à cavalaria no jogo. Por isso, personagens como Siegmeyer, Lautrec, Kirk, Oscar e outros foram deixados de lado.

¹¹ Conforme o autor, membros da Igreja, viúvas, órfãos e indefesos, o que pode incluir crianças, idosos e enfermos. Ver Cardini (1989), p. 58-59.

¹² Alguns locais em Anor Londo, como a entrada por onde o jogador chega, bem como os portões da catedral, também são guardados por gigantes, que são uma figura recorrente na literatura cavaleiresca do medievo.

Remastered.



Captura de tela feita pelo autor

Há outra ligação curiosa, uma alusão a uma função mais simbólica do cavaleiro presente na alcunha de Ornstein: matador de dragões. Retomemos, mais uma vez, a função do cavaleiro medieval como um defensor da cristandade (Cardini, 1989, p. 73), para quem, no medievo, o dragão simbolizava seu maior inimigo: o Diabo. No entanto, a ideia do Diabo ou do Inferno, conforme o universo simbólico cristão, não existe na mitologia do jogo. Nele, o dragão representa algo diferente, uma época de imutabilidade que antecede as dicotomias da Erado Fogo. O cavaleiro, em *Dark Souls*, também é parte de um mito fundador, por participar dos combates que permitiram que os deuses se estabelecessem como senhores de Lordran.

Smough, parte da dupla, demonstra a relação do cavaleiro com a ética: para ser um, não basta a força física, sendo necessário ao aspirante aderir a certos valores. O Executor Smough, devido à sua força considerável, é escolhido para defender um local sagrado, porém não pode, ao mesmo tempo, tornar-se um dos Quatro Cavaleiros¹³,

¹³ É importante mencionar, ao menos uma vez, a influência do mangá *Berserk* em *Dark Souls*: Artorias é claramente inspirado no protagonista Guts: uma armadura com motivo de lobo; enfrenta uma escuridão inconcebível, podendo ou não se perder perante ela. Além disso, Artorias tem um braço quebrado, e Guts arranca seu próprio braço. Ambos utilizam uma espada enorme com facilidade.

porque não só é um carrasco cruel, mas também um canibal: “*Amava o seu trabalho e alimentava sua fome com ossos triturados de suas vítimas, arruinando assim suas esperanças de ganhar um lugar entre os Quatro Cavaleiros*” (Descrição do item “Martelo de Smough” – *Dark Souls*, 2011).

Tragédia, morte: o lagado de Artorias

Dark Souls apresenta um paralelo com as histórias da cavalaria do medievo, conforme trabalho de Nizia (1996, p.179) sobre o tema: “O que de imediato transparece nas canções degestaéqueo destinado jovem [...] é morrer, de forma exemplar e, se possível, estética, em benefício da instituição e para assegurar a sobrevivência do grupo”.

Para essa autora, ainda é comum que, nos romances da cavalaria, um cavaleiro salve o reino de um perigo mortal por meio da morte, seja ela simbólica ou não (Nizia, 1996, p. 180). Na lenda que se conta sobre Artorias¹⁴, ele cumpre esse papel de herói trágico, sacrificando-se voluntariamente. O sacrifício é, para Gérard de Sorval (2014, p. 45), uma necessidade do cavaleiro que almeja por sua realização espiritual¹⁵, sendo uma espécie de purificação.

É interessante mencionar que, na sequência de *Dark Souls III*, existe uma companhia de guerreiros que se inspiraram em Artorias, utilizando armas e técnicas similares para enfrentar o Abismo. Assim, em seu sacrifício, ele permanece um herói da cavalaria: não só alguém que salvou o reino, como também uma inspiração para as gerações futuras, tal qual Rolando.

Artorias não é encontrado diretamente durante a aventura do jogador, e sua história chega até nós por meio de resquícios. É apenas a partir da expansão *Artorias of the Abyss*, presente nas edições *Prepare to Die* e *Remastered* do jogo, que o jogador pode encontrar o cavaleiro na terra de Oolacile, assolada pelos males do Abismo. No

¹⁴É necessário ter em mente, aqui, a forte ligação da cavalaria com a religiosidade medieval, conforme a ponta do não só pelo próprio Sorval (2014), mas ainda por Pastoreau (1989).

entanto, em uma espécie de paradoxo temporal, quem salva Oolacile do abismo não é Artorias, mas o jogador que viajou ao passado. O cavaleiro que havia partido para aquela terra não retorna e passa a ser visto como alguém que morreu cumprindo seu dever, apesar de ter falhado.

Imagem 2: Captura de tela de cut scene como Cavaleiro Artorias, em Dark Souls: Remastered



Captura de tela feita pelo autor

Além disso, nos eventos da expansão, o jogador encontra ainda outros dois cavaleiros que fazem parte do quarteto: Gough e Ciaran. Gough, o gigante arqueiro, agradece o jogador por ter libertado Artorias de seu sofrimento. Após a morte de Artorias, é possível ainda encontrar Ciaran, que pedirá a alma do cavaleiro, desejando despedir-se dele adequadamente. No túmulo de Artorias, no tempo presente, é possível encontrar um anel de Ciaran, que teria morrido próximo ao local de descanso do seu amado. A história de Artorias recebe, portanto, mais um elemento trágico existente nas histórias de cavalaria: o amor que não se corresponde ou não se realiza, permanecendo como ideal não alcançado.

Fé, glória: o Cavaleiro do Sol

Conforme Jean Flori (2005, p. 51-52), a cavalaria remete a uma noção de

serviço, sendo principalmente, no contexto feudal, um serviço militar. Além disso, segundo o mesmo autor, a cavalaria também é uma instituição guerreira que se liga aos conceitos de honra, além de possuir ritos, costumes e moral que lhe são próprios.

Os cavaleiros medievais, idealmente, possuíam uma forte relação com a fé, sendo esta a responsável por temperar seu gosto pela guerra e por garantir sua ética e seu comportamento exemplar mediante os conflitos travados (Pastoreau, 1989 p. 47-48; 104). Em *Dark Souls*, isso é demonstrado de uma maneira interessantemente típica nos jogos: a fé é um atributo concreto do personagem do jogador - que pode ter seu nível aumentado - e é necessária para empunhar certas armas, incluindo as armas de diferentes cavaleiros (variações da espada de Artorias, a lança de Ornstein e um arco pertencente a Gwyndolin, um dos deuses do jogo). A fé também é necessária para realizar os milagres (as magias concedidas pelos deuses), assim como é indispensável para fazer parte dos Guerreiros da Luz Solar, sendo impossível juntar-se ao grupo sem alguns níveis em tal atributo. Evidentemente, é importante lembrar que a fé em *Dark Souls*, não se refere à fé cristã, mas à fé dos personagens na mitologia própria do jogo.

Os Guerreiros da Luz Solar são um pacto, nome dado a um dos elementos multijogadores presentes em *Dark Souls*, no qual os jogadores recebem novos objetivos, além da jornada principal, garantindo novos itens, como armas e magias. Esse grupo em específico baseia-se na cooperação, possibilitando que jogadores mais experientes auxiliem outros a derrotarem chefes e inimigos perigosos. Em pontos específicos da aventura do jogo, é possível encontrar com um membro de tal pacto: o cavaleiro Solaire de Astora.

Imagem 3: Captura de tela de gameplay, onde é possível ver o sinal de invocação do Cavaleiro Solaire, dentro da Catedral de Anor Londo, em Dark Souls: Remastered. Nota-se que, embora Solaire use equipamentos que são críveis para a Idade Média, o personagem do jogador utiliza armas enormes, em uma mistura de realismo com fantasia.



Captura de tela feita pelo autor

Sabemos que, no medievo, tornar-se cavaleiro envolvia uma série de práticas rituais com significados simbólicos relacionados ao despertar e a uma jornada espiritual, conforme aponta Sorval (2014, p. 41-42). A preparação para a vida de cavaleiro começava logo cedo, aos sete anos de idade, e seguia até, aproximadamente, a casa dos vinte anos, quando acontecia, finalmente, o *adoubement* do guerreiro, a cerimônia de sagração que o tornava um cavaleiro (Sorval, 2014 p. 34-37). Essa cerimônia era composta por diversos elementos, incluindo ritos de preparação anteriores à celebração da cerimônia, bem como a entrega e a bênção das armas durante uma missa. Em *Dark Souls*, é possível, logo no início do jogo, encontrar Solaire próximo a uma espécie de altar quebrado, onde, caso o personagem do jogador possua o requisito fé, mencionado anteriormente, haverá a possibilidade de juntar-se ao pacto: Solaire afirma que o personagem provou ser “forte, de fé e bom coração”, e lhe pergunta se gostaria de se juntar ao pacto, como cavaleiros “justos, defensores de tudo

que é bom, em nome do Lorde do Sol”. Caso a resposta seja positiva (a escolha de juntar-se ou não é critério do jogador), Solaire instruirá o personagem a fazer uma prece no altar, tornando-o um cavaleiro do sol. Essa é uma releitura muito interessante, tendo em mente que, ao invés de servir a um nobre, os cavaleiros, aqui, servem a um deus, não muito distante da noção de “cavalaria celeste”.

Era constante, para os cavaleiros medievais, a busca pela glória, nas batalhas, nas demandas ou em competições justas e torneios (Flori, 2005, p. 102). Além da releitura do serviço e da fé do cavaleiro, *Dark Souls* também insere em seus cavaleiros a busca pela glória, tendo uma fonte semelhante: as batalhas. Tanto ao derrotar um chefe juntamente com Solaire, quanto junto a outro jogador membro do pacto durante a luta, os jogadores recebem um item chamado de “Medalha da Luz Solar”, cuja descrição diz: Essa medalha levemente quente, gravada com o símbolo do Sol, é a honra suprema, concedida àqueles que invocam o Guerreiro da Luz Solar e completam um objetivo. O símbolo representa o primogênito do Lorde Gwyn, que perdeu sua condição de deidade e foi eliminado dos registros. Mas o antigo Deus da Guerra ainda vigia atentamente seus guerreiros. (Descrição do item “Medalha da Luz Solar”).

Ou seja, uma celebração da vitória em batalha, da glória e da honra existentes ao derrotar, em combate, um inimigo poderoso, uma prova de valor do cavaleiro. É possível ver - não só em Solaire, mas também nos Guerreiros da Luz Solar - a imagem do cavaleiro honrado, religioso, que presta serviço por meio do combate, cumprindo, assim, sua função como *bellatores*.

Conclusão

Os jogos eletrônicos, por mais que não almejem a precisão histórica da Idade Média, recorrem e se utilizam de certos elementos históricos daquele período. Para Cooper (2016 p. 11-12), trata-se de uma Pseudo-Idade Média - familiar, mas ainda tão diferente do período histórico que conhecemos: empregam-se estéticas, fantasiosas ou não, arquétipos e elementos literários e até históricos através de dois processos: a

remediação (Bolter; Grusin, 2000, p. 45-47) e a releitura (Chartier, 2002, p. 123; 127). Respectivamente, o primeiro processo envolve a adaptação de diferentes mídias para uma nova, como é o caso do uso, no jogo, de elementos textuais e cinematográficos para contar a sua história; o segundo processo aponta para a adaptação do medieval e das histórias de cavalaria em algo novo em relação ao modo como as conhecemos. Além da aventura, dos cavaleiros e dos perigos, existe uma narrativa sobre uma luta, um esforço para percorrer grandes distâncias, derrotar inimigos mais poderosos que nós mesmos, isto é, transpor o intransponível. Esse é o charme de *Dark Souls*, não apenas pelo uso da familiaridade para brincar com o conceito da Idade Média enquanto Idade das Trevas, um mundo destruído, repleto de monstros, maldições e ruínas, mas também por um protagonista, controlado pelo próprio jogador, que consegue vencer os obstáculos em sua jornada de maneira tenaz.

Essa Pseudo-Idade Média de *Dark Souls* é um exemplo de neomedievalismo por utilizar-se de um passado fictício, remetendo a estéticas e elementos que reconhecemos como medievais por meio de recursos típicos dos jogos eletrônicos, como a interatividade e a integração entre narrativa e *gameplay*, construindo, assim, seu universo narrativo e lúdico. A Idade Média se faz presente nos jogos eletrônicos enquanto neomedievalismo, altamente maleável, possibilitando sua adaptação conforme os objetivos que a narrativa almeja atingir. Embora a precisão histórica seja descartada, certos elementos históricos perduram, readaptados para a realidade do mundo virtual criado, como é o caso dos aspectos da cavalaria analisados ao longo deste texto: existe uma relação de adaptação e de continuidade. Porém, ao serem retirados de seu contexto histórico original, ocorre uma espécie de deslocamento de sentido, o que se conecta justamente com a fantasia medieval e o seu charme, que é o reino da especulação, a terra onde o imaginário fomentado por livros e filmes pode florescer em algo novo.

Referências

- Barthélemy, Dominique. *Caballeros y milagros: violencia y sacralidad en la sociedad feudal*. Granada/Valência: Universitat de València/Universidad de Granada, 2006.
- Bogost, Ian. *Persuasive Games: The Expressive Power of Video Games*. Cambridge: MIT Press, 2007.
- Bolter, Jay David; Grusin, Richard. *Remediation: Understanding New Media*. Cambridge: MIT Press, 2000.
- Cardini, Franco. O guerreiro e o cavaleiro. In Le Goff, Jacques (org.). *O homem medieval*. 1. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- Carvalho, Vinicius Marino. Representação, mediação e proceduralidade: os games entre a história e o entretenimento. *Fontes Medievais: Construções e Métodos*. São Paulo, 2013. Disponível em <https://www.academia.edu/6795129/Representa%C3%A7%C3%A3o_Redia%C3%A7%C3%A3o_e_Proceduralidade_Os_Games_entre_a_Hist%C3%B3ria_e_o_Entretenimento>. Acesso em: 27/02/2025.
- Cooper, Victoria. *Fantasies of the North: Medievalism and Identity in Skyrim*. 2016. Dissertação (Mestrado) – University of Leeds, Leeds, 2016.
- Chartier, Rogier. *A História cultural: entre práticas e representações*. 2a ed. Alges: Difel, 2002.
- Dark Souls: REMASTERED. V. 1.04. Tóquio: FromSoftware, 2018.
- Duby, Georges. A cavalaria. In Duby, George. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, pp. 318-334.
- Eco, Umberto. *Dreaming of the Middle Ages*. In Eco, Humberto. *Travels in Hyper-Reality: Essays*, 1986.
- Eco, Umberto. *Idade Média: Bárbaros, Cristãos e Muçulmanos*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2010.
- Flori, Jean. *A Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média*. São Paulo: Madras, 2005.
- Flori, Jean. Cavalaria. In Le Goff, Jacques; Sschmitt, Jean-Claude (org.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2006, pp. 185-199.
- Fogu, Claudio. Digitalizing historical consciousness. *History and Theory*, Middletown, v. 47, 2008.
- Franco Júnior, Hilário. *A Idade Média: Nascimento do Ocidente*. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- Gonçalves, Felipe; Strazzi, Allan. Diálogos entre neomedievalismo, história e jogos eletrônicos. *Intelligere: Revista de História Intelectual*, n. 9, jul. 2020.
- Ivory, James D. A brief history of video games. In Kowert, Rachel; Quandt, Thorsten (org.). *The video game debate: unravelling the physical, social and psychological effects of digital games*. Nova Iorque: Routledge, 2016.

Lukes, Daniel. *Comparative neomedievalisms: A little bit medieval*. In *Post medieval: a journal of medieval cultural studies*. V. 5, 2014. Disponível em <<https://link.springer.com/article/10.1057/pmed.2013.41>>. Acesso em: 11 de março de 2025.

Nagy, Zsuzsanna Hámori. «Le temps des ténèbres». La naissance de l'image négative du Moyen Age. In *Verbum Analecta Neolatina* XII/1, pp. 167–183, Disponível em

<<https://ojs.ppke.hu/verbum/article/view/620>, Acesso em: 01 de setembro de 2025.

Nizia, Christiane Marchello. Cavalaria e cortesia. In LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 141-190.

Pastoreau, Michel. *No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda*. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1989.

Sorval, Gérard de. *A iniciação dos cavaleiros e iniciação dos reis na cristandade medieval*. Tradução Marly Segreto. São Paulo: Polar Editorial, 2014



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution – Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 16/06/2025
Aprovado em: 19/09/2025

Entre a cruz e o império: Helena Augusta e a construção da geografia sagrada no cristianismo tardo-antigo

Ludmila Caliman Campos VINHAS ALCURI¹

Resumo: Este artigo analisa o papel de Helena Augusta na consolidação do cristianismo como religião central do Império Romano durante o século IV, com ênfase na institucionalização do culto às relíquias e na construção da geografia sagrada do império. Partindo da contextualização das transformações religiosas e políticas promovidas após o Édito de Milão (313), o estudo examina como Helena, por meio de sua peregrinação à Terra Santa, da descoberta da “vera cruz” e da fundação de santuários como o Santo Sepulcro e a Basílica da Natividade, contribuiu para a legitimação do poder cristão e para a reconfiguração simbólica do espaço imperial. Utilizando fontes patrísticas e historiográficas, demonstra-se que a atuação de Helena não foi apenas devocional, mas estratégica, articulando fé, maternidade imperial e autoridade política na consolidação da identidade cristã imperial.

Palavras-chave: Império Romano; Cristianismo Tardo Antigo; Helena Augusta; Poder simbólico; Geografia sagrada.

¹ Graduação em Artes Visuais, História e Marketing, além de mestrado e doutorado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Realizou período de pesquisa na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris. Diretora-Presidente da Faculdade de Ensino Superior de Linhares. Linhares. ES. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2168-8938>. E-mail: lud.campos@yahoo.com.br.

Between the cross and the empire: Helena Augusta and the construction of sacred geography in late antique Christianity

Abstract: This article examines the role of Helena Augusta in the consolidation of Christianity as the central religion of the Roman Empire during the 4th century, emphasizing the institutionalization of relic worship and the construction of the empire's sacred geography. Starting with the religious and political transformations following the Edict of Milan (313), the study explores how Helena — through her pilgrimage to the Holy Land, the discovery of the True Cross, and the foundation of sanctuaries such as the Holy Sepulchre and the Church of the Nativity — contributed to the legitimization of Christian power and the symbolic reconfiguration of imperial space. Drawing on patristic and historiographical sources, the article demonstrates that Helena's actions were not merely devotional, but strategic, combining faith, imperial motherhood, and political authority in shaping the Christian identity of the empire.

Keywords: Roman Empire; Late Antique Christianity; Helena Augusta; Symbolic Power; Sacred Geography.

Introdução

O início do século IV marcou uma profunda transformação na trajetória do cristianismo dentro do Império Romano. De uma religião perseguida e marginalizada, o cristianismo emergiu como elemento central na reorganização política, social e cultural do império. Durante séculos, a prática cristã havia sido alvo de perseguições intermitentes, intensificadas em momentos como o reinado de Diocleciano (284-305), cuja política de restauração da ordem tradicional incluiu várias ações oficiais contra os cristãos, como a destruição de obras e locais de culto, além de severas penalidades contra os fiéis (Barnes, 2010, p. 190).²³ Essas perseguições refletem o embate entre o cristianismo, que crescia em influência, e o paganismo tradicional, ainda profundamente enraizado nas estruturas de poder romanas.

O paganismo, enquanto religião cívica, sustentava-se em práticas coletivas e na integração entre a esfera religiosa e política, reforçando a unidade do império.⁴ Como observam Beard, North e Price (1998), os rituais públicos, como os sacrifícios e as festividades em honra aos deuses, eram elementos essenciais para o funcionamento do Estado romano. A crescente adesão ao cristianismo, com sua rejeição a esses rituais e sua ênfase na adoração exclusiva a um único Deus, era vista como uma ameaça não apenas religiosa, mas também política, desafiando os fundamentos da coesão imperial.

Essa realidade começou a mudar radicalmente a partir de 313, quando Constantino, imperador do Ocidente, e Licínio, do Oriente, proclamaram o Édito de Milão, que estabeleceu a liberdade religiosa em todo o império. Esse documento não

² Todas as datas deste artigo são d.C., salvo quando expresso em contrário.

³ A expressão “reinado de Diocleciano” é adotada por convenção historiográfica, ainda que, tecnicamente, o imperador não fosse um monarca em sentido dinástico, mas parte da estrutura colegiada do Principado tardio e, a partir de 293, da Tetrarquia. Diocleciano (284–305) destacou-se por centralizar a autoridade imperial, reforçar os rituais de corte e adotar políticas de restauração dos cultos tradicionais, o que confere à sua atuação feições de um “reinado” no imaginário histórico. A escolha do termo, portanto, visa marcar a singularidade de sua gestão no processo de transição para o chamado *Dominato* e justificar o destaque dado às perseguições aos cristãos em sua época (Barnes, 2010; Corcoran, 2000).

⁴ O termo “paganismo” é empregado aqui como categoria historiográfica moderna para designar a pluralidade das práticas religiosas tradicionais do mundo romano. No entanto, é importante destacar que se trata de uma construção posterior, consolidada sobretudo a partir da perspectiva cristã, que utilizava *paganus* no sentido de “habitante do campo” ou “civil” em oposição ao *miles Christi*. A adoção do termo neste estudo visa evidenciar o contraste entre o cristianismo em ascensão e a religiosidade tradicional ainda dominante nas elites políticas do século IV. A literatura especializada reconhece que “paganismo” não corresponde a uma identidade unitária, mas a um rótulo aplicado retrospectivamente para abarcar cultos diversificados (Cameron, 2011; MacMullen, 1981; Brown, 1996).

apenas encerrou oficialmente as perseguições contra os cristãos, mas também marcou o início de um processo de legitimação institucional do cristianismo como elemento integrante do poder imperial. Estudos recentes apontam que o Édito de Milão não foi apenas um gesto de tolerância religiosa, mas também uma decisão estratégica, visando a unificação do império em torno de uma nova base ideológica (Drake, 2000, p. 127).

A adoção de uma postura favorável ao cristianismo pode ser entendida como uma resposta à crescente influência da religião entre a população urbana e as elites. O cristianismo havia se expandido significativamente nos centros urbanos do império desde o final do século II, atraindo não apenas camadas populares, mas também membros das elites locais, que viam na nova fé um espaço de consolidação de redes sociais e de promoção de uma moralidade diferenciada (Stark, 1996, p. 48). A moral cristã, com sua ênfase em caridade, cuidado comunitário e rejeição de práticas tradicionais como os jogos gladiatórios e os sacrifícios, começava a moldar novos padrões culturais. Essa expansão trouxe desafios e oportunidades ao poder imperial, que, sob Constantino, passou a instrumentalizar a religião para fins de estabilização política e legitimação ideológica.

O *Édito de Milão* foi seguido por uma série de medidas que consolidaram a posição do cristianismo. A fundação de Constantinopla como nova capital imperial, em 330, e o apoio imperial à construção de igrejas evidenciam o papel central que o cristianismo passou a desempenhar como elemento integrador e legitimador do poder imperial (Brown, 1989, p. 34). Além disso, Constantino adotou símbolos cristãos – como o lábaro com o monograma de Cristo – não apenas como emblema religioso, mas também como estandarte militar, reforçando a ideia de que seu poder era protegido e legitimado por Deus.

Embora ainda mantivesse algumas práticas pagãs, como a preservação de templos tradicionais e cargos sacerdotais, Constantino iniciou uma gradual reorientação simbólica e prática do império em direção ao cristianismo, culminando em seu batismo pouco antes de sua morte, em 337. Essa coexistência inicial entre práticas cristãs e pagãs reflete o caráter transicional do período, no qual o cristianismo ainda precisava dialogar com tradições enraizadas para consolidar sua hegemonia.

Nesse contexto, a atuação de Helena Augusta, mãe de Constantino, emerge como um marco significativo.⁵ Sua peregrinação à Terra Santa, a descoberta da “vera cruz” e a construção de igrejas nos locais sagrados não apenas consolidaram o cristianismo como religião central do império, mas também ajudaram a moldar sua simbologia e práticas devocionais. A promoção das relíquias, como a cruz e os pregos da crucificação, introduziu novas formas de veneração que transformariam a espiritualidade cristã e reforçariam a sacralidade do império (Hunt, 1982, p. 62). As ações de Helena Augusta devem ser compreendidas em uma dimensão complexa que articula simultaneamente religiosidade pessoal e estratégia política de legitimação do cristianismo como elemento constitutivo do poder imperial. Averil Cameron (1991) argumenta que Helena não foi apenas uma figura passiva nas transformações religiosas do século IV, mas atuou com agência própria, promovendo ativamente a construção de locais sagrados, a veneração de relíquias e a difusão da fé cristã no espaço imperial.⁶

O Édito de Tessalônica, promulgado por Teodósio I em 380, representou um marco decisivo ao declarar o cristianismo niceno como religião oficial do Império e estabelecer restrições legais aos cultos tradicionais. Contudo, tal medida não significou a imediata consolidação da fé cristã em todo o território romano. Pelo contrário, a transição das práticas religiosas ditas “pagãs” para o cristianismo configurou-se como um processo longo e conflituoso, marcado por disputas teológicas (como as controvérsias arianas), resistências locais e adaptações culturais que se prolongaram até o século VI. A centralidade do cristianismo na identidade imperial, portanto, deve ser

⁵ Helena recebeu os títulos de *nobilissima femina* e, posteriormente, de Augusta, o que lhe conferiu prestígio, recursos financeiros e autoridade para representar o imperador, inclusive em questões religiosas.

⁶ Embora persista na historiografia a hipótese de que a conversão de Constantino teria sido motivada mais por razões políticas do que por uma transformação espiritual genuína (Barnes, 1981), Helena se destacou por sua adesão sincera e fervorosa ao cristianismo. Como ressalta Peter Brown (1989), a religiosidade feminina no Tardo Império frequentemente se expressava de forma mais direta e pessoal, independentemente das estratégias dinásticas ou imperiais. Nesse sentido, a atuação de Helena deve ser lida tanto como expressão de uma espiritualidade profunda quanto como um instrumento que, conscientemente ou não, contribuiu para a construção simbólica do Império Cristão. A seriedade com que Helena promoveu a fé cristã — empreendendo peregrinações à Terra Santa, patrocinando construções como a Basílica da Natividade e a Igreja do Santo Sepulcro — evidencia que suas ações ultrapassavam uma simples obediência a diretrizes imperiais. Como salienta Cameron (1991), Helena agia com ideias próprias, inserindo-se numa tradição de mulheres imperiais que, ao articular fé e poder, ampliavam sua influência na política e na sociedade tardo-antiga. Assim, mesmo que a sinceridade da conversão de Constantino continue sendo objeto de debate acadêmico (Barnes, 1981; Drake, 2000), as fontes literárias e arqueológicas permitem afirmar que Helena levava o cristianismo a sério, posicionando-se como um dos pilares na legitimação simbólica do novo regime que emergia no Império Romano.

compreendida mais como uma construção gradual do que como uma ruptura súbita, ainda que o reinado de Teodósio represente um momento simbólico e normativo de inflexão (Brown, 1996; Cameron, 2011; Rives, 2007).

Todavia, o início do século IV representa um momento de transição crucial, no qual a relação entre religião e poder foi profundamente reconfigurada. O cristianismo não apenas sobreviveu às perseguições, mas emergiu como força motriz de transformação cultural e política no império. É nesse contexto de mudanças que se insere a jornada de Helena Augusta e sua importância na consolidação do cristianismo, tema central deste estudo.

Helena Augusta e Constantino: Poder, Religião e a Consolidação do Cristianismo Tardo-Antigo

Nascida em uma família de origem modesta na província da Bitínia, Helena tornou-se companheira de Constâncio Cloro, futuro César do Ocidente, em uma união que, segundo diversas fontes, assume os contornos de um concubinato (Drijvers, 1992, p. 23).⁷ Sua posição ganhou centralidade a partir de 306, quando seu filho Constantino foi proclamado Augusto, dando início a uma nova etapa política e religiosa na história do Império Romano. Em 324, sob o domínio unificado de Constantino, Helena recebeu o título de Augusta, o mais elevado concedido a uma mulher na corte imperial. Longe de ser uma honraria simbólica, esse título inseriu Helena nas esferas de poder e lhe conferiu autoridade para atuar politicamente e religiosamente, num momento em que o cristianismo começava a consolidar sua presença no seio do império.

Sua atuação destacou-se tanto pela representatividade dinástica quanto pelo simbolismo religioso. Politicamente, Helena representava a continuidade da linhagem imperial e o ideal de legitimidade em tempos de instabilidade. Religiosamente, simbolizava o elo entre a casa imperial e a fé cristã, cuja centralidade crescia entre as elites urbanas e o povo romano. A conversão de Helena, conforme relata Eusébio de

⁷ Embora não haja evidências de um casamento legal formal (*conubium*), sua posição era socialmente reconhecida e politicamente relevante, sobretudo após o nascimento de seu filho Constantino, cuja ascensão ao trono imperial viria a consolidar sua imagem como figura materna central no processo de cristianização do império (Drijvers, 1992, p. 12)

Cesareia (*Vita Constantini*, Livro III), foi mais que uma adesão pessoal: tratou-se de um gesto estratégico que alinhou publicamente o trono à nova fé. Como promotora ativa do cristianismo, ela patrocinou a construção de igrejas, apoiou práticas devocionais e empreendeu a emblemática peregrinação à Terra Santa, por volta de 326. Nessa jornada, teria descoberto a “vera cruz”, evento que marcou o nascimento do culto sistemático às relíquias e a fusão entre autoridade política e sacralidade (Hunt, 1982, p. 53).

Para compreender plenamente a relevância simbólica e política de Helena, é necessário examinar o projeto cristão do próprio Constantino, no qual sua mãe ocupava um lugar central. A figura do imperador Constantino (272–337) ocupa papel crucial na história do cristianismo e na transformação estrutural do Império Romano. Sua conversão e atuação como patrono da Igreja marcaram um ponto de inflexão na trajetória da religião cristã e na natureza do poder imperial. Ao contrário de seus predecessores, que encaravam o cristianismo com hostilidade, Constantino percebeu na nova fé uma oportunidade de unificação política, legitimação dinástica e reorganização simbólica do império.

A vitória na Batalha da Ponte Mílvia (312), precedida por uma visão divina do sinal da cruz — segundo Lactâncio (*De Mortibus Persecutorum*, 44) e Eusébio (*Vita Constantini*, I, 28–32) — foi interpretada por Constantino como prova da proteção do Deus cristão. Tal experiência, embora cercada de ambiguidades e reformulações, motivou o imperador a adotar uma postura favorável ao cristianismo. Em 313, o Édito de Milão, promulgado por ele e por Licínio, assegurou a liberdade religiosa no império, encerrando oficialmente as perseguições aos cristãos. Entretanto, sua relevância ultrapassa o gesto de tolerância. Segundo H.A. Drake (2000), a conversão de Constantino instituiu uma nova forma de governo, em que o imperador se tornava mediador entre Deus e o povo, assumindo a função quase episcopal do *episkopos ton ektos* — “bispo dos que estão fora” (Eusébio, *Vita Constantini*, IV, 24). A autoridade imperial passou a ser moldada pela linguagem teológica, inaugurando uma simbiose entre cristianismo e império que influenciaria a formação da cristandade tardo-antiga e medieval.

A intervenção de Constantino nos assuntos internos da Igreja foi igualmente decisiva. Em 325, ele convocou e presidiu o Concílio de Niceia, primeiro concílio

ecumênico da história cristã, com o intuito de resolver controvérsias doutrinárias, como a questão ariana.⁸ Sua mediação e poder de decisão sobre os rumos da fé revelam o quanto o aparato eclesiástico foi subordinado à lógica imperial (Ramelli, 2013). Essa ingerência se consolidou como precedente na relação entre Estado e Igreja. A refundação da cidade de Bizâncio, sob o nome de Constantinopla, em 330, materializou sua visão de um império renovado sob o signo da fé cristã. A cidade, concebida como uma Nova Roma, foi adornada com monumentos, igrejas e relíquias, representando um centro político e religioso que simbolizava o novo paradigma imperial. Apesar da gradualidade e ambivalência de sua conversão — marcada por práticas sincréticas e batismo próximo à morte —, Constantino transformou o cristianismo de uma *religio illicita* em um pilar simbólico do Estado romano (Brown, 1989, p. 41).

No interior desse projeto de cristandade imperial, a presença feminina adquiriu novas conotações. A atuação das mulheres na corte romana, especialmente na Antiguidade Tardia, foi marcada por crescente visibilidade simbólica e política, mesmo diante de restrições patriarcais. No século IV, a figura feminina no palácio não participava formalmente das estruturas de decisão, mas exercia poder significativo por meio de alianças dinásticas, patrocínio religioso e articulação de identidades imperiais. Helena Augusta tornou-se um caso paradigmático: sua influência extrapolou os limites da esfera doméstica e se projetou sobre os domínios político-religiosos do mundo romano cristianizado. Enquanto Constantino reconfigurava o poder imperial com base em um novo paradigma teológico, Helena construía os alicerces simbólicos dessa cristandade nascente.

A historiografia tradicional (Kirsch, 1910; Butler, 1956) retratava Helena como uma figura maternal passiva. Contudo, autores como Drijvers (1992) demonstram sua atuação proativa na promoção do cristianismo, não apenas pelo exemplo moral, mas por ações concretas, como a peregrinação à Terra Santa, fundação de igrejas e coleta de

⁸O uso do termo “arianismo” é objeto de amplo debate historiográfico. Como apontam Hanson (1988) e Renberg (2016), “ariano” não designa um movimento homogêneo, mas funciona como um conceito polêmico, criado por opositores para estigmatizar grupos que divergiam da cristologia nicena. Trata-se, portanto, de uma categoria “guarda-chuva”, mais útil para entender as estratégias de rotulação no interior das controvérsias cristãs do que para descrever com precisão uma identidade teológica coesa. Por esse motivo, muitos autores contemporâneos preferem falar em “cristologias subordinacionistas” ou “correntes anti-nicenas”, evitando reforçar uma terminologia herdada do conflito (Hanson, 1988; Renberg 2016; Ayres, 2004).

reliquias. A viagem à Palestina, nesse contexto, deve ser lida tanto como expressão de sua fé quanto como missão diplomático-religiosa de alto impacto simbólico.

O cristianismo, ao ampliar sua base institucional, abriu caminhos para novas formas de agência feminina. Como aponta Kate Cooper (2013), mulheres da elite cristã passaram a atuar na esfera pública por meio da caridade, do mecenato e da devoção. A retórica da maternidade espiritual e da virgindade consagrada conferia autoridade moral às mulheres, permitindo-lhes moldar redes de poder e influência. No caso de Helena, sua imagem foi cuidadosamente moldada pelas fontes cristãs, como Eusébio de Cesareia e Ambrósio de Milão, como a de uma mulher guiada por revelações divinas. Sua ação era interpretada como manifestação da providência de Deus, elevando sua figura a um patamar quase bíblico: mãe do imperador, mãe da fé e instrumento da revelação. Sua devoção, portanto, não se dissociava da lógica do poder, mas a legitimava e a amplificava.

A ascensão de Helena Augusta exemplifica, assim, como o cristianismo reconfigurou as possibilidades de atuação das mulheres no seio do império. Por meio da intersecção entre maternidade imperial, religiosidade e espaço público, Helena tornou-se figura-chave na arquitetura simbólica da cristandade imperial. Sua trajetória representa uma ponte entre a dinastia constantiniana e a nova ordem religiosa que se erguia sobre as ruínas do mundo pagão.

A Peregrinação à Terra Santa: Helena como Agente da Fé

A peregrinação de Helena Augusta à Terra Santa, por volta de 326, representa um momento fundacional na história da devoção cristã e na articulação entre religião e poder no Império Romano tardo-antigo. Relatada por autores como Eusébio de Cesareia (*Vita Constantini*), Sócrates Escolástico (*Historia Ecclesiastica*, I, 17), Sozomeno (*Historia Ecclesiastica*, II, 1) e Ambrósio de Milão (*De Obitu Theodosii*, 46), essa jornada foi posteriormente moldada como um ato de fé providencial, promovido por uma figura feminina imperial imbuída de autoridade sagrada.

Segundo Sócrates Escolástico, Helena foi *divinitus monita per somnia* — “divinamente instruída por sonhos” (*Historia Ecclesiastica*, I, 17) — a empreender uma

peregrinação a Jerusalém, onde encontrou os locais sagrados da paixão de Cristo encobertos por construções pagãs. Sócrates relata que o local do Gólgota, venerado pelos primeiros cristãos, havia sido coberto por um monte de terra e profanado pela edificação de um templo dedicado a Vênus, com o propósito de apagar a memória cristã da região. Embora o autor não identifique diretamente o responsável pela profanação, a tradição patristica e a historiografia moderna atribuem essa ação ao imperador Adriano, no contexto da refundação de Jerusalém como Aelia Capitolina, após a revolta de Bar Kokhba. Eusébio de Cesareia, em *Vita Constantini* (III, 26), também descreve o ocultamento e a profanação do sepulcro de Cristo por construções pagãs, corroborando essa narrativa de apagamento simbólico. Sozômeno, por sua vez, confirma o esforço sistemático de ocultação dos locais sagrados e destaca como Helena, utilizando sua autoridade e os recursos imperiais, ordenou a demolição dos edifícios e iniciou escavações para construir a memória cristã da cidade.

O momento culminante da peregrinação foi a descoberta da “vera cruz”, acompanhada de outras relíquias da Paixão, como o *titulus crucis* — a placa com a inscrição “*Jesus Nazarenus Rex Iudaeorum*” (Jo 19,19). A dificuldade em identificar qual das três cruzes encontradas era a de Cristo levou o bispo Macário a realizar um milagre-prova. Como afirma Ambrósio: “*Pertendit tamen ad cubile veritatis, lignum refulsit, et gratia micuit*” — “Ela estendeu a mão até o leito da verdade, a madeira brilhou e a graça cintilou” (*De Obitu Theodosii*, 46).

Segundo Sozomeno (Hist. Eccl., I, 14), a revelação teria ocorrido da seguinte maneira:

[...] havia uma senhora de alta posição em Jerusalém, acometida por uma doença grave e incurável. O bispo Macário de Jerusalém, acompanhado de Helena e de seus assistentes, foi ao leito da doente. Após orações, Macário deu a entender por gestos que a verdadeira cruz seria aquela que, ao ser colocada sobre a enferma, a curaria. Ele a tocou sucessivamente com as cruzes. As duas primeiras não causaram efeito algum, e a mulher, às portas da morte, parecia achar tudo em vão. No entanto, ao ser tocada pela terceira cruz, ela abriu os olhos, recuperou as forças e levantou-se do leito completamente curada. Há também quem diga que, de forma semelhante, um morto foi ressuscitado.

Além da cruz, foram descobertos os *clavos crucis* — os pregos da crucificação. Conforme relata Ambrósio, Helena os enviou a seu filho, que os incorporou ao seu capacete e ao freio de seu cavalo, dando cumprimento à profecia de Zacarias: “Naquele

dia estará escrito até mesmo sobre o freio dos cavalos: Santo é ao Senhor Todo-Poderoso” (Zc 14,20).

Essa associação entre relíquia e armamento imperial inscreve simbolicamente o poder de Constantino sob a autoridade divina, transformando o imperador em um instrumento visível da proteção de Deus.

A descoberta das relíquias teve implicações religiosas profundas. Pela primeira vez, objetos materiais da Paixão tornaram-se acessíveis, visíveis e veneráveis. Como observa Peter Brown (1989), a presença física das relíquias ativava a “topografia sagrada” e favorecia uma espiritualidade sensorial centrada na mediação entre o visível e o invisível. A cruz deixou de ser apenas um símbolo da fé: tornou-se uma presença real, tangível, que ancorava a história da salvação no espaço geográfico do império.

No plano político, a ação de Helena elevou a nova fé ao centro do discurso imperial. Como mediadora entre a piedade popular e o aparato do Estado, ela atuou como *instrumentum Dei*, legitimando o reinado de Constantino pela via da santidade materna. A descoberta da cruz, associada à sua figura, criou uma nova forma de teologia política, na qual o império romano era consagrado não apenas pela força militar, mas pela posse das relíquias sagradas da redenção.

Além da escavação, Helena patrocinou a construção de santuários nos lugares identificados como locais da vida de Cristo: a Basílica do Santo Sepulcro em Jerusalém, a Basílica da Natividade em Belém e o Monte da Ascensão. Essas igrejas foram mais do que centros de culto: funcionaram como marcos geográficos e ideológicos de um império que se cristianizava materialmente, arquitetonicamente e espiritualmente.

A Institucionalização do Culto às Relíquias

A prática de veneração de relíquias, embora amplamente difundida no cristianismo tardo-antigo, não surgiu com Helena Augusta. Desde o século II, comunidades cristãs cultivavam práticas de culto aos mártires, sobretudo no cuidado com seus corpos, nos locais de sepultamento e nos objetos associados a essas figuras. A carta da Igreja de Esmirna sobre o martírio de Policarpo em 156, por exemplo, revela a operação de uma lógica simbólica que valorizava os ossos do mártir como “mais preciosos que pedras preciosas e mais estimados que ouro puro” (Mart. Pol., 18). Sob a

ótica da antropologia da religião, essa valorização do fragmento corporal pode ser compreendida como um dispositivo de mediação entre o visível e o invisível, no qual a relíquia funciona como um “objeto-agente” que condensa e irradia o sagrado (Gell, 1998). Segundo Alfred Gell, objetos religiosos ganham agência simbólica ao servirem como prolongamentos da intenção social e espiritual de quem os manipula. Além disso, tais objetos operam como suportes de memória coletiva e de mobilização afetiva, conforme indica Victor Turner (2005), ao propor que a experiência ritual é também uma experiência comunal de liminaridade e transformação, capaz de reforçar laços identitários e promover coesão social. Assim, ao redor das relíquias formam-se não apenas topografias de memória, mas também zonas emocionais que, segundo a psicologia social, estimulam representações compartilhadas do sagrado, funcionando como catalisadores da identidade religiosa coletiva (Moscovici, 2003).

Até o início do século IV, no entanto, a veneração de relíquias permanecia restrita a circuitos locais e não havia sido incorporada às estruturas imperiais. É nesse contexto que Helena Augusta, ao realizar sua peregrinação à Terra Santa por volta de 326, introduz uma inflexão política e afetiva decisiva. A descoberta da *vera cruz*, dos pregos da crucificação e de outros objetos relacionados à Paixão de Cristo inaugurou o que David Morgan (2012) chama de “estética devocional encarnada”: uma forma de religiosidade que se apoia em objetos visíveis, táteis e sensoriais como mediadores da experiência espiritual. Helena não apenas estruturou a liturgia da veneração relicária, como fragmentou e distribuiu esses objetos em pontos-chave do Império, criando uma “**rede devocional**” *transimperial*. Sob o ponto de vista psicológico e sociológico, essa circulação pode ser compreendida à luz da Psicologia Social clássica e da Antropologia da Religião. Nessa perspectiva, ela operava como um mecanismo de proximidade emocional com o divino, intensificando aquilo que Émile Durkheim (1996) denominou efervescência coletiva — uma experiência de excitação emocional partilhada que fortalece os vínculos entre indivíduo e grupo por meio do contato com o sagrado. Ao mesmo tempo, o recurso a objetos materiais como ícones de presença divina conecta-se a abordagens simbólicas posteriores, como as de Gilbert Durand (2001) e Mircea Eliade (1992), que ressaltam a função estruturante do imaginário e do mito na constituição psíquica coletiva. Assim, a ação de Helena pode ser entendida não apenas como

iniciativa política ou religiosa, mas como a de uma mediadora simbólica entre a fé privada e a autoridade pública, incorporando à religiosidade cristã uma dimensão profundamente sensorial, política e psicológica, situada no campo da experiência social compartilhada do sagrado.

A descoberta da “vera cruz” não apenas reforçou a conexão física e espiritual entre o império e a vida de Cristo, mas também introduziu um novo paradigma de religiosidade, no qual a fé cristã se tornava tangível, sensorial e monumentalizada. Helena, ao fragmentar a cruz e distribuir suas partes entre diferentes regiões — especialmente entre Jerusalém, Constantinopla e Roma —, criou uma rede devocional transimperial, na qual as relíquias funcionavam como símbolos de autoridade, ortodoxia e proteção divina. Conforme relata Sócrates Escolástico (*Hist. Eccl.*, I, 17), Helena deixou parte da cruz em Jerusalém, encerrada em um relicário de prata, e enviou outra parte ao imperador Constantino, que a teria guardado na base de uma estátua em Constantinopla.

Como aponta Peter Brown (1989), esse gesto não apenas sacralizava a esfera imperial, mas institucionalizava a prática de fragmentação e circulação das relíquias, um fenômeno que se intensificaria ao longo dos séculos IV e V. A sacralidade deixou de estar associada exclusivamente aos mártires e passou a envolver objetos que testemunhavam diretamente os episódios da vida e paixão de Cristo. Nesse processo, Helena não foi apenas uma mediadora, mas uma catalisadora de uma nova forma de religiosidade materializada.

Além da distribuição das relíquias, Helena patrocinou a construção de santuários monumentais nos locais mais significativos da narrativa cristológica. A Basílica do Santo Sepulcro, em Jerusalém, erguida sobre o local reconhecido como o túmulo de Cristo e o monte Gólgota, transformou-se em um dos principais centros de peregrinação do mundo cristão. A construção incluiu a edícula do sepulcro, o átrio da cruz e um vasto complexo arquitetônico, que incorporava relíquias e criava um espaço ritualizado para sua veneração. Essa monumentalização do sagrado pode ser interpretada, conforme Pierre Nora (1993), como uma “cristalização de memória”, onde o espaço torna-se um lugar de memória coletivo, atualizado por meio de práticas devocionais recorrentes. Na perspectiva da antropologia da paisagem sagrada, tais construções operam como

nódulos simbólicos que articulam fé, política e corporeidade (Morgan, 2012), estabelecendo uma geografia do sagrado que é ao mesmo tempo espiritual e imperial.

A criação de um “mapa da salvação”, que incluía não apenas o Santo Sepulcro, mas também a Basílica da Natividade, em Belém, e a igreja da Ascensão no Monte das Oliveiras, inscreveu na geografia física da Palestina uma cartografia espiritual ritualizada. Tais espaços passaram a funcionar como lugares de condensação simbólica, conforme Marcel Mauss e Henri Hubert (2005), nos quais o rito adquire eficácia precisamente por ocorrer em locais onde o sagrado foi consagrado por acontecimentos fundantes. A devoção promovida por Helena pode, assim, ser lida como uma forma de reorganização simbólica e emocional do mundo, com implicações tanto na dimensão teológica quanto na experiência subjetiva dos fiéis. Segundo Denise Jodelet (2001), tais representações espaciais e materiais do sagrado tornam-se “âncoras psíquicas”, atuando como mecanismos de estabilidade emocional e identidade coletiva.

A geografia da salvação foi, portanto, inscrita em pedra e ritual, e os espaços sagrados legitimados pelas relíquias tornaram-se polos de autoridade teológica, emocional e política. Como mostra Averil Cameron (1991), as igrejas fundadas por Helena representavam uma fusão entre devoção pessoal, agência imperial e liturgia institucionalizada, demonstrando como o poder se materializa também por meio do sagrado. Nesse sentido, o gesto de Helena não apenas organiza o espaço da fé, mas também institui uma economia do sagrado (Brown, 1989), na qual o acesso à presença divina passa a ser mediado por trajetos, templos, objetos e autoridades — um sistema onde a peregrinação se torna um rito de passagem e transformação tanto espiritual quanto política.

Assim, o papel de Helena na institucionalização do culto às relíquias pode ser compreendido em três níveis complementares: como estratégia devocional, ao tornar acessíveis objetos vinculados à Paixão; como projeto político, ao conectar o império à história da salvação; e como revolução cultural, entendida aqui não como uma ruptura súbita, mas como um processo de reconfiguração das práticas religiosas, no qual a materialidade dos objetos sagrados passou a ocupar um lugar central na experiência cristã. Essa “revolução” consistiu na introdução de uma religiosidade materializada (âncora em relíquias tangíveis), sensorial (mobilizando a visão, o toque e a memória

corporal) e espacializada (organizada em torno de santuários e topografias sagradas). A partir das ações de Helena, as relíquias deixaram de ser apenas vestígios veneráveis e passaram a funcionar como suportes emocionais e mediadores simbólicos da verdade cristã e da autoridade imperial, articulando fé, política e cultura material.

O Impacto das Ações de Helena no Cristianismo Imperial

As ações de Helena Augusta tiveram efeitos duradouros sobre a consolidação do cristianismo como religião do Império Romano, atuando em múltiplas frentes: na legitimação do poder imperial cristão, na reorganização simbólica do espaço sagrado e na formação de uma nova identidade religiosa centrada na veneração de relíquias. Sua figura, articulando maternidade imperial, piedade cristã e agência política, converteu-se em um pilar da nova ordem teológico-política forjada no século IV.

Embora o Édito de Milão (313) tenha reconhecido oficialmente a liberdade religiosa, foi por meio de ações práticas e simbólicas — como as de Helena — que o cristianismo começou a ocupar o centro do universo político romano. A peregrinação de Helena à Terra Santa, associada à descoberta da “vera cruz” e à construção de santuários cristãos, forneceu à fé cristã um repertório concreto de referências históricas, físicas e devocionais. Ao promover os lugares da Paixão e da vida de Cristo como espaços imperiais e ao associar a monarquia à posse de relíquias, Helena contribuiu diretamente para a sacralização do poder imperial cristão. Nesse sentido, como observa Peter Brown (1989, p. 37), sua atuação foi um gesto de “mística dinástica”, no qual a fé da mãe do imperador legitimava o próprio trono.

A introdução sistemática do culto às relíquias, promovida por Helena, teve profundas implicações na consolidação da identidade cristã no interior do império. As relíquias funcionaram como elementos de conexão entre o presente dos fiéis e o passado sagrado da redenção. Elas forneciam uma materialidade visível à fé, criando uma cultura devocional centrada na intimidade afetiva com o sagrado. A presença de fragmentos da “vera cruz” em centros como Jerusalém, Constantinopla e Roma contribuiu para legitimar essas cidades como sedes de autoridade espiritual e política.

A disseminação de relíquias também foi um instrumento de unidade teológica e disciplinar. Ao circular fragmentos autenticados da cruz, o império cristão controlava

e organizava o acesso ao sagrado, conferindo prestígio às comunidades que os possuíam. Essa prática institucionalizou um regime simbólico de ortodoxia, no qual a posse de relíquias funcionava como marca de legitimidade doutrinal e fidelidade à fé nicena.

Um dos legados mais duradouros de Helena foi a transformação de Israel em um polo de peregrinação cristã, com implicações teológicas e geopolíticas. A cidade de Jerusalém, que havia sido destruída e paganizada sob Adriano (transformada em *Aelia Capitolina*), foi ressignificada como lugar central da memória cristã. A construção da Basílica do Santo Sepulcro e da Basílica da Natividade, ambas patrocinadas por Helena, introduziu uma nova topografia sagrada, na qual a geografia da salvação era monumentalizada e posta sob custódia do império.

Essa revalorização de Israel como *locus* da redenção não apenas fortaleceu o cristianismo como religião histórica, mas também inaugurou a prática sistemática da peregrinação cristã, com repercussões duradouras. Como salienta Hunt (1982), a ação de Helena criou um “modelo imperial de peregrinação”, no qual o gesto devocional se articulava à lógica da autoridade e do poder. As rotas traçadas por ela seriam seguidas por milhares de fiéis nos séculos seguintes, estabelecendo um novo eixo de circulação espiritual, cultural e política dentro do mundo romano e, posteriormente, bizantino.

A presença de Helena no cenário religioso e político do século IV demonstra como as figuras femininas da corte podiam, através de sua devoção e legitimidade dinástica, atuar como agentes estruturantes de uma nova ordem espiritual.⁹ A partir de sua iniciativa, o cristianismo se tornou não apenas uma religião tolerada, mas a religião legitimadora da autoridade imperial, alicerçada em relíquias, igrejas monumentais e uma narrativa sagrada territorializada. Helena Augusta, portanto, foi mais do que uma peregrina: foi uma arquiteta da sacralização do império.

⁹A atuação de Helena Augusta como promotora da sacralização imperial encontra paralelos em outras figuras femininas da Antiguidade Tardia. Um exemplo notável é Elia Pulquéria, cuja autoridade espiritual e política no século V lhe conferiu o papel de guardiã da ortodoxia cristã, articulando poder dinástico e devoção mariana (Alcuri, 2022). Também é possível mencionar Constantina, filha de Constantino, que promoveu o culto martirial e esteve ligada à construção da basílica de Santa Inês, em Roma (Drake, 2000). Outro caso é Eudóxia, esposa de Teodósio II, cuja peregrinação à Terra Santa e patrocínio a instituições eclesiásticas reforçaram a territorialização do sagrado e a legitimação da dinastia teodosiana (Holum, 1982). Essas mulheres, em suas distintas esferas de ação, contribuíram para consolidar a simbiose entre dinastia e cristianismo no Império Romano tardio.

Considerações Finais

A trajetória de Helena Augusta revela como o cristianismo do século IV deixou de ser uma religião perseguida para se tornar o eixo simbólico e institucional do poder imperial romano. Sua atuação foi fundamental não apenas na dimensão devocional, mas sobretudo na articulação de estratégias políticas que envolveram a revalorização dos lugares santos, a materialização da fé cristã por meio das relíquias e a legitimação do império sob a ótica da providência divina.

Ao patrocinar escavações, fundar igrejas e redistribuir relíquias, Helena não apenas configurou uma nova topografia sagrada, mas também contribuiu para a construção de uma religiosidade visual, tátil e espacialmente ancorada. Sua imagem, transmitida pelas fontes eclesiásticas, funde maternidade e realeza, piedade e autoridade, fé e poder.

Como demonstrado ao longo deste estudo, a importância de Helena excede a de uma simples personagem da corte. Ainda que a consolidação do cristianismo como religião imperial não possa ser atribuída a uma única figura — visto que se trata de um processo histórico multifacetado, atravessado por dinâmicas políticas, sociais e culturais —, Helena deve ser compreendida como um elo central na formação da cristandade imperial. Seu legado perdura não apenas nos espaços construídos sob sua influência, mas também na própria concepção do cristianismo como religião da história e do império. Ao transformar objetos da paixão de Cristo em dispositivos de autoridade política e espiritual, ela atuou como catalisadora de um movimento mais amplo, contribuindo de modo decisivo para consolidar o cristianismo como elemento de identidade coletiva e fundamento do poder no tardo Império Romano. Sua peregrinação não foi apenas uma jornada individual de fé, mas uma inflexão simbólica e política cujos efeitos moldaram o imaginário cristão por séculos.

Referências

AlcURI, L. C. C. V. *Da catacumba à basílica: como a mãe de Jesus se tornou a mãe de Deus*. Vitória: Milfontes, 2022.
Ambrosio de Milão. *De obitu Theodosii*. In: PL 16, col. 1397-1422. Disponível em: <https://www.documentacatholicaomnia.eu>. Acesso em: 13 abr. 2025.

- Ayres, Lewis. *Nicaea and Its Legacy: An Approach to Fourth-Century Trinitarian Theology*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- Barnes, Timothy D. *Constantine and Eusebius*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.
- Barnes, Timothy D. *Early Christianity and the Roman Empire*. London: Variorum, 2010.
- Beard, Mary; North, John; Price, Simon. *Religions of Rome: Volume 1 – A History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- Brown, Peter. *The Cult of the Saints: Its Rise and Function in Latin Christianity*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- Brown, Peter. *The Body and Society: Men, Women, and Sexual Renunciation in Early Christianity*. New York: Columbia University Press, 1989.
- Brown, Peter. *The Rise of Western Christendom: Triumph and Diversity, A.D. 200–1000*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1996.
- Butler, Alban. *Butler's Lives of the Saints*. Revised edition by Herbert Thurston and Donald Attwater. New York: P.J. Kenedy & Sons, 1956.
- Cameron, Alan. *The Last Pagans of Rome*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- Cameron, Averil. *Christianity and the Rhetoric of Empire: The Development of Christian Discourse*. Berkeley: University of California Press, 1991.
- Cameron, Averil. *The Later Roman Empire: AD 284–430*. London: Fontana Press, 1991.
- Cooper, Kate. *Band of Angels: The Forgotten World of Early Christian Women*. New York: Atlantic Books, 2013.
- Corcoran, Simon. *The Empire of the Tetrarchs: Imperial Pronouncements and Government AD 284–324*. Oxford: Clarendon Press, 2000.
- Drake, H.A. *Constantine and the Bishops: The Politics of Intolerance*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.
- Drijvers, Jan Willem. *Helena Augusta: The Mother of Constantine the Great and the Legend of Her Finding of the True Cross*. Leiden: Brill, 1992.
- Durand, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- Durkheim, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- Eliade, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- Eusébio de Cesareia. *Vita Constantini*. In: *Patrologia Graeca*, vol. 20. Tradução em inglês: *The Life of Constantine*. Oxford: Clarendon Press, 1999.
- Gell, Alfred. *Art and Agency: An Anthropological Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- Hanson, Richard P. C. *The Search for the Christian Doctrine of God: The Arian Controversy*, 318–381. Edinburgh: T&T Clark, 1988.
- Holum, Kenneth G. *Theodosian Empresses: Women and Imperial Dominion in Late Antiquity*. Berkeley: University of California Press, 1982.
- Hubert, Henri; MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- Hunt, E.D. *Holy Land Pilgrimage in the Later Roman Empire, AD 312–460*. Oxford: Clarendon Press, 1982.

- Kirsch, Johann Peter. St. Helena. In: *The Catholic Encyclopedia*, vol. 7. New York: Robert Appleton Company, 1910. Disponível em: www.newadvent.org/cathen/07202b.htm.
- Jodelet, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- Lactâncio. De mortibus persecutorum. In: *Patrologia Latina*, vol. 7. Paris: Migne, 1844.
- Lewis, Naphtali. *Life in Egypt under Roman Rule*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- MacMullen, Ramsay. *Paganism in the Roman Empire*. New Haven: Yale University Press, 1981.
- Martírio de Policarpo. In: *The Apostolic Fathers*. Tradução de Bart D. Ehrman. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003. (Loeb Classical Library, vol. 24)
- Morgan, David. *The Embodied Eye: Religious Visual Culture and the Social Life of Feeling*. Berkeley: University of California Press, 2012.
- Moscovici, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- Nora, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- Ramelli, Ilaria. The Role of Constantine in the Arian Crisis according to the Early Historians. *Studia Patristica*, v. 59, p. 3-24, 2013.
- Renberg, Adam. *Arianism: Roman Heresy and Barbarian Creed*. Leuven: Peeters, 2016.
- Rives, J. B. *Religion in the Roman Empire*. Oxford: Blackwell, 2007.
- Sócrates Escolástico. Historia Ecclesiastica, Livro I. In: *Nicene and Post-Nicene Fathers*, Second Series, Volume 2. Trad. A. C. Zenos. Edinburgh: T&T Clark; Grand Rapids: Eerdmans, 1890.
- Sozomeno. Historia Ecclesiastica, Livro II. In: *Nicene and Post-Nicene Fathers*, Second Series, Volume 2. Trad. Chester D. Hartranft. Edinburgh: T&T Clark; Grand Rapids: Eerdmans, 1890.
- Stark, Rodney. *The Rise of Christianity: A Sociologist Reconsiders History*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- Turner, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- Zacarias. Livro do Profeta Zacarias. *Bíblia Sagrada*. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulus, 2001.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 27/06/2025
Aprovado em: 04/12/2025

A história jogada: um repertório de métodos para pesquisa e ensino.¹

Bruno Marconi da COSTA²

RIBEIRO, Felipe Augusto; CARVALHO, Leonardo Dallacqua de (orgs.). *Videogames e jogos eletrônicos: caminhos teóricos e temáticos para a história*. São Luís: UEMA, 2024.

Em 2023, a Revista Veja publicou uma matéria reveladora sobre transformações na indústria cultural. Seu título é "Mudou de fase: mercado de games já fatura mais que o de cinema"³, em que se identifica que o mercado dos bens culturais global tem se dedicado cada vez mais aos gastos e lucros com jogos digitais. Em 2024, o portal "Meu Playstation" apurou que o The Game Awards daquele ano, evento que premia os melhores games, teve mais audiência do que o Oscar 2025.⁴ Esses dados contrastam com o que ocorreu no Brasil em março de 2026, quando Wesley Bernardo, professor que ficou famoso nas redes sociais por utilizar o jogo *Assassin's Creed: Syndicate* em

¹ De acordo com a Portaria CNPq nº 2664/2026, declaro que este texto teve apoio da Inteligência Artificial Gemini em uso trivial, envolvendo revisões gramaticais, ortográficas e busca de repetição de palavras.

² Doutor em História Comparada (UFRJ), Mestre em História Comparada (UFRJ), Licenciado e Bacharel em História (UFRJ). É Professor Efetivo de História Antiga e Medieval da Universidade Federal de São João Del-Rei. Vice-coordenador do LEPHAMA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8699-2415>. E-mail: brunomarconi@ufsj.edu.br.

³ SOLLITTO, André. Mudou de fase: mercado de games já fatura mais que o de cinema. *Veja*, 24 de setembro de 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/tecnologia/mudou-de-fase-mercado-de-games-ja-fatura-mais-que-o-de-cinema/>. Acessado em: 24 de abril de 2026.

⁴ Meu Playstation. "Videogames superam o cinema: The Game Awards 2024 teve mais audiência que o Oscar 2025". Disponível em: <https://meups.com.br/noticias/the-game-awards-2024-mais-audiencia-oscar-2025/>. Acessado em: 24 de abril de 2026.

sala de aula para ensinar Revolução Industrial, sofreu questionamentos pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e foi pressionado a tirar seus conteúdos do ar.⁵

Na contramão do desfecho desse caso, pesquisadores acadêmicos das áreas das Humanidades já reconhecem a importância econômica dos games e seu papel no mercado cultural global. A presente resenha se dedica a comentar uma obra que representa um esforço de sistematizar essas reflexões por parte de autores brasileiros: "Videogames e Jogos Eletrônicos: Caminhos teóricos e temáticos para a História"⁶, organizada por Felipe Augusto Ribeiro e Leonardo Dallacqua de Carvalho e publicada pela Editora da Universidade Estadual do Maranhão. O livro coletivo, divulgado de forma digital, possui 329 páginas e, além da apresentação realizada pelos organizadores, possui 12 capítulos de autores e autoras que têm se dedicado à reflexão sobre a análise de jogos eletrônicos por historiadores. Os organizadores possuem trajetórias consolidadas no campo: Felipe Augusto Ribeiro (UFPE) tem artigos publicados que relacionam neomedievalismo e agenciamento em jogos como *Crusader Kings*, *Age of Empires* e *Stronghold*, enquanto Leonardo Dallacqua de Carvalho (PPGHIST-UEMA) investigou as representações de raça e eugenia através de obras como *Red Dead Redemption*.

Na Apresentação, os organizadores deixam claro que o livro é resultado de "encontros fortuitos", realizados em eventos acadêmicos, leitura de textos e bancas. Sendo uma coletânea de ensaios, esse trabalho é um primeiro passo para construir uma rede de trabalho em torno de análise de videogames, de forma a agregar pesquisadores que, no momento, encontram-se dispersos e isolados em suas próprias pesquisas. Propõem, então, quase um manifesto que vá além da pura "postura defensiva" em relação ao uso de videogames como fonte histórica: defendem que os videogames façam parte de um dos "Domínios da História", um campo fértil para diversas subáreas da produção historiográfica.

⁵ CROFFI, Flávio. Professor é impedido de usar Assassin's Creed em aula e caso reacende debate sobre inovação na educação. Nerdizmo, 15 de abril de 2026. Disponível em: <https://nerdizmo.ig.com.br/professor-e-impedido-de-usar-assassins-creed-em-aula-e-caso-reacende-debate-sobre-inovacao-na-educacao/> Acesso em: 24 de abril de 2026.

⁶ O livro completo está disponível gratuitamente no site da Editora UEMA, pelo link: <https://www.editorauema.uema.br/index.php/omp/catalog/book/315>. Acesso em: 24 de abril de 2026.

Para melhor apresentar a obra, escolhemos dividir a presente resenha em três eixos temáticos: textos teórico-metodológicos, que discutem videogames de forma ampla, indicando caminhos de análise; trabalhos que conectam games e ensino de história; e análises de aspectos específicos relacionados aos jogos.

O primeiro eixo temático começa já no capítulo de abertura, "Para uma crítica dos videogames: uma introdução teórica". Nele, Felipe Augusto Ribeiro estabelece as bases ontológicas e técnicas do videogame como um objeto cultural interativo. O autor revisita fundamentos socioantropológicos, como o "círculo mágico" de Huizinga e as tipologias de Caillois, para traçar um histórico das abordagens clássicas sobre jogos. Nessa síntese, Ribeiro busca apresentar conceitos que podem integrar quadros teóricos de projetos de pesquisa sobre jogos eletrônicos, como a retórica procedural de Bogost, a representação de Chartier e a noção de literatura ergódica, situando os games na cultura da convergência e da intermedialidade. Ao explorar categorias como agenciamento, dissonância ludonarrativa e suspensão da descrença, Ribeiro delimita com sucesso o campo científico da área, oferecendo ferramentas essenciais para analisar narratividade e jogabilidade em projetos de pesquisa.

Entre os demais textos do primeiro eixo temático do livro estão dois capítulos que tratam o jogo como um sistema. O primeiro é o capítulo 4, "O Arcabouço Estrutural do Espaço-Problema histórico: jogos como fontes históricas", de autoria de Jeremiah McCall e tradução de Weber Albuquerque Neiva Filho, em que o autor apresenta o conceito de Espaço-Problema Histórico (EPH); e o segundo é o capítulo 7, "O universo complexo dos videogames: história, contextos, ideias, conceitos, técnicas e tecnologias", escrito por José Antônio Baêta Zille, que usa o conceito de "agenciamento" de Deleuze e Guattari, para definir jogos como sistemas que se movimentam através da reinvenção constante da interação entre técnica e imersão. Fechando esse bloco, o capítulo 10, denominado "Limites à compreensão do *gameplay* impostos pelo paradigma moderno de conhecimento" da lavra de Suely Fragoso, aponta como o aspecto dinâmico e imersivo da *gameplay* não cabe no paradigma epistemológico moderno dualista, de tipo cartesiano.

Entre as contribuições que relacionam games e ensino, temos o capítulo 6, "Cultura digital, formação docente e ensino: games e história", de autoria de George

Leonardo Seabra Coelho. Nele, o autor busca abrir o diálogo entre a formação de historiadores/professores com os usos e apropriações das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Com isso, é realizada uma análise sobre o uso destas tecnologias através do levantamento de PPCs de cursos de licenciatura em História e livros didáticos, identificando sua ausência ou insuficiência na formação de professores. Ao fim, relaciona a importância dos videogames nesse contexto educacional, usando como exemplo a possibilidade do uso dos jogos *Spartan: Total Warrior* e *Valiant Hearts: The Great War* como potenciais facilitadores do processo de ensino-aprendizagem.

Outro texto que compõe o segundo eixo temático é o capítulo 3, denominado "Cultura digital e consciência histórica em interface: jogos eletrônicos e problemas contemporâneos da sociedade brasileira", em que o autor Eduardo Roberto Jordão Knack busca analisar a interseção entre cultura digital e consciência histórica, demonstrando como jogos eletrônicos dialogam com dilemas da sociedade brasileira contemporânea (como o racismo e a violência), podendo ser utilizados como ferramentas no ensino de História. Esse capítulo dialoga diretamente com o último da coleção, denominado "O processo de gamificação e a potencialidade na aula de história", da autoria de Vitor Fernando Matias Melo e Marcella Albaine Farias da Costa. Nele, os autores usam o conceito de gamificação para construir contextos de ensino e aprendizagem mais engajadores, a partir da ideia de aprendizagem significativa.

O capítulo 5 também busca realizar uma reflexão entre diversas áreas, especificamente jogos eletrônicos, novas tecnologias e o ensino de história. Da autoria de Eucídio Pimenta Arruda e intitulado "Inteligência artificial generativa, jogos digitais e ensino de história: desafios docentes" oferece uma reflexão sobre os impactos das IAGs na sala de aula, considerando seu recente uso público como uma mudança de paradigma. No que se refere ao seu uso em games e na aprendizagem histórica, a IA oferece capacidades de criar narrativas imersivas, ramificadas e dinâmicas, ao mesmo tempo em que podem ser integradas à história escolar. O papel do professor seria problematizar as capacidades da Inteligência Artificial e apresentar fontes diversas aos jogos de modo a amplificar as compreensões históricas.

Entre os textos que integram o terceiro eixo, isto é, aqueles que analisam aspectos específicos de jogos e estudos de jogos, temos o capítulo 2, "Relato de uma pesquisa: experiências com documentos digitais a partir de um jogo eletrônico". O autor, Diego Neivor Perondi Meotti, realiza uma pesquisa de recepção, propondo um modelo metodológico de fontes digitais – matérias jornalísticas, entrevistas e discussões em blogs, fóruns e caixas de comentário - a partir da análise do jogo *Kingdom Come: Deliverance*. Baseado em sua dissertação de mestrado, busca indicar as etapas e desafios metodológicos em fazer uma pesquisa em História digital, em como se teve contato com as polêmicas e os objetos primários de análise.

Entre os demais capítulos do terceiro eixo, dois deles avaliam as contribuições de periódicos e projetos específicos para a análise de jogos. O capítulo 8, intitulado "*Game Studies*: duas décadas do principal periódico sobre jogos eletrônicos", é da lavra de um dos organizadores, Leonardo Dallacqua de Carvalho. Contando com uma entrevista com um dos fundadores, busca demonstrar que a revista *Game Studies*, fundada em 2001, foi fundamental para institucionalizar e, há mais de vinte anos, orientar o campo de estudo de jogos. Já o capítulo 11, "Jogos medievais, angústias modernas: um balanço do projeto *middle ages in modern games*", escrito por Vinicius Marino Carvalho, faz uma avaliação das contribuições desse congresso de natureza online e assíncrona dedicado a jogos eletrônicos sobre o neomedievalismo, organizado durante a pandemia de COVID-19 em 2020.

Por fim, o último capítulo referente ao terceiro eixo de análise é o nono, denominado "Jogando no velho oeste: representação dos tempos-espacos históricos do oeste americano", da autoria de Robson Scarassati Bello. Nesse texto, o autor trabalha os conceitos de representação, formação do espaço social e lugares de memória para discutir a formulação do mito de fronteira nos jogos de tipo "Western". O autor argumenta que os jogos devem ser entendidos a partir da sua particularidade, ainda que mantenham diálogo com a iconografia de outras mídias que representam o chamado "Oeste Americano", como a história oral, a literatura, fotografias, filmes e histórias em quadrinhos.

Em uma visão geral, três pontos conectam os diversos capítulos que tratamos aqui. Primeiro, o reconhecimento da relevância que os jogos têm na cultura de massas

do século XXI, com mercado já estabelecido e em crescente importância na vida cotidiana. Segundo, a necessidade de desenvolver um conjunto de métodos que corresponda à especificidade dos jogos eletrônicos enquanto mídias próprias. Analisar um jogo eletrônico deve tomar como princípio a própria interatividade, agência, imersão, cumplicidade e gameplay do jogador. Por fim, reconhece também a própria importância do jogo enquanto um instrumento no processo de ensino-aprendizagem, com alguns limites mas também grandes possibilidades para dialogar com a experiência vivida dos estudantes. Essa obra presta uma grande contribuição ao sintetizar os principais campos de debate das Universidades brasileiras e tem grande valia tanto para estudantes de graduação, pós-graduação, professores que desejam aplicar suas ideias em sala de aula e, uma vez compreendidos os jargões do campo, curiosos e interessados de fora do ambiente acadêmico que consomem *games* e querem entender melhor sua relação com a História.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution- Non Commercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 28/06/2025
Aprovado em: 28/04/2026

A crise como mercadoria e o existencialismo vulgar: uma entrevista com Diego Rodstein Rodrigues sobre o cancelamento do futuro no cenário digital¹

Ygor Klain BELCHIOR²

Resumo: A entrevista, realizada em 08 de abril de 2026, analisa a trajetória intelectual e as investigações de Diego Rodstein Rodrigues, com foco na formulação do conceito de Existencialismo vulgar. O pesquisador descreve como a angústia, tradicionalmente compreendida como abertura para o projeto e a revolta, é capturada pela lógica do mercado e convertida em produto de consumo estável. Através de um diálogo interdisciplinar entre a fenomenologia sartreana e a cultura pop, Rodrigues examina produções como *Bojack Horseman* e *Disco Elysium* para identificar uma neutralização da agência humana em favor de um hedonismo derrotista. Por fim, converge para a criação de um laboratório de história digital e a organização de repertórios de dados, atividades vinculadas aos projetos de pesquisa financiados pela FAPEMIG (APQ-

¹ Nota Metodológica: Esta publicação contou com o suporte da inteligência artificial generativa (Gemini 3.0) para fins estritamente triviais e organizacionais, aplicados à revisão gramatical, ao ajuste de estilo e à busca por concisão técnica. O processo de interação baseou-se nos seguintes comandos: para estilo, ['Revise o texto para garantir concisão radical, eliminando adjetivos vagos e jargões, mantendo o tom neutro e frases curtas']; e para gramática, ['Realize a revisão ortográfica e gramatical normativa, preservando a terminologia específica da área de História']. Em conformidade com a Portaria CNPq 2.664/2026 e o Código de Conduta do LATHIMM/UFRJ, declara-se que não foram inseridos dados sensíveis ou manuscritos sob sigilo de terceiros durante o processamento. Os autores revisaram e validaram integralmente todas as saídas geradas, assumindo responsabilidade total e exclusiva pelo conteúdo final, garantindo o rigor e a integridade da pesquisa científica apresentada.

² Ygor Klain Belchior é Doutor em História Social (USP), Mestre, Licenciado e Bacharel em História (UFOP). É Diretor Acadêmico e Professor na Unidade Campanha da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Bolsista de Incentivo ao Pesquisador de Desenvolvimento Tecnológico (BIPDT – Nível A) pela FAPEMIG. Líder do LEPHAMA e do LADIP, coordena os projetos financiados pela FAPEMIG: APQ-02016-25, FCT-00013-25 e APQ-08616-25. Campanha-MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6690-6396>. E-mail: ygor.belchior@uemg.br.

02016-25 e APQ-08616-25), que fundamentam a análise crítica das mídias sociais e da produção de subjetividades no século XXI.

Diego Rodstein Rodrigues é bolsista de pós-doutorado júnior (CNPq) junto à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e possui doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2019), com estágio doutoral focado em fenomenologia e psicanálise existencial. Atualmente, coordena o projeto de pesquisa sobre Existencialismo vulgar na cultura pop, investigando a captura das subjetividades pelo realismo capitalista. Sua atuação docente abrange a coordenação de cursos de licenciatura e à docência no ensino superior, com produção bibliográfica voltada para a interseção entre filosofia francesa, teoria crítica e história digital. É colaborador de projetos vinculados à FAPEMIG (APQ-02016-25 e APQ-08616-25), voltados para a organização de bancos de dados e repertórios de história nas mídias sociais.

Ygor Klain Belchior: Diego, é um prazer recebê-lo para esta discussão, especialmente considerando o fomento recente da FAPEMIG ao nosso laboratório e a relevância de suas pesquisas para o campo das humanidades digitais. Gostaria de iniciar recuperando a sua trajetória intelectual. Como ocorreu o seu contato inaugural com a tradição existencialista e em que medida essa experiência determinou a centralidade desse eixo em sua direção acadêmica, desde a graduação até o estágio atual de pesquisa?

Diego Rodstein Rodrigues: Meu primeiro contato com o existencialismo aconteceu ainda na graduação na Universidade Federal de Santa Catarina, em uma disciplina de História da Filosofia IV com o professor Antônio Mariano. As aulas eram divididas entre filosofia continental e filosofia analítica, o que criava um certo contraste de abordagens ao longo do mesmo encontro. Em um desses momentos, depois de trabalhar o debate entre Ernst Cassirer e Martin Heidegger, ele pediu a leitura de *O Existencialismo é um Humanismo*. Eu li o texto no mesmo dia, em casa, em um xerox, e aquilo caiu como uma bomba para mim. Nesse momento, ficou claro que aquele era um caminho que eu queria seguir de pesquisa. A partir dessa leitura, comecei a me aproximar mais das obras de Jean-Paul Sartre, principalmente *O Ser e o Nada*, que faz uma relação maior entre as questões da fenomenologia com o existencialismo. Isso

aconteceu ainda no segundo ano da graduação. A partir daí, passei a voltar minhas leituras e escolhas de estudo. Aos poucos, o existencialismo se tornou um eixo mais estável dentro da trajetória da minha pesquisa. O que me fez escrever meu TCC, meu mestrado, meu doutorado e, atualmente, ainda colaborando com meu pós-doutorado.

Ygor Klain Belchior: Em que momento você percebeu que o existencialismo, ao ser incorporado por certas formas da cultura popular, se transformava em algo que você chamou de vulgar? O que te levou a identificar essa “neutralização” da revolta na cultura contemporânea?

Diego Rodstein Rodrigues: A primeira coisa que eu precisei ajustar foi a própria ideia de existencialismo vulgar. O termo pode sugerir uma divisão entre um existencialismo legítimo e outro empobrecido, mas não é isso que eu quero mostrar. A questão não passa por separar erudição e superficialidade, nem por dizer que a cultura pop necessariamente produz formas degradadas de pensamento. A experiência existencial atravessa a vida cotidiana e não depende do espaço acadêmico para ter densidade. Há vivências de angústia e desamparo que não passam pela teoria e que não podem ser tratadas como formas menores. O ponto que me interessou foi outro. A vulgarização aparece ligada a um tipo específico de construção, que é ideológica e mercadológica. Trata-se de um processo em que a crise existencial é capturada pelo sistema capitalismo como forma de controle de nossos afetos com as condições que nos são apresentadas de realidade e convertidas em algo que pode circular e ser consumido. Nisso, a crise deixa de operar como abertura para o projeto e passa a funcionar como uma forma inofensiva de relação com o sistema capitalista. Isso começou a ganhar forma em um período em que eu trabalhava em uma universidade em São José dos Campos, junto com o professor Bruno Marconi, que hoje está na Universidade Federal de São João del-Rei e participa do meu grupo de estudos, o LEPHAMA. Em uma conversa de intervalo, surgiu a discussão sobre o jogo *Disco Elysium* e sobre a forma como ele tratava questões existenciais. Era algo como se ele tentasse traduzir o vazio existencial, mas carregado de um fatalismo individual que não parecia se adequar a teoria, um tanto quanto revoltosa e com força de revolução, do existencialismo sartreano. Em nossa conversa, lembro que Bruno citou o conceito de conceito de marxismo vulgar e que

talvez houvesse algo semelhante no campo do existencialismo. A ideia começou ali como uma hipótese ainda pouco definida e foi sendo desenvolvida aos poucos, à medida que eu tentava entender como essa apropriação operava.

O conceito ficou mais forte quando entrei em contato com a obra de Mark Fisher, especialmente a partir da noção de realismo capitalista. Fisher me ajudou a compreender que aquele problema inicial estava associado a um diagnóstico mais amplo sobre a cultura contemporânea, sobretudo no que diz respeito à redução do horizonte de possibilidades de futuro. Essa ideia de um lento cancelamento do futuro, que Fisher toma emprestado de Franco Berardi, parecia ter forte relação com as percepções que eu tinha sobre como o existencialismo vulgar opera. Ou seja, o existencialismo vulgar fala sobre uma dificuldade crescente de projetar a existência para além do presente, o que impacta diretamente a maneira como a crise existencial e o próprio projeto é vivido. A ruptura da crise se mantém, mas passa a operar em um regime em que ela não se desdobra em transformação, apenas satisfaz um sujeito que em uma forma de hedonismo, aprecia a sua crise quase como um estilo de vida. O que gira em torno do conceito de existencialismo vulgar é que ele se mantém como algo facilmente reconhecível e, em certa medida, confortável dentro da própria repetição. Foi através disso, uma junção entre cultura pop, crítica do capitalismo e teoria existencial que a ideia de existencialismo vulgar começou a se consolidar como um problema de pesquisa mais definido.

Ygor Klain Belchior: A partir dessa ideia de existencialismo vulgar, quais efeitos você notou na forma como as pessoas vivem ou consomem cultura hoje?

Diego Rodstein Rodrigues: A ideia é que o consumo se dá em duas vias. Existe uma realidade imposta a nós, que nos diz que o caminho pelo qual a humanidade está sendo levada é um caminho que não satisfaz projetos felizes ou satisfatórios, ou até mesmo, como eu posso dizer, positivos de alguma forma para os sujeitos. E existe uma percepção do mercado de que essa sensação está imbuída na gente. Ou seja, uma via do sujeito que expressa o seu descontentamento com os rumos da sociedade, e uma via do mercado que entende esse descontentamento e transforma ele em mercado, transforma ele em produto. Então, existe hoje uma certa sensação, de que as coisas não estão

caminhando para algo bom e que isso gera um tipo de humor, às vezes, ou humor no aspecto de uma comédia sarcástica e derrotista. Ao mesmo tempo, também gera uma certa passividade do sujeito, porque, no final das contas, por mais que tenhamos essa sensação de que os rumos não são bons, o mercado vende para nós a ideia de que nós não temos mais agência acerca dos rumos que foram tomados, porque esse rumo é o natural, fazendo a gente acreditar que é assim que a humanidade irá acontecer, não tem o que fazer mais. O que resta para nós então seria apenas mitigar talvez um pouco os danos do que foi feito ao longo do tempo pelo capitalismo e pelo modo pelo qual o capitalismo foi se desenvolvendo nesse estágio mais tardio dele. Ao mesmo tempo, acredito que esse mercado que enxergou nisso um produto de grande valor cada vez mais tem usado disso. Então você vê, tem uma série de produções de séries, filmes, produções audiovisuais em geral que usam desse humor, usam dessa sensação como uma forma de construir o que é o sujeito diante disso. Então você pega, por exemplo, *Fleabag* ou *Bojack Horseman* ou até *Rick and Morty* são séries que satirizam essa postura sarcástica e derrotista, mas também reproduzem uma forma de encarar a realidade, gerando assim uma postura generalista que deveríamos ter diante dessa sensação de que não há mais futuro e que o que tem hoje é tudo que poderemos ter. Além disso, hoje vemos um aumento estrondoso de discursos apocalípticos e distópicos nas mídias, que trazem essa sensação de que a sociedade ruiu ou está ruindo e que o caminho da ruína é o único. Então, no final das contas, isso produz nas pessoas algo que potencializa essa sensação de impotência diante dos rumos.

Ygor Klain Belchior: Com base nesses desdobramentos que você percebe, qual você considera o principal desafio ou dilema atual para uma filosofia existencial que não seja capturada por essa lógica que você descreveu?

Diego Rodstein Rodrigues: O que começa a aparecer é um modo de relação com a cultura que se organiza em um circuito bastante fechado. Existe uma percepção difusa de que os rumos da sociedade não apontam para um horizonte satisfatório, e essa percepção não surge apenas como opinião isolada, mas como experiência compartilhada que implica diferentes formas de vida. Ao mesmo tempo, essa sensação é capturada e reorganizada pela própria lógica cultural, que a transforma objeto de consumo. Ou seja,

o consumo passa a operar nesse duplo movimento. De um lado, há a expressão de um descontentamento real com o presente. De outro, há a incorporação desse descontentamento em produtos culturais que devolvem essa mesma experiência já formatada. Nesse processo, a crise existencial deixa de funcionar como ruptura e passa a se estabilizar como linguagem recorrente, reconhecível e facilmente assimilável.

Isso tem efeitos diretos na forma como o sujeito se percebe e se posiciona. A sensação de que os caminhos disponíveis estão bloqueados tende a se combinar com a ideia de que não há margem efetiva de intervenção. Esse enquadramento produz um tipo de humor específico, frequentemente marcado por um tom sarcástico e derrotado, que aparece em diversas produções contemporâneas. Séries como *Fleabag*, *BoJack Horseman* e *Rick and Morty* exploram esse registro ao construir personagens que reconhecem a inconsistência do mundo em que vivem, mas permanecem presos a esse reconhecimento. A ironia não se desdobra em ação transformadora, pois ela já aparece integrada à própria forma de vida. Nesse sentido, o humor funciona como uma espécie de acomodação reflexiva, na qual a crítica se mantém no plano da enunciação e não alcança a dimensão do projeto.

Por outro lado, eu acredito que existe hoje alguns movimentos que tentam trazer o oposto disso, como, por exemplo, o afrofuturismo, o *solarpunk* ou o *hopepunk*. Essas estéticas são formas de se imaginar sociedades que repensaram, por exemplo, suas matrizes energéticas, repensaram os modos de organização social, repensaram a relação entre sujeito e natureza de forma mais bem integrada na relação humano e recursos naturais. Eu acredito que o debate ambiental, por exemplo, é um debate que pode criar horizontes muito frutíferos para uma imaginação mais otimista acerca dos rumos da humanidade e que todos esses debates acabam sempre na ideia de que a superação e o abandono do sistema capitalista é a única forma da sociedade prosperar. Então existe hoje uma série de movimentos culturais que tentam mostrar caminhos distintos, e talvez o uso desses modelos que estão sendo apresentados como espaço de debate sobre possibilidades de ultrapassar o modelo capitalista seja algo interessante de ser feito hoje.

Ygor Klain Belchior: Então, você diria que, após o que consolidou no existencialismo vulgar, há novas pesquisas em andamento que expandem ou complementam esse trajeto? Quais seriam essas linhas que você está desenvolvendo agora?

Diego Rodstein Rodrigues: Atualmente, eu tenho desenvolvido uma pesquisa em conjunto com o professor George Aires, do Departamento de Letras da Universidade Federal de Santa Catarina, na qual a gente analisa a estética gótica contemporânea em relação com melancolia, nostalgia e distopia no contexto do capitalismo tardio. Esse trabalho surge como um desdobramento direto daquela questão mais geral sobre a naturalização dos caminhos do capitalismo. A proposta foi recortar um objeto mais específico e observar como uma forma estética historicamente associada à crítica passou no capitalismo tardio a operar dentro de outra lógica. O que aparece nesse movimento é que a estética gótica continua mobilizando temas ligados à crise e ao mal-estar, mas já inserida em circuitos de produção cultural que reorganizam esses elementos como superfície estilística. Nesse processo, a dimensão histórica que sustentava essa estética perde força, e o que permanece é um modelo mercantilizado e descolado da história do movimento.

Se a gente olha para o contexto do pós-punk dos anos 1980, com bandas como *The Cure* e *Siouxsie and the Banshees*, a estética gótica aparece vinculada a uma experiência histórica específica, fortemente marcada pela crise econômica, a perda de direitos trabalhistas, a crise dos sindicatos e pela consolidação de políticas neoliberais. A melancolia, nesse caso, era algo como uma forma de elaboração dessa experiência, uma resposta mesmo a essas mazelas, mantendo uma relação de tensão com o seu presente histórico. Para além da parte subversiva das vestes e cabelos, ela estava ligada a uma recusa das condições impostas. Já no cenário contemporâneo, o que se observa é uma transformação dessa lógica. A estética permanece, mas seu funcionamento se altera. Em produções recentes como a série *Wandinha* ou nas releituras de obras como *Frankenstein* e *Drácula*, o gótico aparece mais limpo e menos ligado a uma melancolia de ruptura com seu tempo. O sentimento melancólico dessas obras deixou de operar como forma de tensão e passou a ser um registro mais esvaziado, muitas vezes associado a um certo tédio que não se desdobra em questionamento mais amplo.

É nesse ponto que surge a ideia de um museu imaginário que guia a tese central do artigo. O que entendemos no artigo é que as formas do passado melancólico do gótico são constantemente revisitadas, mas sem a reativação das condições históricas que lhes davam sentido. A repetição não produz conflito, pois ocorre em um regime em que os elementos já aparecem descolados de sua função crítica. O sujeito que se reconhece nessa estética tende a se inserir em um modelo de experiência mais ajustado ao presente, no qual a melancolia é incorporada como parte da própria identidade cultural e transfigurada em uma apatia entediada. A estética continua evocando crise, mas ela evoca dentro de um enquadramento que limita sua capacidade de produzir ruptura.

Ygor Klain Belchior: Pensando na sua experiência como pesquisador, há algum autor ou obra contemporânea que você considera um ponto de apoio ou inspiração para ir além desse quadro distópico que analisou?

Diego Rodstein Rodrigues: Como já mencionei anteriormente, um autor que aparece como ponto de apoio importante nas minhas leituras é Mark Fisher, principalmente pela forma como ele descreve o fechamento do horizonte de possibilidades dentro do que ele chama de realismo capitalista. A força do diagnóstico está em mostrar como a dificuldade de imaginar outros modos de vida é traço estrutural da cultura contemporânea. Ao mesmo tempo, esse próprio diagnóstico abre um espaço de reflexão, porque ele evidencia que esse bloqueio é natural produzido historicamente. Outro autor que tem me chamado muito a atenção nesse percurso é Fredric Jameson. A partir dele, ficou mais claro mim como a cultura passou a operar como reciclagem estética, o que ajuda a entender por que certas estéticas continuam presentes mesmo depois de perderem o vínculo com as condições que as originaram.

Ygor Klain Belchior: Como você enxerga que sua produção influencia o debate público ou acadêmico? Há algum impacto que você já observou ou que você espera que seus trabalhos possam trazer?

Diego Rodstein Rodrigues: Eu ainda sou um pesquisador recente, né? Apesar de já estar há algum tempo pesquisando, minha pesquisa não é super difundida nem nada

disso. Acho que o principal impacto é entre os meus alunos. Entre os meus alunos, eu vejo que a minha pesquisa tem uma grande aderência, talvez por dialogar muito com a realidade do mundo deles. O nosso laboratório tem desenvolvido muita coisa em torno de temas contemporâneos. Nossa pesquisa abarca um diálogo interdisciplinar muito legal, que dialoga com diversos temas de humanidade e o mundo digital. Então eu vejo que esses temas têm grande aderência entre os estudantes, que estudam com a gente e vão atrás do que estamos fazendo para desenvolver suas pesquisas iniciais. Eu tive, durante o meu período como professor substituto na UFLA, um coorientando que estava trabalhando a figura do monstro no cinema fazendo um diálogo com a ética em torno do papel do monstro. Tenho uma coorientanda da UFSJ, a Gabriela, que trabalha jogos vorazes e ela tem utilizado bastante das minhas bases e até mesmo do meu artigo do existencialismo vulgar para debater como que o a série de filmes Jogos Vorazes lê o seu tempo histórico. Então eu vejo que há uma grande aderência entre meus estudantes. E acho que é pela vivência com o virtual deles. Vivência com o audiovisual que eles têm hoje por causa da internet. Isso tem tido muito diálogo com a minha pesquisa e com a pesquisa do laboratório como um todo. O principal impacto é talvez nesse caminho de dialogar com os jovens pesquisadores que estão aí em áreas de humanidades.

Ygor Klain Belchior: Para fechar, olhando para o caminho que percorreu até aqui, que tipo de questão ou projeto você ainda sente que gostaria de investigar no futuro, que ainda tem instigado hoje?

Diego Rodstein Rodrigues: Atualmente, começamos a desenvolver um laboratório junto à FAPEMIG voltado para história digital, com o objetivo de criar um banco de dados que organize um repertório de história digital. Trata-se de um projeto muito recente, ainda em fase inicial, sem um desenvolvimento mais avançado até o momento. Paralelamente a isso, tenho pensado em realizar novos recortes de pesquisa sobre outras estéticas que vêm sendo transfiguradas e apropriadas na contemporaneidade, buscando entender de que maneira esses processos estão ocorrendo hoje. A partir da construção desses repertórios, a tendência é que se abram novas possibilidades de diálogo com o que já venho desenvolvendo.

Nesse sentido, ainda há um campo bastante amplo a ser percorrido, já que a minha pesquisa é recente e as ferramentas que estão sendo estruturadas no laboratório devem ampliar as possibilidades de investigação. Um ponto que também começa a se delinear é a tentativa de pensar a noção de contracultura, no sentido de entender se essas formas ainda podem ser compreendidas como práticas de enfrentamento efetivo ou se assumem hoje outros modos de existência. Essa questão envolve investigar se essas manifestações tiveram, têm ou podem vir a ter algum impacto na forma como o futuro é pensado. O caminho que venho seguindo aponta nessa direção, ainda em aberto, mas com um potencial bem interessante de desenvolvimento.

Ygor Klain Belchior: Diego, agradeço imensamente pela generosidade em compartilhar suas reflexões e pelos detalhes sobre a estruturação dos novos repertórios de história digital. É fundamental perceber como a teoria existencialista, quando tensionada pela prática laboratorial e pelo fomento da FAPEMIG, torna-se uma ferramenta de pesquisa com muitas possibilidades de estudo.

Diego Rodstein Rodrigues: Eu que agradeço o convite e a oportunidade de dialogar com você e com os demais organizadores. É gratificante ver como as pesquisas desenvolvidas no âmbito do nosso laboratório encontram espaço de interlocução em publicações de tamanha relevância acadêmica. Espero que esta entrevista contribua para o debate sobre os usos do passado e para o fortalecimento das nossas redes de pesquisa do LEPHAMA em humanidades digitais.

Referências bibliográficas

- Benjamin, W. Sobre o conceito de história. In: Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política* (Obras escolhidas, volume 1). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Berardi, Franco 'Bifo'. *After the Future*. Edimburgo: AK Press, 2011.
- Bojack Horseman. Criado por Raphael Bob-Waksberg. Los Angeles: Netflix, 2014.
- Disco Elysium. Desenvolvido por ZA/UM. Londres: ZA/UM, 2019.
- Fisher, Mark. *Realismo capitalista*. São Paulo. Autonomia Literária. 2020.

- Fleabag. Direção: Phoebe Waller-Bridge. Produção de Two Brothers Pictures. Reino Unido: BBC, 2016.
- Frankenstein. Direção: Guillermo del Toro. Estados Unidos: Netflix, 2025.
- Jameson, Fredric. *A Virada Cultural: Reflexões sobre o pós-modernismo*. Trad. Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- Jameson, Fredric. *Archaeologies of the Future: The desire called utopia and other science fictions*. London: Verso, 2005.
- Jogos Vorazes. Direção: Gary Ross. Produção de Nina Jacobson. Estados Unidos: Lionsgate, 2012.
- Rick and Morty. Criado por Justin Roiland e Dan Harmon. Burbank: Adult Swim, 2013.
- Rodrigues, Diego Rodstein. O existencialismo vulgar na cultura pop entre a utopia e a distopia no imaginário contemporâneo. *Trans/Form/Ação*, v. 47, n. 3, 2024. Disponível em <https://www.scielo.br/j/trans/a/YzSWjGmRVwzhKm5K8FkKCpR/>. Acesso em 21 abr. 2026.
- Sartre, Jean Paul. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- Sartre, Jean-Paul. *O ser e o nada: Ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2014.
- Wandinha. Criado por Alfred Gough e Miles Millar. Los Angeles: Netflix, 2022.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

História de São Caetano do Sul no Currículo Municipal: Contribuições da História Local para o Ensino de História na Educação Básica

Lia Fernanda SILVA¹

Resumo: O presente artigo analisa as contribuições da História Local para o ensino de História na Educação Básica, a partir de uma reflexão desenvolvida no âmbito de um curso de formação docente realizado na rede municipal de São Caetano do Sul. Fundamentado nas categorias memória, identidade e território, o estudo problematiza as disputas narrativas que constituem a historicidade do município, evidenciando os processos de silenciamento e apagamento de determinados sujeitos históricos na construção da memória coletiva local. Amparado em estudos historiográficos, sociológicos e memorialísticos, bem como no uso da História Oral como fonte e metodologia de ensino, o artigo discute os limites das abordagens tradicionais da história municipal e aponta possibilidades pedagógicas alinhadas a uma concepção crítica de ensino de História. Ao dialogar com o Currículo Municipal e com os princípios da Educação das Relações Étnico-Raciais, a pesquisa destaca os desafios e as potencialidades da História Local como campo epistemológico capaz de ampliar o repertório intelectual e didático-metodológico dos docentes, contribuindo para a formação de uma consciência histórica crítica e plural na Educação Básica.

Palavras-chave: Ensino de História, História Local, Currículo.

¹ Mestranda em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Graduada em Pedagogia e História pela Universidade do Grande ABC (UNIABC). Docente da rede municipal de Educação. São Caetano do Sul, São Paulo, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4244-8045>. E-mail: lia.fernanda@ufabc.edu.br.

History of São Caetano do Sul in the Municipal Curriculum: Contributions of Local History to the Teaching of History in Basic Education

Abstract: This article analyzes the contributions of Local History to the teaching of History in Basic Education, based on reflections developed within a teacher training course conducted in the municipal education network of São Caetano do Sul. Grounded in the analytical categories of memory, identity, and territory, the study problematizes the narrative disputes that shape the municipality's historicity, highlighting processes of silencing and erasure of certain historical subjects in the construction of local collective memory. Supported by historiographical, sociological, and memorial studies, as well as by the use of Oral History as both a source and a teaching methodology, the article discusses the limitations of traditional approaches to municipal history and points to pedagogical possibilities aligned with a critical conception of History teaching. In dialogue with the Municipal Curriculum and the principles of Ethnic-Racial Relations Education, the study emphasizes the challenges and potential of Local History as an epistemological field capable of expanding teachers' intellectual and didactic-methodological repertoires, contributing to the development of a critical and plural historical consciousness in Basic Education.

Keywords: History Teaching, Local History, Curriculum.

Introdução

O objetivo geral deste artigo é refletir sobre as contribuições da História Local para o ensino de História na Educação Básica. Entre os objetivos específicos, propõe-se debater as categorias memória, identidade e território, considerando as representações discursivas presentes nas fontes históricas disponíveis na Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul². Tais categorias revelam-se indispensáveis, primeiramente, por atravessarem o processo de constituição identitária do município e, em segundo lugar, por orientarem a compreensão das lacunas identificadas pelos docentes no que se refere aos materiais didáticos e à ausência de propostas pedagógicas sistematizadas para o ensino da história local, conforme previsto no currículo.

Não coincidentemente, o tema deste texto emergiu como decorrência imediata do curso de formação *História Local: cultura histórica, memória, identidade e usos do passado no ensino de História*, ministrado por mim na condição de Professora Formadora de História, no Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação Zilda Arns (CECAPE), da Secretaria Municipal de Educação de São Caetano do Sul, ao longo do ano de 2025.

Compreender a construção histórica do município, suas narrativas convergentes e divergentes, a memória coletiva e as chamadas memórias subterrâneas (Pollak, 1989), silenciadas, apagadas ou sobrepostas, é central para fundamentar outras narrativas históricas oriundas de memórias oralizadas por sujeitos que vivem no território. Essas narrativas incorporam elementos que complementam e ampliam a historicidade local, tensionando versões hegemônicas do passado.

Nesse contexto, a História Oral foi utilizada no curso como fonte histórica³ e recurso metodológico para o ensino. Ao serem investigadas, essas fontes possibilitam o

² A Fundação Pró-Memória é um órgão público municipal que reúne um acervo documental e histórico da cidade. Possui documentos oficiais, fotografias, jornais, revistas e referências bibliográficas. A consulta presencial aos documentos é aberta ao público e há um acervo digital em que se pode baixar pesquisas publicadas e revistas com artigos e memórias fotográficas. Ademais, a Fundação ministra cursos e projetos voltados à preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural da cidade.

³ Como fonte histórica e recurso metodológico foram usados dois documentários produzidos pelo Coletivo Mapaxilo. O primeiro, *Aquém da Fundação: outras matizes de São Caetano* foi construído por docentes pesquisadores e estudantes da EJA na unidade escolar municipal EMEF Professor Vicente Bastos - neste registro, foram entrevistados alunos, moradores antigos da cidade, entre eles professores, historiadores e religiosos. O segundo, *Visões de Tijucussu* é um projeto documental audiovisual sobre as histórias e memórias em risco de apagamento na cidade de São Caetano do Sul foi feito em duas fases de

acesso às histórias vividas em contextos históricos específicos e, assim, revelam outros pontos de vista sobre acontecimentos significativos, confrontam narrativas globalizantes que cristalizam memórias e identidades e/ou complementam fontes documentais que não lograram traduzir determinadas conjunturas históricas.

Na perspectiva do ensino, o uso da História Oral pode ser compreendido a partir da definição proposta por Jorge Eduardo Aceves Lozano, no livro *Prática e estilos de pesquisa oral contemporânea*:

A história oral poderia distinguir-se como um procedimento destinado à constituição de novas fontes para a pesquisa histórica, com base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas, sob métodos, problemas e pressupostos teóricos explícitos. Fazer história oral, significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos “outros” (Lozano, 2006, p. 17).

Para tanto, inicialmente será apresentada uma breve contextualização acerca da disputa em torno da memória e da identidade na história do município, evidenciada tanto nas narrativas que compõem o imaginário da população sancaetanense mais velha quanto nas histórias orais de sujeitos que vivem o território, bem como em autores que integram uma historiografia fundamentada em pesquisas e documentação história.

Ao apresentar as especificidades da história de São Caetano do Sul, busca-se justificar a defesa central deste texto: a relevância da História Local como campo privilegiado de reflexão e para o ensino de História.

O embasamento teórico do artigo apoia-se em estudos historiográficos, sociológicos e memorialísticos de autores como José de Souza Martins, especialmente em sua obra *Subúrbio: vida cotidiana e história do subúrbio da cidade de São Paulo – São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*; Cristina Toledo de Carvalho, com a tese *Príncipe dos Municípios: a invenção da identidade de São Caetano do Sul (1948–1957)*; Luiz Gonzaga Piratininga Júnior, autor de *Dietário dos escravos de São Bento, estudo de reconstrução genealógica e histórica sobre os sujeitos escravizados da Fazenda São Caetano*; e Ademir Médici, em *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*. Ressalta-se que a escolha desses autores dialoga com inquietações e contraposições relativas à forma como a história do

pesquisa, sendo a primeira fomentada pela Lei Paulo Gustavo e a segunda em parceria com o Sesc São Caetano.

município foi contemplada nos conteúdos escolares da rede municipal, desde as orientações curriculares até a publicação do Currículo Municipal.

O segundo momento do artigo dedica-se à apresentação da problemática relacionada à obrigatoriedade do ensino da história de São Caetano do Sul no currículo e ao repertório histórico e metodológico mobilizado para o ensino de História. Tal problemática emerge, sobretudo, dos questionamentos do corpo docente acerca do marco histórico eleito para a formação do município, frequentemente fixado, de modo intencional, no imaginário coletivo a partir da chegada dos imigrantes italianos ao núcleo colonial, no final do século XIX, em detrimento do processo de autonomia política que transforma São Caetano do Sul em município em 1948. Soma-se a isso o apagamento de sujeitos históricos que já ocupavam o território, tanto fora quanto dentro da fazenda beneditina: antes de ser município autônomo, São Caetano pertenceu à ordem beneditina no período de 1867 a 1877. Nesta conjuntura fazia parte de São Paulo, transformando-se em um subúrbio paulista. Ainda no século XX, foi distrito de São Bernardo do Campo e, posteriormente, de Santo André.

A historiadora Cristina Toledo de Carvalho, atuante na Fundação Pró-Memória e responsável por importantes pesquisas historiográficas sobre a cidade, analisa em sua tese a construção de uma identidade e de uma memória triunfalista em torno da historicidade local:

Em 1927, por ocasião das comemorações do cinquentenário da inauguração de tal núcleo, a nascente elite industrial da localidade, então um distrito de São Bernardo, produziu, por meio dos eventos promovidos, uma memória triunfalista a respeito do grupo pioneiro de italianos daquele núcleo [...] Contemplada em uma narrativa heroica centrada na aclamação dos feitos e esforços dos primeiros imigrantes, a referida memória sinaliza para questões que perscrutam os processos de constituição memorialística como um todo, alinhavados, dialeticamente, por intencionalidades e interesses de grupos sociais que revelam e ocultam, enaltecem e excluem determinados agentes históricos dos enunciados evocativos do passado de uma cidade, região ou país (Carvalho, 2022, p. 82).

A narrativa histórica elaborada constituiu a ideia de protagonismo desse grupo europeu no desenvolvimento local, atribuindo-lhe toda a glória do progresso e, mais do que isso, uma construção imagética que teve como objetivo privilegiar determinado grupo, contribuindo para o silenciamento de memórias e histórias de outros núcleos que

já formavam uma comunidade no território, compartilhavam costumes e desenvolviam atividades econômicas e culturais.

No que se refere ao ensino da história do município, cabe destacar que, anteriormente à elaboração do currículo, as orientações curriculares apoiaram-se majoritariamente nessa abordagem histórica, seja por uma compreensão restrita da concepção de História Local, seja pela ausência de uma análise crítica dos materiais didáticos disponibilizados. Ademais, a obrigatoriedade do ensino da história de São Caetano do Sul, restringia-se ao terceiro ano do Ensino Fundamental – anos iniciais –, tratando, tradicionalmente, a história do município como espaço de exaltação de sujeitos heroificados, datas comemorativas e narrativas celebratórias.

Em relação ao Currículo Municipal⁴, torna-se relevante mencionar o processo de elaboração do documento, destacando que a concepção de ensino de História adotada pela rede municipal de São Caetano do Sul alinha-se a princípios educacionais como equidade, integralidade, inclusão e territorialidade. Tais princípios sustentam os âmbitos da educação municipal explicitados no documento, como a Gestão Democrática, a Educação para as Relações Étnico-Raciais, as Relações de Gênero, a Educação Integral, a Convivência Ética, a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A História Local como abordagem metodológica para o ensino de História teve três motivos: primeiro a História Local como análise historiográfica que permitiu compreender as relações políticas e culturais do espaço social, desvelando histórias que passaram por processos de apagamento e que em determinado período histórico contribuíram com conjunturas sociais mais amplas. Segundo, a História Local como campo científico, que viabilizou a desconstrução da ideia de um mito fundador e de heróis protagonistas como única narrativa e, terceiro e não menos importante, a obrigatoriedade do ensino de história da cidade no currículo municipal.

Para este artigo, será conferida ênfase à Educação das Relações Étnico-Raciais, em diálogo direto com a proposta do curso de História Local, concebido a partir de uma perspectiva inclusiva, pluriétnica e pluricultural. A intenção consiste em articular o

⁴ O município possui um currículo próprio, elaborado com o corpo docente da rede municipal de educação. Disponível em <https://sites.google.com/scseduca.com.br/curriculoscs>, acesso em 07/04/2026.

ensino de História Local aos princípios educacionais mencionados, com destaque para as relações étnico-raciais. Ressalta-se, ainda, que a elaboração do Currículo Municipal contou com a participação de docentes e formadores da rede, sendo amplamente debatida entre os pares, com o objetivo de assegurar alinhamento com a realidade dos estudantes e com a perspectiva de uma educação integral e equânime.

Conforme explicitado no documento curricular:

Tendo a equidade como um de seus princípios, a educação municipal de São Caetano do Sul reconhece o papel da educação na reinvenção da vida em sociedade, em particular no que tange às relações étnico-raciais, ao tratar com os diferentes sujeitos da experiência educacional da relação entre negros, pardos e brancos, sobre a diversidade de modos de ser e viver e do cultivo do respeito à vida de todos os humanos (São Caetano do Sul, 2024, p. 28).

Por fim, após a apresentação da problemática e do conjunto de questionamentos que orbitam o ensino da História Local no município, será realizado um relato sobre a estruturação do curso de formação e seus primeiros resultados no que concerne aos objetivos propostos para os docentes. Essa etapa constitui o eixo central da reflexão, ao evidenciar os desafios e as possibilidades do uso da História Local no ensino de História.

Em resumo, a organização do artigo compreende um primeiro momento de contextualização da historiografia local, seguida por exposição das reflexões suscitadas no curso de História Local em articulação com o currículo e, por fim, a uma apresentação dos resultados iniciais da formação. Na fase final, será privilegiado um diálogo com os desafios e as potencialidades das metodologias adotadas, o arcabouço teórico da historiografia local e a incorporação de outras epistemologias, com vistas à ampliação do repertório intelectual e didático-metodológico dos docentes.

Espera-se que, ao debruçar-se sobre esta leitura, docentes do componente curricular de História, pesquisadores da área e demais interessados reconheçam os sentidos produzidos pela História Local, capazes de viabilizar a produção de conhecimento histórico e a aprendizagem histórica na Educação Básica.

História e Memória do Tijucuçu

A história de São Caetano do Sul pode ser abordada a partir de diferentes perspectivas historiográficas: seja por uma narrativa colonial eurocentrada, alinhada à história local tradicional e ao culto aos vencedores, seja por uma leitura crítica que, ao confrontar as fontes históricas em suas múltiplas formas de registro, possibilite a construção de novas narrativas orientadas por outras perguntas históricas. No âmbito do ensino, essa segunda perspectiva favorece a elaboração de epistemologias ancoradas em metodologias do ensino de História vinculadas à História Cultural.

O percurso adotado nesta breve abordagem histórica de São Caetano do Sul tem início na categoria *território*, seguida da análise da etimologia do termo *Tijucuçu* - denominação que abarca o atual município de São Caetano do Sul e áreas adjacentes - configura-se como um território cuja memória se fixa no período colonial, especialmente nos primórdios da vila de Piratininga, no contexto da invasão portuguesa. Tratava-se de uma região marcada por trilhas indígenas, entre elas a conexão com o conhecido Caminho do Peabiru⁵ e outras rotas ancestrais, além de constituir um espaço estratégico de ligação com o litoral, fundamental para o escoamento da produção realizada por populações escravizadas em direção ao porto de Santos.

No que se refere à formação populacional inicial, há pesquisas e documentos que apontam a presença de populações indígenas no território. O registro do topônimo Tijucuçu em documentos quinhentistas da Câmara de São Paulo - conforme pesquisa realizada por José de Souza Martins em seu livro *São Caetano do Sul em quatro séculos* - permite inferir a existência de contatos entre essas populações originárias e os europeus no processo de colonização da região.

Localizado entre rios, Tijucuçu é interpretado, em sua acepção mais recorrente entre pesquisadores, como “grande lamaçal”, significado que remete às características hidrográficas do território que hoje corresponde a São Caetano do Sul. Até a década de 1990 do século XX, a presença abundante de barro constituía um elemento marcante da

⁵ O Caminho do Peabiru é um conjunto de rotas ancestrais dos povos originários aberto antes da invasão europeia que atravessa o continente sulamericano, ligando Cusco, no Peru, ao litoral sul e sudeste brasileiro, terminando em São Vicente, município de São Paulo. No período das invasões, foi utilizado pelos europeus na busca de riquezas e de incursões no interior dos territórios invadidos. Por ser um caminho não linear, conecta-se a algumas cidades do estado de São Paulo, dentre elas a capital e às cidades do ABC Paulista.

paisagem local, aspecto reiterado tanto por registros documentais quanto por memórias compartilhadas pela população.

Segundo Pero de Castilho, “lama, charco, atoleiro” seriam traduções possíveis para o termo tijuca, sendo Tujucaçu grafia igualmente recorrente em seu *Vocabulário da Língua Brasileira* (Martins, 1957, p. 31). As variações na grafia não invalidam o significado atribuído ao termo, uma vez que tupinólogos e gramáticos apresentam divergências quanto à padronização vocabular.

Para além dos documentos escritos, a História Oral desempenha papel central na compreensão dessa paisagem histórica. Depoimentos de moradores mais antigos fazem referência a áreas extensas de solo argiloso, especialmente na região do atual bairro Cerâmica, conhecida como “buracão da Cerâmica” ou “barreirão”, termos que evocam a presença de grandes áreas alagadiças e lamacentas. Tais narrativas corroboram e enriquecem a leitura historiográfica sobre o território.

Conforme destaca Alessandro Portelli, a História Oral permite acessar a historicidade das experiências individuais e coletivas, tensionando as fronteiras entre espaço público e privado e ampliando as possibilidades de interpretação histórica (Portelli, 2016). Nesse sentido, o barro não se configura apenas como elemento natural, mas como componente fundamental da atividade econômica local ao longo de séculos, desde a produção artesanal de telhas e tijolos no período da fazenda beneditina até a consolidação da indústria cerâmica como uma das principais atividades econômicas do município: “[...] a história oral nos oferece acesso à historicidade das vidas privadas - mas, mais importante ainda, ela nos força a redefinir nossas noções preconcebidas sobre a geografia do espaço público e do espaço privado, e do relacionamento entre eles” (Portelli, 2016, p. 17).

É relevante destacar, nesse contexto, a relação estabelecida pelos beneditinos com as populações submetidas à sua tutela, compostas a partir do século XVII por indígenas administrados e africanos escravizados. A produção de telhas e tijolos, bem como as técnicas agrícolas e de manejo do solo, apoiaram-se em saberes indígenas e africanos, frequentemente invisibilizados pela historiografia tradicional.

Sobre a produção cerâmica e o uso da mão de obra escravizada na fazenda beneditina, José de Souza Martins observa que o transporte dos materiais era realizado

por meio de embarcações que percorriam o rio Tamanduateí até o Porto Geral, na atual região da rua Vinte e Cinco de Março, em São Paulo. Segundo o autor, a fábrica funcionou até a segunda metade do século XIX e chegou a empregar 107 pessoas escravizadas, número expressivo para o tipo de propriedade (Martins, 1957, p. 83).

É no bojo da escravização de indígenas e africanos que a história de São Caetano do Sul torna-se parte fundamental para a historiografia sobre a fundação de São Paulo e traça uma linha complementar para os estudos históricos do local desde a transição do período da fazenda São Caetano à formação do subúrbio, com sua transformação do rural para os espaços fabris.

A história de São Caetano do Sul, portanto, insere-se de modo significativo na historiografia sobre a formação de São Paulo, especialmente ao influir nos processos de transição da fazenda beneditina para o Núcleo Colonial e, posteriormente, para o subúrbio industrial. Essa transição revela um imaginário social marcado pela valorização do imigrante europeu como sujeito inovador, em oposição à desqualificação das populações escravizadas e camponesas, percepção amplamente difundida entre as elites do período (Martins, 1992).

Nesse sentido, a relevância de como se deu a transição da ocupação na fazenda beneditina para por imigrantes italianos revela muito sobre o imaginário da época.

[...] No mesmo espaço em que o escravo e o caipira supostamente não produziam senão modesta economia de subsistência, baseada numa agricultura rotineira e arcaica, o imigrante introduziria a renovação dos produtos e dos métodos agrícolas. Essa era uma concepção disseminada entre os membros das elites de então, [...] cujo pensamento era influenciado pelas ideias iluministas [...] de progresso difundidas na Revolução Francesa (Martins, 1992, p. 127).

A criação do Núcleo Colonial São Caetano, após a desapropriação da fazenda beneditina pelo governo imperial, inseriu-se em um projeto mais amplo de colonização agrícola, formação de mão de obra e implementação da política de branqueamento da população brasileira. Os imigrantes italianos, que chegaram à região a partir de 1877, ocuparam lotes da antiga fazenda com a promessa de acesso à terra e melhores condições de vida. Contudo, enfrentaram altas taxas de mortalidade, dificuldades no cultivo do solo e, posteriormente, os impactos da especulação imobiliária e da industrialização, intensificados com a implementação da ferrovia.

Apesar dessas adversidades, a narrativa histórica local consagrou o núcleo colonial como marco fundador do progresso municipal, forjando uma memória triunfalista que se sobrepôs às experiências anteriores de trabalho agrícola e manufatureiro desenvolvidas por indígenas e africanos escravizados. Tal construção imagética atende a interesses ideológicos específicos e foi reforçada em eventos comemorativos, como o cinquentenário do Núcleo Colonial, em 1927, em um contexto de ascensão do fascismo na Itália, conforme analisa Martins (1992).

[...] a placa foi feita em 1927, ano do cinquentenário da fundação do núcleo colonial [...] Mas, em 1927, o fascismo estava em ascensão na Itália e foi na perspectiva de uma mentalidade fascista e triunfalista, na perspectiva do poder e do progresso, que o aniversário de São Caetano foi noticiado nos jornais da Itália e nos jornais italianos no Brasil (Martins, 1992, p. 26).

Ao situar essa breve análise histórica, busca-se evidenciar o contexto no qual emergem os questionamentos acerca do ensino tradicional da história de São Caetano do Sul. A centralidade atribuída à narrativa do progresso e do mito fundador revela os limites das abordagens historicamente adotadas e reforça a necessidade de práticas pedagógicas que incorporem múltiplas fontes, metodologias e epistemologias. Nesse sentido, a História Local, articulada à História Oral e à crítica historiográfica, apresenta-se como um campo fecundo para a construção de um ensino de História comprometido com a pluralidade, a justiça social e a formação de uma consciência histórica crítica.

Nem tudo veio do italiano⁶

O crescente questionamento acerca da história de São Caetano do Sul durante as formações no CECAPE por parte do corpo docente da rede municipal de ensino tem provocado alterações significativas nas escolhas metodológicas e nas discussões pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares. Esse movimento teve início a partir da iniciativa de professores e professoras comprometidos com uma aprendizagem histórica orientada à formação de uma consciência histórica crítica, na qual os estudantes sejam incentivados a construir uma atitude historiadora, reconhecendo-se

⁶ Embora seja inspirado no livro de Carlos José Ferreira dos Santos, em seu livro *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915*, esta expressão é bastante verbalizada pelos moradores do bairro São José, onde realizaram trabalhos de pesquisas com os estudantes da extinta EJA na EMEF Professor Vicente Bastos. O bairro concentra grande parte da população negra e nordestina da cidade de São Caetano do Sul.

como sujeitos históricos inseridos na historicidade local e nos processos mais amplos da sociedade em que vivem.

Figura 1 - Muro pintado por artistas locais e estudantes da EJA da EMEF Professor Vicente Bastos em trabalho de pesquisa com os docentes



Fonte: Acervo (didático) do curso - produzido pela autora (2025)

O Currículo Municipal de História enfatiza a centralidade da consciência histórica na formação dos estudantes, conforme explicita:

O estudante constrói a consciência histórica quando interpreta o mundo por meio das suas ações e de acordo com sua cultura. Assim, ele compreende as diversas narrativas históricas e o que estas representam em sua vida. O ensino de História deve produzir sentidos, promover pensamento crítico aos estudantes que permitam estabelecer uma justificativa em relação à sua vida e ao tempo presente (São Caetano do Sul, 2020, p. 1071).

Apesar desse alinhamento conceitual, outras preocupações emergiram no cotidiano escolar, sobretudo relacionadas à escassez de recursos didático-metodológicos voltados à aprendizagem histórica. Tais inquietações foram frequentemente

verbalizadas por docentes pedagogos que, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assumem a responsabilidade pelo ensino de todos os componentes curriculares, sem formação específica na área.

A obrigatoriedade do ensino da história de São Caetano do Sul, prescrita no Currículo Municipal, constitui, por sua vez, um pressuposto que dialoga diretamente com a necessidade de elaboração de metodologias específicas, difusão do conhecimento local e produção de materiais didático-metodológicos que ampliem o repertório historiográfico dos docentes. Contudo, as dúvidas e angústias concentravam-se, sobretudo, no campo do *como fazer*: como ensinar a história do município para além das narrativas cristalizadas e das abordagens celebratórias.

Ao refletir sobre novas possibilidades para o ensino de História Local, tornou-se imprescindível compreender o processo de construção imagética da memória histórica e da identidade do município, que durante um longo período se consolidou como história oficial, não apenas na subjetividade da população sancaetanense, mas também na formação escolar, por meio das orientações curriculares e das práticas pedagógicas nelas fundamentadas.

Cabe destacar que, ao longo do século XX — especialmente entre as primeiras décadas e meados da década de 1990 — o município abrigou importantes parques industriais, como as Indústrias Reunidas Matarazzo e a Fábrica Cerâmica. Esse processo industrial impulsionou intensos fluxos migratórios, inicialmente de famílias oriundas do interior de São Paulo e de Minas Gerais, intensificados a partir da década de 1950 com a chegada de migrantes nordestinos. É nesse contexto pluriétnico que São Caetano do Sul construiu suas bases econômicas, sociais e políticas, aspecto frequentemente secundarizado nas narrativas históricas hegemônicas sobre a cidade.

Esse cenário revelou-se fundamental para a elaboração do programa do curso de formação, uma vez que os questionamentos acerca do mito fundador — centrado na imigração italiana — e dos apagamentos de outras narrativas e memórias foram se tornando cada vez mais evidentes entre os docentes. Importa salientar que o curso não teve como objetivo dicotomizar ou substituir a memória tradicional por uma suposta memória dos “marginalizados”, mas, antes, incentivar a construção de uma consciência capaz de problematizar uma história apresentada como pronta e finalizada. Buscou-se,

assim, valorizar a subjetividade dos sujeitos e compreender a história como um *continuum*, no qual passado e presente se articulam no tecido social.

Nesse processo formativo, avançou-se na reflexão sobre as lacunas da formação histórica local a partir do diálogo com pesquisas que revelam outras nuances da historicidade do município e de seu entorno. Tais estudos possibilitaram problematizar narrativas anteriores à chegada dos colonos italianos à Fazenda São Caetano, no final do século XIX, bem como questionar as escolhas historiográficas que privilegiaram determinados sujeitos — como os padres beneditinos — em detrimento de outros grupos sociais que participaram da formação da cidade.

Por conseguinte, os objetivos do curso pautaram-se numa proposta que acolhesse as especificidades das categorias de docentes - um grupo heterogêneo formado por professores pedagogos (anos iniciais), professores especialistas da área de Humanidades (História e Geografia) e professores de Arte.

Considerando as características da turma, o programa do curso estruturou-se em três Eixos: Teoria, que abrangeu o ofício do historiador, conceitos no campo da História e o ensino de história; Metodologia, que trabalhou a transposição didática da História Local; Epistemologia, que constituiu a *práxis* pedagógica no campo da ciência histórica, a construção de novos materiais didáticos e a escolha de metodologias para a ensinagem histórica através do estudo com as fontes históricas de diferentes abordagens, disponíveis na historiografia local, como pesquisas publicadas com História Oral, periódicos e documentos encontrados na Fundação Pró-Memória. Ainda se tratando das escolhas teóricas e metodológicas, as categorias *memória*, *identidade* e *território* não somente abriram os trabalhos no curso, como foram objeto constante de reflexão nas propostas formativas, nos diálogos entre os docentes e, principalmente, na conexão com os recursos didáticos apresentados no programa do curso.

A imagem abaixo é uma amostragem de como os recursos acessíveis na escola colaboram com a transposição didática da História Local para o ensino de história na Educação Básica e, sobretudo, possibilitam trabalhar conceitos complexos, como *território*, de forma pedagógica.

Figura 2 - Cartografia: Conhecer o território a partir de conhecimentos prévios



Fonte: Autora (2025)

A fotografia é um recurso visual que atravessa a temporalidade, e por isso apresenta inesgotáveis possibilidades para abordar o território como fonte histórica, marcador de memória, registro da transformação do espaço físico e mapeamento de monumentos inseridos na paisagem urbana. A partir desta abordagem, ela pode se desdobrar numa reflexão sobre a representação da memória e da identidade de um determinado patrimônio material ou imaterial e os possíveis apagamentos históricos: quais festas fazem parte do calendário da cidade como patrimônio cultural, quais sujeitos são representados nas estátuas, monumentos e placas de homenagem espalhados pela cidade?

A História Oral utilizada como fonte pode contribuir para as experiências didático-metodológicas no ensino de História, uma vez que possibilita os estudantes a produzirem conhecimento, através do pensamento crítico frente às narrativas analisadas. Selva Guimarães Fonseca, em seu artigo *História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História*, sintetiza a importância desse diálogo entre História Local e História Oral:

[...] A memória das pessoas, da localidade, dos trabalhos, das profissões, das festas, dos costumes, da cultura, das práticas políticas, está viva entre nós. Nós, professores, temos o papel de, juntos com os alunos, auscultarmos o pulsar da comunidade, registrá-lo, produzir reflexões e transmiti-lo a outros. A escola e as aulas de História são lugares de memória, da história recente, imediata e distante (Fonseca, 2006, p. 132).

Em suma, todos os recursos apresentados aos docentes tiveram como intenção estimulá-los a elaborar suas atividades de História com autonomia, com conhecimento científico, com referências metodológicas ancoradas nos estudos étnico-raciais e, não menos importante, no olhar interdisciplinar que a História Local demanda. Com formato híbrido, o curso teve quarenta e duas horas com encontros presenciais mensais, sala de aula virtual⁷ e uma caminhada histórica para fechamento das atividades propostas no programa.

O ponto máximo desta reflexão foi transposto em forma de relato. No término desse módulo, procuramos saber se o curso trouxe contribuições ao trabalho em sala de aula. Se houve mudança na perspectiva de trabalhar a história do município.

Considerando a constante devolutiva dos docentes durante o curso, questionou-se, para além da avaliação sobre o programa, suas contribuições e sugestões, se as respostas serviram para reflexão sobre a continuidade desse curso, ampliação do acesso a outras categorias de docentes, e para pensar a interdisciplinaridade que atravessa todo o percurso de ensino de História.

Em vista disso, foi encaminhado um formulário para a avaliação do curso que tentou traduzir os questionamentos iniciais do corpo docente em relação à história da cidade, à escassez de materiais e a falta de aprofundamento na teoria e na concepção de História Local. A imagem abaixo ilustra os primeiros resultados que dialogam diretamente com os dados coletados antes da elaboração da proposta do curso.

Figura 3 - Formulário de avaliação do curso

⁷ O ambiente virtual funcionou com a finalidade de comunicação, submissão de atividades escritas solicitadas durante o curso e postagem do acervo dos materiais utilizados nas aulas presenciais, contribuindo para a ampliação do repertório teórico e metodológico, para o compartilhamento e divulgação aos outros docentes nas unidades escolares. Muitos docentes possuem a jornada máxima de aulas e acúmulo de cargos, afetando sua participação nos cursos do CECAPE que são ministrados à noite. Portanto, a sala de aula virtual é uma importante ferramenta de divulgação dos materiais e lugar de trocas entre o corpo docente e formadores por estar disponível aos professores que não puderam fazer o curso.

O que o curso trouxe em relação aos conhecimentos sobre a História de São Caetano do Sul que você sabia e não sabia?

21 respostas

Gostei de estudar sobre as mudanças arquitetônicas ocorridas em SCS que vendiam a ideia de desenvolvimento, mas que empobreceu culturalmente a cidade.

CURIOSIDADES SOBRE OS MONUMENTOS HISTÓRICOS, POR EXEMPLO.

O curso trouxe uma nova visão sobre a história de São Caetano do Sul. Antes, eu conhecia apenas a versão relacionada aos colonizadores italianos e tinha apenas uma noção superficial sobre outros povos que também fizeram parte da formação da cidade. Agora, compreendo melhor a diversidade de histórias e contextos que contribuíram para a construção do município, ampliando meu olhar sobre a história local.

Trouxe muitos fatos e personalidades que não são tratadas na História "oficial" geralmente ensinada sobre o município.

A história de São Caetano é discutida nos 3º anos, porém não há material disponível para trabalharmos com os estudantes. No curso foi apresentado alguns materiais e até mesmo maneiras de se trabalhar com os estudantes.

O curso agregou muito em minhas aulas, principalmente sobre a história de alguns bairros e suas divisas.

Fonte: CECAPE - Produzido pela autora (2025)

Vê-se na imagem algumas respostas que são relevantes à nossa reflexão, pois estão relacionadas com os desafios e questionamentos que os professores apontaram anteriormente, sobretudo acerca de recursos didáticos, materiais teóricos e conhecimento teórico e embasamento para formulação da prática em sala de aula. O uso da História Local como abordagem na aprendizagem histórica, amplia as reflexões, sobretudo, na compreensão dos processos de construção de narrativas históricas, de formação de memória e identidade e promove pensamento crítico.

Nesse sentido, outro ponto que merece atenção nas respostas acima é como a ideia de italianidade como origem social e cultural, no caso de São Caetano do Sul, contribuiu com o apagamento histórico de sujeitos que fizeram parte da formação do município. Portanto, ao problematizar a narrativa oficializada questionando sob um olhar crítico, de análise, que observa, compara, que busca outras fontes é uma postura que os docentes devem assumir ao elaborar seus planos de ensino no campo da História.

Considerações Finais

As reflexões desenvolvidas neste artigo destacaram a História Local como um campo potente para o ensino de História na Educação Básica, especialmente quando

abordada de forma crítica e articulada às categorias *memória, identidade e território*. A experiência formativa realizada com docentes da rede municipal de São Caetano do Sul demonstrou que o ensino da história do município pode ultrapassar abordagens globalizantes e descritivas, configurando-se como espaço de produção de conhecimento e consciência históricos.

A análise da historiografia local e das narrativas que compõem o imaginário histórico do município revelou disputas em torno da memória e da identidade, marcadas por processos de silenciamento e apagamento de sujeitos históricos. A problematização da centralidade atribuída à imigração italiana permitiu tensionar versões hegemônicas do passado e ampliar as possibilidades de abordagem da história local no contexto escolar, em diálogo com os princípios da Educação das Relações Étnico-Raciais presentes no Currículo Municipal.

As reflexões sobre as relações étnico-raciais invocam a equidade e a democracia, pois é inegável a imposição europeia sobre os tantos modos de imaginar o mundo e a consequente naturalização de vivências assimétricas, degradantes, em especial, as que experimentaram os povos negros. Assim, a participação na construção da sociedade de modo digno, o reconhecimento pleno da humanidade de todos dependem da construção de relações democráticas e justas (São Caetano do Sul, 2024, p. 27).

Nesse sentido, o uso da História Oral, da fotografia, das revistas acessadas na Fundação Pró-Memória como fontes mostraram-se fundamentais para a incorporação de outras epistemologias e para a valorização de narrativas produzidas por sujeitos que vivem no território. Os resultados iniciais da formação indicam que a História Local, quando tratada de forma sistematizada e crítica, contribui para o fortalecimento do repertório historiográfico e didático-metodológico dos docentes, ao mesmo tempo em que tensiona práticas tradicionais ainda presentes no ensino da história do município. Contudo, reconhece-se que este estudo apresenta limites, seja pelo recorte da experiência analisada, seja pelo caráter inicial dos resultados apresentados, o que aponta para a necessidade de investigações futuras que aprofundem os impactos dessas práticas no cotidiano escolar e na aprendizagem histórica dos estudantes.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para o debate no campo do ensino de História, reafirmando a relevância da História Local como espaço de reflexão crítica, enfrentamento de silenciamentos e construção de conhecimento para práticas pedagógicas mais inclusivas na Educação Básica.

Referências

- AQUÉM DA FUNDAÇÃO: OUTRAS MATIZES DE SÃO CAETANO. [S.I]: *Tem em São Caetano*, 2018. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B5HvkMeQALM&t=38s>. Acesso em: 20 de jan. 2026.
- Alberti, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B.(org.). *Fontes Históricas*. - 2ª ed. - São Paulo: Contexto, 2006, p. 155-202.
- Barros, José D'Assunção. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.57694>. Acesso em: 12 jan. 2026.
- Carvalho, Cristina Toledo de. *O Príncipe dos Municípios: A invenção da identidade de São Caetano do Sul*. 2022. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2022.
- Fonseca, Selva Guimarães. História local e fontes históricas: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. *Revista História Oral*, v. 9, n. 1, p. 125-141, jan-jun. 2006.
- Lozano, José Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa oral contemporânea. In: Amado, J.; Ferreira, M. M., *Usos e abusos da História Oral*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 15-25.
- Martins, José de Souza. *São Caetano do Sul em IV séculos*. 1ª ed., São Caetano do Sul: Saraiva, 1957.
- Martins, José de Souza. *Subúrbio: Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano no fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: HUCITEC; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992. -- (São Caetano do Sul. Série Histórica; 3).
- Médici, Ademir. *Migração e urbanização: a presença de São Caetano na região do ABC*. - São Paulo: HUCITEC, 1993.
- Meihy, José Carlos Sebe B.; Holanda, Fabíola. *História Oral: Como fazer, como pensar*. 2ª ed., 11ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2023.
- Piratininga Júnior, Luiz Gonzaga. *Dietário dos escravos de São Bento: originários de São Caetano e São Bernardo*, São Paulo: Editora HUCITEC, 1991.
- Pollak, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, junho. 1986.
- Portelli, Alessandro. *História oral como arte da escuta* [tradução Ricardo Santhiago]. São Paulo: Letra e Voz, 2016. (Coleção Ideias).
- Santos, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915*. 2ª Edição - São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003, 196 p.
- São Caetano do Sul. *Currículo Municipal de São Caetano do Sul*, 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/scseduca.com.br/curriculoscs>. Acesso em: 16 jan. 2026.
- VISÕES DE TIJUCUSSU. [S.I]: *Visões de Tijucussu - Mapa Xilográfico*, 2024. 20 vídeos. Disponível em: <http://www.youtube.com/@VisoesdeTijucussu>. Acesso em: 27 dez. 2025.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution - Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 17/02/2026
Aprovado em: 02/06/2026

Na Oficina de Clio: o Guia de Letícia Krilow e a sistematização metodológica da pesquisa em imprensa

Referência do texto:

KRILOW, Letícia Sabina Wermeier. *Guia de pesquisa em história da imprensa*. Porto Alegre: EdPUCRS, 2025. EPUB. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 13 nov. 2025.

Vítor Mateus VIEBRANTZ¹

Na Oficina de Clio, mobilizar a imprensa como objeto e/ou fonte histórica é uma operação de particular complexidade. Para os historiadores que se dedicam a ela, o *Guia de Pesquisa em História da Imprensa* de Letícia Sabina Wermeier Krilow, publicado em 2025 pela Editora da PUCRS, propõe uma cartografia teórica e metodológica dessa operação historiográfica. Logo na Introdução da obra, a autora, que é doutora em História e estudiosa do tema, identifica uma dupla tensão que atravessa o trabalho do(da) historiador no século XXI: de um lado, a ampliação do acesso às fontes, possibilitada pela digitalização de acervos; de outro, o avanço de movimentos negacionistas e/ou revisionistas que se apropriam dessa facilidade de acesso para produzir leituras distorcidas da História.

A partir de tais tensões que ela identifica, Krilow sustenta no livro que são a postura crítica do historiador e seu compromisso com a teoria e o método que conferem e reafirmam a “especificidade da História e da escrita da História em relação a outros

¹ Doutorando, mestre e graduado em História na Universidade de Passo Fundo (UPF). Bolsista do PROSUC da CAPES. E-mail: 171405@upf.br.

tipos de produções” (Krilow, 2025, n.p.).² O que o *Guia* propõe, portanto, são encaminhamentos para análise e interpretação da imprensa na Oficina de Clio, que assegurem rigor, legitimidade e inteligibilidade das pesquisas, diante dos desafios, complexidades e das especificidades historiográficas.

Para desenvolver esses encaminhamentos, Krilow articula suas análises a partir de interlocuções com outros historiadores e autores da temática do jornalismo, entre eles Cruz e Peixoto (2007), Barbosa (2007), Luca (2005; 2011), Morel (2011), Elmir (1995), Karawejczyk (2010) e Traquina (2005; 2008). Essas referências lhe permitem situar os debates sobre materialidade, produção, circulação, conteúdo, noticiabilidade, historicidade e usos dos impressos. Além de partir da sua própria trajetória de formação como historiadora: a imprensa foi objeto e fonte de sua dissertação e sua tese. A obra está organizada em dois capítulos: o primeiro, *História da imprensa brasileira* e o segundo, *Aspectos metodológicos: entre teorias e práticas*.

No primeiro capítulo do livro, Krilow faz aquilo que Luca (2005) define como “História da imprensa”: discorre sobre a trajetória da imprensa, no caso, a brasileira. Ela define esse percurso como um “voo panorâmico” (Krilow, 2025, n.p.). Ao mobilizar diferentes autores e autoras para cada período, a historiadora compõe uma revisão bibliográfica e analítica que discute definições, formas, usos e disputas que atravessam a trajetória dos impressos no país.

Krilow inicia o “voo” pela criação da Imprensa Régia e circulação de alguns tipos de impressos no início do século XIX, destacando, com Morel (2011), a emergência da opinião pública e a presença panfletária. E, a partir de Martins (2011) e Eleutério (2011), situa transformações técnicas e editoriais do período. No tratamento dado à “grande imprensa” no início do século XX, Krilow recusa leituras deterministas e problematiza o entendimento da imprensa como simples “reflexo do capitalismo emergente” (Krilow, 2025, n.p.), reforçando que esse período foi importante para “lançar bases” de uma posterior instalação de um mercado jornalístico no país.

Entre as décadas de 1920 a 1950, apoiada em Luca (2011) e Barbosa (2007), Krilow compreende a imprensa como instância de disputa, em que os jornais autodeclarados “apartidários” operavam interesses específicos. Ao tratar do Estado

² Nota técnica: a versão consultada foi EPUB na Biblioteca Virtual Pearson, onde o texto não possui paginação.

Novo e das décadas subsequentes, Krilow amplia essa discussão para o terreno das relações entre imprensa e poder. Na sua discussão sobre a década de 1950, Krilow problematiza a introdução dos princípios do jornalismo anglo-americano e a separação interna dos jornais entre informação e opinião como um novo marco discursivo. Partindo das contribuições de Chalaby (2003), a autora destaca a constituição do jornalismo naquele período como um esforço de alcançar “objetividade”. De Barbosa (2007), a historiadora indica que tal esforço se tratava de uma estratégia de poder. Krilow interpreta essa suposta “objetividade” tencionada pelos jornais como responsável por “consolidar a imprensa como agente social reconhecido” (Krilow, 2025, n.p.).

Na virada dos anos 1960 e 1970, a autora parte de Barbosa (2007) para analisar o colapso de diversos periódicos e a concentração do mercado, sobretudo no Rio de Janeiro. Também analisa as repercussões do período autoritário da Ditadura Militar na imprensa e as precauções para investigar os impressos desse período. Ao tratar das mudanças tecnológicas dos anos 1980 e da consolidação do jornalismo investigativo, Krilow retoma a figura do “repórter-herói”, destacando a construção dessa figura do jornalista mobilizado. Na sequência, a autora traz os anos 1990 e 2000, que, como ela interpreta, introduzem a fragmentação digital, o jornalismo cidadão e o declínio do jornal como centro da esfera pública. Nos aspectos hodiernos da imprensa, Krilow dá um destaque especial à emergência das plataformas de checagem, que surgem como tentativa de reposicionamento institucional frente à crise de autoridade das *fakenews*.

O segundo capítulo do *Guia* aprofunda o eixo metodológico da obra. Nele, a autora organiza a discussão como uma “cartografia” de procedimentos metodológicos, destacando as operações que o historiador deve percorrer tanto na conformação do *corpus* documental quanto na análise e interpretação dos periódicos. O primeiro subcapítulo, intitulado *Conhecendo o periódico*, concentra-se justamente nessa etapa inicial: o movimento que vai do contato com a fonte à sua identificação sistemática, entendida por Krilow como condição indispensável para “conhecê-la”.

Para tornar esse percurso operativo, Krilow apresenta um conjunto de procedimentos e categorias analíticas que orientam o “exame” do periódico. Entre essas dimensões estão o acesso, materialidade, circulação, agentes, financiamento,

organização interna e critérios de noticiabilidade, etc. Com essas proposições, a historiadora quer indicar a necessidade do caráter minucioso do método, em que não se trate apenas de levantar informações básicas, mas de reconhecer que cada uma dessas instâncias participa da produção de sentidos do impresso e condiciona sua análise na Oficina da História.

Esse repertório de procedimentos propostos é, para a autora, aquele que o historiador deve acionar para transformar o impresso em fonte histórica e garantir inteligibilidade à sua pesquisa. Tal “cartografia metodológica”, que ela apresenta neste segundo capítulo, corresponde diretamente ao encaminhamento que ela traz na Introdução:

Todo documento histórico é uma construção permanente; todavia, tal construção não se encerra na identificação de um determinado documento como histórico, mas continua na metodologia utilizada na formação e posterior análise do corpus documental (Krilow, 2025, n.p.).

Ou seja, trata-se de um processo historiográfico que é complexo e complexificador, já que envolve constituir a imprensa em fonte histórica e atribuir sentidos interpretativos para ela. Nesse sentido, para essa operação, o capítulo também propõe classificações de tipos de imprensa (grande e pequena, popular e de prestígio, literária, político-partidária, doutrinária ou empresarial) e suas especificidades, alertando, contudo, para os riscos de reificação dessas categorias. Em seguida, a autora dedica-se à construção dos critérios para o estabelecimento de um *corpus* documental e detalha procedimentos tanto quantitativos quanto qualitativos. A amostragem, a análise de frequência, a organização de tabelas e o registro de parâmetros são descritos por ela como etapas nucleares que precisam ter fundamentação, clareza e explicitude.

Para tanto, Krilow apresenta e esquematiza, de forma prática, como documentar as decisões de pesquisa, inclusive propondo tabelas e modelos de sistematização que construiu para sua tese. Nesses quadros analíticos, ela assinala a importância de destacar as operações de escolha da amostragem, de recortes e exclusões. Para ela, essa minuciosidade no trato metodológico da conformação do *corpus* é uma postura indispensável para a sustentação e consolidação da pesquisa.

Outro ponto alto do capítulo é quando a autora discute os repositórios virtuais, especialmente a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Krilow reconhece seu potencial, mas alerta para os limites de buscas feitas por meio de ferramentas digitais, como ela exemplifica com a opção busca de palavras-chave. Ela adverte que o resultado da ferramenta não equivale ao universo documental disponível: lacunas, falhas de digitalização, limitações do OCR e problemas nos metadados impõem que o historiador mantenha uma postura crítica diante do material digital reunido. A autora oferece sugestões de verificação, cruzamento de resultados e complementação de amostras, como alternativas para esse trabalho com o ambiente digital sem perder o rigor da operação historiográfica.

Krilow também destaca que as notícias são construções, compreensão que ela articula a partir de referenciais da teoria da comunicação, como os “valores-notícia” de Traquina (2008), e a noção de “mundos possíveis” de Eco (2002). Essa interpretação proposta por ela aproxima o historiador da prática do jornalista, permitindo compreender como a escrita da notícia se insere em um sistema de seleção e hierarquização, apreendida, portanto, como uma construção social dotada de intencionalidade e mediações. O capítulo avança ainda sobre os riscos metodológicos que rondam o uso da imprensa na Oficina de Clio: o presentismo, o anacronismo e a leitura instrumental, que buscam nos jornais apenas confirmações de hipóteses prévias. Krilow propõe estratégias de enfrentamento desses riscos, como a problematização intensiva, o cruzamento com outras fontes e a atenção à recepção e circulação dos impressos.

Diante do exposto, podemos apontar que os dois capítulos da obra articulam discussões teóricas e históricas com método. O primeiro capítulo, dedicado à trajetória da imprensa brasileira, realiza uma operação historiográfica importante: reúne e articula contribuições de historiadores e autores de referência da temática em uma revisão bibliográfica e analítica. O segundo capítulo, por sua vez, traz essa dimensão histórica em prática operativa, atendendo diretamente às tensões do trabalho do historiador identificadas no início do livro. Juntos, os capítulos articulam o duplo movimento que sustenta toda a obra: a análise teórica e a problematização prática.

Assim, o livro de Leticia Krilow opera como uma “cartografia” teórica e metodológica ao trabalho com a imprensa como fonte e/ou objeto, contribuindo com encaminhamentos epistemológicos diante das tensões contemporâneas do fazer histórico identificadas por ela. Para tanto, coloca no centro da operação historiográfica o processo de constituição dos materiais da imprensa como fonte histórica, perpassando a definição criteriosa do *corpus* documental, sua análise e interpretação. Nesse sentido, o caráter prático e didático da obra é um de seus principais méritos: ao detalhar operações teóricas e metodológicas, Krilow sistematiza e torna replicáveis suas proposições ao processo de seleção, conformação e análise de fontes impressas.

Por fim, o *Guia de pesquisa em história da imprensa* se consolida como uma referência pertinente que dialoga diretamente com questões estruturais do trabalho com a imprensa na Oficina de Clio. A obra atende tanto a historiadores em formação quanto a pesquisadores em nível de pós-graduação, que podem nela encontrar uma base metodológica consistente e um interlocutor teórico para suas pesquisas. Em um cenário marcado pela digitalização acelerada dos acervos e pela circulação de leituras que tensionam a própria escrita da História, a contribuição de Krilow está em reafirmar que o trabalho historiográfico demanda compromisso com o método, explicitação dos procedimentos e rigor interpretativo – elementos indispensáveis para sustentar a legitimidade e a inteligibilidade do conhecimento histórico.

Referências bibliográficas:

- Barbosa, Marialva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- Chalaby, Jean. O Jornalismo como invenção anglo-americana: comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). *Media & Jornalismo*, Lisboa, n. 3, p. 29-50, 2003. Disponível em: <https://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/n3-03-Jean-Chalaby.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- Cruz, Heloisa de Faria; Peixoto, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- Eco, Umberto. *Lector in fabula: a cooperação interpretativa no texto narrativo*. Trad. Attilio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 2002.

Eleutério, Maria de Lurdes. Imprensa a serviço do progresso. In: Martins, Ana Luíza; Luca, Tania Regina de (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 83-102.

Elmir, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, n. 13, p. 19-29, dez. 1995. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/658856707/ELMIR-C-P-as-Armadilhas-Do-Jornal-Algumas-Consideracoes-Metodologicas-de-Seu-Uso-Para-a-Pesquisa-Historica>. Acesso em: 12 nov. 2025.

Karawejczyk, Mônica. O Jornal como documento histórico: breves considerações. *Historiae*, Rio Grande, v. 1, n. 3, p. 131-147, 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2371/1259>. Acesso em: 12 nov. 2025.

Krilow, Letícia Sabina Wermeier. *Guia de pesquisa em história da imprensa*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2025. EPUB. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 13 nov. 2025.

Luca, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

Luca, Tania R. A Grande imprensa na primeira metade do século XX. In: Martins, Ana Luíza; Luca, Tania Regina de (org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 149-175.

Martins, Ana Luíza. Imprensa em tempos de Império. In: Martins, Ana Luíza; Luca, Tania Regina de (org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 45-80.

Morel, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: Martins, Ana Luíza; Luca, Tania Regina de (org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23-43.

Traquina, Nelson. *Teorias do Jornalismo I*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

Traquina, Nelson. *Teorias do Jornalismo II*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution – Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 18/11/2025

Aprovado em: 18/12/2025

A persistência da tutela: uma leitura de *Utopia autoritária brasileira*, de Carlos Fico

*Priscilla Cagnoni GARCIA*¹

FICO, Carlos. *Utopia autoritária brasileira: como os militares ameaçam a democracia brasileira desde o nascimento da República até hoje*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025. E-book.

Carlos Fico abre sua última obra de forma intrigante, quase sombria. “Melancólica trajetória nacional”, diz o autor, atribuindo a frase ao historiador Francisco Iglésias, por quem Fico nutria grande admiração intelectual (Fico, 2025, seção “Apresentação”)². É dessa “melancólica trajetória” que trata *Utopia autoritária brasileira*. Uma obra extensa, o livro é estruturado em oito capítulos cronologicamente organizados, subdivididos em trinta subcapítulos, e conta a história das intervenções militares na vida política brasileira, desde os anos que culminaram na Proclamação da República até o Golpe Militar de 1964. Mais do que documentar tais interferências, Fico argumenta – num diagnóstico alarmante –, que “o exército brasileiro sempre desrespeitou a democracia [e que] as forças armadas violaram todas as constituições da República (...) e jamais foram punid[as]” (Fico, 2025, seção “Apresentação”).

A principal novidade de *Utopia autoritária brasileira* é a extensão do tema central da obra do autor. Referência indiscutível na historiografia da ditadura militar no Brasil, Carlos Fico, em trabalhos como *Reinventando o otimismo* (1997), *Como eles agiam* (2001), *Além do golpe* (2004), entre outros (Fico, 2008, 2014, 2020), examina os

¹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Cambridge (Inglaterra). Mestra em Antropologia Social pela Universidade de San Diego (Estados Unidos). Pesquisadora da Universidade de Cambridge. Cambridge. Cambridgeshire. Inglaterra. E-mail: pp400@cam.ac.uk.

² Li, para a elaboração desta resenha, o livro em sua versão digital para *Kindle*, que não possui numeração de páginas. Dessa forma, as referências correspondem às seções que aparecem no texto, conforme recomenda a norma da ABNT NBR10520/2023.

mecanismos políticos, institucionais e simbólico-discursivos que possibilitaram o Golpe Militar de 1964, bem como a manutenção do regime durante duas décadas (1964-1985) e seus desdobramentos. Neste livro, porém, a Ditadura e o Golpe de 1964 deixam de aparecer como objetos históricos delimitados, tornando-se parte de uma história mais abrangente das interferências militares na vida pública brasileira. A Ditadura Militar passa, portanto, de tema central a capítulo essencial da história da persistência do autoritarismo militar na política do país.

Fico propõe uma leitura histórica bastante convincente. Isto se deve não só pela forma como escreve – direta, clara, persuasiva e rigorosa no uso de fontes históricas – mas por concatenar as várias insurgências militares ao longo de mais de oitenta anos, a princípio sem ou com pouca relação entre si, através de uma única chave analítico-interpretativa, que o autor denomina “utopia autoritária brasileira”. Em seu argumento, a “utopia autoritária” constitui o cerne de uma *forma mentis*, isto é, de uma espécie de ‘mentalidade militar’ em relação à política e à sociedade civil, que organiza toda a história das insurgências inconstitucionais de militares no Brasil. Para o autor, essa mentalidade funciona não apenas como um dado sociológico que une toda a classe militar ao longo do tempo, dos mais “moderados” aos mais “linha-dura”, mas é o que também permite que a própria interpretação das intervenções militares seja concebida como um processo histórico de longa duração. E é esta a maior contribuição do livro.

Fico, no entanto, vai além. Argumenta que a “utopia” está amparada em algumas crenças fundantes e perigosas que perduram no espaço-tempo: “o desprezo dos militares pela política, seu autoentendimento como superiores aos civis e sua visão da sociedade como despreparada” (Fico, 2025, seção “Conclusão”). Estas crenças, por sua vez, alimentam o autoritarismo militar criando, como disse acima, uma *forma mentis* coletiva engendrada sob um senso de superioridade da classe militar que pode ser elucidado mais ou menos assim: “políticos são corruptos e inescrupulosos, mas militares não”; “o povo precisa ser governado, pois é ignorante”; “militares defendem o país e, por isso, devem ser honrados”, “as Forças Armadas são garantidoras dos poderes constitucionais”³. No decorrer do livro, Fico mostra como esses tropos fundantes da “utopia” encarnam as motivações para os mais diversos tipos de revoltas militares, de

³ Estas frases são paráfrases minhas de várias frases similares que Fico apresenta na *Conclusão* do livro.

insubordinações e insurgências, a golpes e tentativas de golpe que acometem o país desde a fundação da República. Além disso, o autor mostra também como tais insurgências tornaram-se recorrentes na história devido à impunidade e à normalização da ilegalidade dentre uma parcela da classe militar. Estes fatores, argumenta Fico, também alimentam a “utopia”, atribuindo-lhe legitimidade perante o Estado por meio de anistias e punições brandas.

Ao longo da obra, valendo-se de extenso material historiográfico⁴, Fico reconstrói a atuação de personagens importantes nas insurgências militares, bem como as conjunturas específicas que permitiram, nesses oitenta anos, os variados atentados militares contra o Estado. Nos primeiros capítulos, Fico trata do contexto que levou ao golpe militar que deu origem à República e do levante das escolas militares contra o governo de Rodrigues Alves, mostrando a gênese da superioridade militar e dos discursos sobre “honra”, “reconhecimento”, “ética na política” e “defesa da liberdade” que inflamaram não só o debate público à época, desencadeando tais insurgências, mas que continuariam, nas décadas seguintes, a fomentar os sucessivos ataques dos militares contra as constituições.

Nos capítulos seguintes, Fico mostra como esses mesmos discursos se adaptaram a conjunturas históricas diferentes, permitindo a continuação da interferência política e quebra da legalidade pelas Forças Armadas por décadas. Fico analisa a frustrada tentativa do Movimento Tenentista de derrubar dois governos e discute a forte atuação militar que levou à ascensão de Getúlio Vargas, à manutenção do Estado Novo, além da própria dissolução do regime e da deposição de Getúlio em 1945. Nos quatro últimos capítulos, que percorrem dos anos 1950 até o Golpe Militar de 1964, o autor narra as recorrentes interferências militares que se seguiram a partir do final do segundo governo Vargas, cuja dissolução pelos militares foi impedida, conforme argumenta, apenas pelo suicídio do presidente. Nesse contexto, o autor examina a atuação do general Teixeira Lott que, sob o pretexto de salvar a legalidade, encabeçou golpes que impediram as posses de Café Filho e Carlos Luz; o papel de Carlos Lacerda em incitar as Forças Armadas contra Jango e JK, as revoltas de militares da aeronáutica que foram severamente contidas por JK e também “magnanimamente” anistiadas por ele, além da

⁴Fico utiliza cartas, discursos políticos, atas, artigos e documentos de imprensa, além de biografias, anotações e relatos.

participação das Forças Armadas no contexto da renúncia de Jânio Quadros em 1961, sua atuação na instauração do parlamentarismo e, mais tarde, na deposição de Jango com o Golpe de 1964.

Ao debruçar-se, em cada capítulo, sobre casos específicos de crises deflagradas pela ruptura institucional dos militares, Fico expõe os mecanismos de um mesmo padrão; de uma estrutura, a “utopia autoritária”, que está engendrada sob a premissa de que as Forças Armadas têm “papel regulador” e dever “patriótico” de “defesa da nação e da liberdade”. É este mesmo mecanismo que, por meio de sucessivas anistias, fomenta, também, a legitimação dessa própria estrutura, cujos pilares são a persistência da ilegalidade e da impunidade perante a República e a sociedade civil.

Apesar da clara contribuição do livro para a historiografia política e militar brasileira, há também alguns pontos que merecem reflexão. Já na seção “Conclusão”, Fico (2025) sustenta que uma das motivações que perduraram nas empreitadas golpistas dos militares vem:

da visão elitista do ‘povo despreparado’ e da tese simplista de que a corrupção é a causa fundamental de nossos males. De acordo com a perspectiva autoritária, se o povo é despreparado e o sistema político está comprometido, os desvios da Constituição se justificam, sendo o principal a tentativa de tomada do poder pela violência, o golpe de Estado, para o qual as Forças Armadas são indispensáveis.

Discordando, evidentemente, de tal visão, Fico diz que não acredita que “esse quadro tão negativo se deva a características inerentes ao que se costuma genericamente designar como ‘os brasileiros’ ou ‘o Brasil’” (Fico, 2025, seção “Conclusão”), mas atribui a “persistência da utopia autoritária (...) a uma determinada configuração econômica, social, política e jurídica de viés excludente que todos conhecemos. Historicamente falando, temos pouco tempo de vivência democrática (...)” (Fico, 2025, seção “Conclusão”). A correlação que Fico faz entre autoritarismo militar e o empobrecimento da experiência democrática no Brasil está clara, e concordo com seu argumento. Também concordo com seu posicionamento de que não se trata ‘do Brasil’ ou ‘dos brasileiros’ e que o país tem estruturas socioeconômicas, jurídicas e políticas que alijam boa parte da população. O que não ficou tão claro, a meu ver, foi em que medida “a persistência da utopia autoritária” é sustentada por essa estrutura excludente. É a exclusão que alimenta o autoritarismo da classe militar, fazendo-a crer que deve

influenciar o país porque a população não teria condições intelectuais nem materiais para conduzir a vida pública? Ou, o alijamento da população alimenta, como força apoiadora na base, a classe militar que já possui em si mesma essa mentalidade utópico-autoritária?

Essas perguntas são importantes porque, no caso recente do bolsonarismo, e do que algumas alas mais radicais desse movimento chamavam de “intervencionismo”, o que vimos foi uma parte da população, como também houve no passado de forma persistente, indo ao encontro dos anseios utópico-autoritários militares. Era preciso “salvar o Brasil da corrupção, do comunismo, da esquerda”, diziam esses discursos, vindos tanto de militares quanto de civis simpáticos a eles, alimentando e legitimando a própria “utopia”.

Outro ponto delicado dessa discussão é que, em lugares onde a experiência democrática é mais sólida, como é o caso dos Estados Unidos, França e Reino Unido, houve, nos últimos dez anos, uma “virada à direita” também ancorada em discursos similares ao tropo brasileiro sobre corrupção, comunismo e direitos humanos associados à “esquerda” ou ao “progressismo”. Dessa forma, enquanto o militarismo persistente no cenário brasileiro parece definir o arranjo político e histórico dos eventos, o empobrecimento duradouro da experiência democrática como força que alimenta a “utopia autoritária brasileira” precisa ser elucidado melhor: de que forma ele atua na relação entre a persistência da utopia, o alijamento da população e o apoio aos militares por parte da população no Brasil? De que forma a *Utopia autoritária brasileira*, como formação histórica, emerge desse mecanismo relacional e/ou dá sustentação a ele? Parece-me que estamos falando, para o caso brasileiro, de uma via de mão dupla em que o autoritarismo militar depende do apoio civil e, por vezes, até do Estado, para legitimar a ruptura com a legalidade e a conspiração contra a ordem constitucional.

As críticas apontadas aqui, entretanto, não diminuem a contribuição da obra. Como argumentei anteriormente, o livro usa de forma rigorosa fontes primárias para narrar a história das interferências militares no Brasil sob uma perspectiva de longa duração, a chamada *longue durée*, cujo valor, como há muito assinalou Braudel (1958), reside precisamente em transcender as especificidades episódicas dos acontecimentos históricos para lhes atribuir uma análise que privilegia a similaridade e a continuidade

como fios condutores do tempo histórico. Para mim, é justamente esse método de análise historiográfica, mais desafiador e intelectualmente mais sofisticado, que torna esta última obra de Fico trabalho fundamental no debate historiográfico sobre o autoritarismo militar brasileiro ao lado de outras obras importantes sobre o assunto (Castro; D'Araújo, 2001; D'Araújo, 2010; D'Araújo; Rezende, 2024; Dreifuss, 1981; Martins Filho, 2021; Motta, 2021; Napolitano, 2014; Skidmore, 1993; Soares, 2006; Stepan, 1975, 1986, 2009). Assim, considero *Utopia autoritária brasileira* nada menos do que uma leitura imprescindível para entender a gênese e a persistência do autoritarismo militar no Brasil.

Referências

- Braudel, Fernand. Histoire et sciences sociales: la longue durée. *Annales. Economies, sociétés, civilisations*. Paris, v. 13, n. 4, p. 725-753, dez. 1958. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1958_num_13_4_2781. Acesso: 20 mar. 2026.
- Castro, Celso; D'Araújo, Maria Celina (Orgs.). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- D'Araújo, Maria Celina. *Militares, democracia e desenvolvimento: Brasil e América do Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- D'Araújo, Maria Celina; Rezende, Lucas Pereira. *Forças Armadas e política no Brasil republicano: da Proclamação da República à Constituição Cidadã (1889-1988)*. Rio de Janeiro: FGV, 2024. v.1. E-book.
- Dreifuss, Renê. 1964: *A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- Fico, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- Fico, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- Fico, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- Fico, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- Fico, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- Fico, Carlos. *Ditadura militar: prefácios, palestras & posts*. [s.l]:[s.n.], 2020. E-book.
- Martins Filho, João Roberto (Org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. São Paulo: Zahar, 2021.
- Napolitano, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

- Skidmore, Thomas E. *The politics of military rule in Brazil, 1964-1985*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- Soares, Samuel Alves. *Controles e autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)*. São Paulo: UNESP, 2006.
- Stepan, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- Stepan, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- Stepan, Alfred. *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future*. London: Yale University Press, 2009.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution - Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 31/03/2026
Aprovado em: 19/06/2026